

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**OS CAMINHOS DA AGRICULTURA CARIOCA: NOS SERTÕES, NOS  
QUINTAIS E NAS FAVELAS**

**KETYLINE PIMENTA GENARO**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**OS CAMINHOS DA AGRICULTURA CARIÓICA: NOS SERTÕES, NOS  
QUINTAIS E NAS FAVELAS**

**KETYLINE PIMENTA GENARO**

*Sob a Orientação da Professora Dra.*

**Annelise Caetano Fraga Fernandez**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ  
Fevereiro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G325c Genaro, Ketyline Pimenta, 1993-  
OS CAMINHOS DA AGRICULTURA CARIOCA: NOS SERTÕES,  
NOS QUINTAIS E NAS FAVELAS / Ketyline Pimenta Genaro.  
- Seropédica - RJ, 2020.  
132 f.

Orientadora: Annelise Caetano Fraga Fernandez.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Progrma de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais, 2020.

1. agriculturas. 2. atores. 3. espaços sociais. I.  
Fernandez, Annelise Caetano Fraga , 1967-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Progrma  
de Pós-Graduação em Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**KETYLINE PIMENTA GENARO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/02/2020

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Annelise Caetano Fraga Fernandez. Prof.<sup>a</sup> Dra. UFRRJ  
(Orientadora)

---

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio. Prof.<sup>a</sup> Dra. EMPRAPA

---

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira. Prof.<sup>a</sup> Dra. UFRRJ



*Emitido em 2021*

**TERMO Nº 109/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 10/02/2021 11:18 )*  
ANNELISE CAETANO FRAGA FERNANDEZ  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.83)  
Matrícula: 1767739

*(Assinado digitalmente em 10/02/2021 18:27 )*  
TATIANA COTTA GONCALVES PEREIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCJ (12.28.01.00.00.82)  
Matrícula: 1766836

*(Assinado digitalmente em 18/02/2021 10:51 )*  
CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 020.506.354-35

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:  
**109**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/02/2021** e o código de verificação: **eb660572f8**

*Dissertação de Mestrado dedicada a João  
Antônio Pimenta Gonçalves.*

## AGRADECIMENTOS

As laranjeiras só floresceriam  
Se a gente desse flor antes  
Quando nos apresentaram  
Elas choraram as pitangas  
Será que você entende  
Que a terra esperou a vida toda por esse dia  
- Celebração. Rupi Kaur

Aos que contribuíram para florescer esse fruto em forma de texto, aqueles que fizeram esta colheita possível, recebam minha eterna gratidão.

À minha mãe por me mostrar que haviam possibilidades maiores na vida e me permitir investir nelas.

Aos meus avós que me deram incentivo em forma de amor.

Aos meus irmãos, que, cada um ao seu modo, me ensinaram sobre amor, paciência e empatia.

Ao meu companheiro que esteve por perto nos momentos fáceis e difíceis, com uma palavra ou um silêncio afetuoso.

Às colegas Letícia Sales e Renata Claudino, agradeço por compartilharem tanto comigo e por tornarem mais leve a travessia pelos momentos de angústia.

À minha orientadora, Annelise Fernandez, por me ensinar sobretudo como devo ser enquanto futura professora e pesquisadora. Agradeço imensamente pelo olhar empático a qual sempre despendeu comigo e que me mostrou que ser orientadora vai muito além das relações acadêmicas.

Agradeço ao CMDR, às conselheiras e conselheiros, por permitirem minha estadia quieta e observadora em suas reuniões.

Ao PPGCS por ser um programa-casa, que faz com que os discentes se sintam à vontade, e estendo à Rural, que tão bem acolhe quem por ela passa e faz brotar nos corações aquele que faz parte do lema ruralino: “[...] não permita, Deus, que eu morra, sem que eu volte pra rural”. A cada professora e professor, cada colega, cada técnico, cada funcionário, que fazem a Universidade funcionar.

Deixo aqui minha profunda gratidão e felicidade em poder concluir essa etapa que a mim foi transformadora.

Obrigada por me permitirem chegar a esse dia, por fazerem florescer e por possibilitarem a colheita.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.

## RESUMO

GENARO, Ketyline Pimenta. **Os caminhos da agricultura carioca: nos sertões, nos quintais e nas favelas**. 2020. 123 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A presente dissertação tem como objeto de estudo a agricultura carioca. A partir de pesquisa histórica, entrevistas, cobertura de eventos e o acompanhamento do processo de reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), definimos como objetivo geral, compreender a agricultura carioca em uma perspectiva histórica. Tal objetivo se constrói baseado em questões suscitadas em campo, dentre elas: questões relativas aos espaços sociais, organização e trajetória dessas agriculturas na cidade do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, portanto, encontra-se um esforço empírico e teórico em delinear o percurso das agriculturas na cidade carioca, levando também em consideração o estudo e acompanhamento de marcos em torno da arena pública de debates que essas agriculturas formam. No primeiro momento fez-se um apanhado histórico da trajetória da agricultura no município, seguida da exposição de formas de organização política e movimentos sociais ligados à agricultura, espaços institucionais e, por último, trazemos uma descrição do campo que ilustra os assuntos levantados ao longo do estudo empírico e teórico. O delinear desta pesquisa foi possibilitado metodologicamente sobretudo pelo trabalho de campo e pesquisa em documentos, livros e registros em sites. Como resultado pudemos fornecer um panorama geral de como os atores em torno das agriculturas cariocas têm se mobilizado historicamente construindo, alargando e ressignificando seus espaços dentro da cidade.

**Palavras-chave:** CMDR. Atores. Agriculturas. Espaços sociais.

## ABSTRACT

GENARO, Ketyline Pimenta. **The paths of carioca agriculture: in the hinterlands, in the backyards and in the favelas.** 2020. 123 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Department of Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The present work is a research of Master in Social Sciences, which has as its object of study the agriculture of Rio. Based on historical research, interviews, coverage of events and the monitoring of the reactivation process of the Municipal Council for Rural Development (CMDR), we have defined the general objective of understanding Rio's agriculture from a historical perspective. This objective is built based on triggers raised in the field, among them: issues related to social spaces, organization and trajectory of these agriculture in the city of Rio de Janeiro. In this research, therefore, there is an empirical and theoretical effort in delineating the route of agriculture in the city of Rio, also taking into account the study and monitoring of landmarks around the public arena of debates that these agriculture form. In the first moment, a historical overview of the trajectory of agriculture in the municipality was made, followed by the presentation of forms of political organization and social movements linked to agriculture, institutional spaces and, finally, we bring a description of the field that illustrates the issues raised throughout empirical and theoretical study. The design of this research was made possible methodologically mainly by fieldwork and research in documents, books and records on websites. As a result, we were able to provide a general overview of how the actors around Rio's agriculture have historically mobilized themselves by building, expanding and resignifying their spaces within the city.

**Keywords:** CMDR. Actores. Agriculture. Social spaces.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|                 |                                                                          |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------|
| <b>AARJ</b>     | Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro                              |
| <b>AIA</b>      | Áreas de Interesse Agrícola                                              |
| <b>AP</b>       | Área de Planejamento                                                     |
| <b>AU</b>       | Agricultura Urbana                                                       |
| <b>AS-PTA</b>   | Agricultura Familiar e Agroecologia                                      |
| <b>CAF</b>      | Cadastramento de Agricultura Familiar                                    |
| <b>CEM</b>      | Centro de Integração da Serra da Misericórdia                            |
| <b>CENAU</b>    | Conselho Nacional de Agricultura Urbana                                  |
| <b>CMDR</b>     | Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural                              |
| <b>CONDRAF</b>  | Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável                   |
| <b>CONSEA</b>   | Conselho Nacional de Segurança Alimentar                                 |
| <b>CTAPD</b>    | Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor                      |
| <b>CMPADR</b>   | Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural       |
| <b>DAP</b>      | Documento de Aptidão ao Pronaf                                           |
| <b>EMBRAPA</b>  | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                              |
| <b>ENAU</b>     | Encontro Nacional de Agricultura Urbana                                  |
| <b>FIOCRUZ</b>  | Fundação Oswaldo Cruz                                                    |
| <b>FNDE</b>     | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação                            |
| <b>IBGE</b>     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                          |
| <b>PAA</b>      | Programa Nacional de Aquisição de Alimentos                              |
| <b>PDD</b>      | Plano Diretor Decenal                                                    |
| <b>PEPB</b>     | Parque Estadual da Pedra Branca                                          |
| <b>PMDR</b>     | Plano Municipal de Desenvolvimento Rural                                 |
| <b>PNAE</b>     | Programa Nacional de Alimentação Escolar                                 |
| <b>PRONAF</b>   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar              |
| <b>Rede CAU</b> | Rede Carioca de Agricultura Urbana                                       |
| <b>SEAD</b>     | Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário |
| <b>SMDEI</b>    | Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação              |
| <b>SMAC</b>     | Secretaria Municipal de Meio Ambiente                                    |
| <b>SMA</b>      | Secretaria de Meio Ambiente                                              |
| <b>SRRJ</b>     | Sindicato Rural do Rio de Janeiro                                        |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1.</b> Mapa do Sertão Carioca, feito pela autora, segundo a definição de Santos (2011).                                        | 26  |
| <b>Figura 2.</b> Região do brejo antes das obras de drenagem e da implantação dos cultivos.                                              | 28  |
| <b>Figura 3.</b> A mesma região, após as obras de drenagem e já cultivada.                                                               | 29  |
| <b>Figura 4.</b> Horta nos terrenos aluviais, na baixada em Jacarepaguá.                                                                 | 34  |
| <b>Figura 5.</b> Mapa esquemático do vale do Mendanha [1958].                                                                            | 36  |
| <b>Figura 6.</b> Casa na serra.                                                                                                          | 37  |
| <b>Figura 7.</b> Os cortes esquemáticos do aproveitamento da terra no vale do Mendanha.                                                  | 38  |
| <b>Figura 8.</b> Escola Rural Demétrio Ribeiro (foto cedida pela família Nunes Baptista apud).                                           | 41  |
| <b>Figura 9.</b> Mapa do Parque Estadual da Pedra Branca.                                                                                | 45  |
| <b>Figura 10.</b> Escoamento de produção no Parque Estadual da Pedra Branca.                                                             | 48  |
| <b>Figura 11.</b> Áreas de Interesse Agrícola (AIA).                                                                                     | 51  |
| <b>Figura 12.</b> Feira da Roça.                                                                                                         | 54  |
| <b>Figura 13.</b> Área central do Rio de Janeiro, inserido o Parque Estadual da Pedra Branca.                                            | 63  |
| <b>Figura 14.</b> Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU.                                                              | 64  |
| <b>Figura 15.</b> Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU.                                                              | 65  |
| <b>Figura 16.</b> Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU.                                                              | 65  |
| <b>Figura 17.</b> Mapa de autoria da AS-PTA, na revista “Territórios da Agricultura Familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. | 67  |
| <b>Figura 18.</b> Painel de assuntos do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana na UERJ.                                               | 70  |
| <b>Figura 19.</b> Hortas do Projeto Hortas Cariocas.                                                                                     | 73  |
| <b>Figura 20.</b> Convite para a Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural.                                     | 89  |
| <b>Figura 21.</b> Encontro de Santa Cruz.                                                                                                | 90  |
| <b>Figura 22.</b> Dinâmica de grupo: painel progressivo.                                                                                 | 92  |
| <b>Figura 23.</b> Censo Agropecuário.                                                                                                    | 95  |
| <b>Figura 24.</b> Convite para a posse do CMDR-RIO.                                                                                      | 99  |
| <b>Figura 25.</b> Reunião pré CMPADR.                                                                                                    | 110 |
| <b>Figura 26.</b> Instalação que representa a transição agroecológica.                                                                   | 111 |
| <b>Figura 27.</b> Reunião do CMDR.                                                                                                       | 112 |
| <b>Figura 28.</b> Reunião do CMDR com a CTAPD.                                                                                           | 113 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1.</b> Assuntos que constam em atas das reuniões do CMDR em 2006.                             | 83 |
| <b>Quadro 2.</b> Assuntos que constam em atas e anotações pessoais das reuniões do CMDR em 2018 e 2019. | 84 |
| <b>Quadro 3.</b> Lista de presença de reuniões do CMDR em 2006.                                         | 86 |
| <b>Quadro 4.</b> Lista de presença de reuniões do CMDR em 2018 e 2019.                                  | 86 |

## Sumário

|                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                          | <b>13</b>  |
| <b>METODOLOGIA</b>                                                                         | <b>18</b>  |
| <b>CAPÍTULO I – A AGRICULTURA CARIOCA: SÉCULOS DE HISTÓRIA</b>                             | <b>23</b>  |
| 1.1 Entre Interpretações e Marcos Institucionais: o Sertão em Transformação                | 42         |
| <b>CAPÍTULO II – MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E AS AGRICULTURAS</b>                          | <b>59</b>  |
| 2.1 Mercados, Circuitos e Trocas                                                           | 75         |
| 2.2 O CMDR                                                                                 | 79         |
| <b>CAPÍTULO III – CMDR-RIO 2018-2020: A PESQUISA EM ESPAÇOS DE<br/>CONSTRUÇÃO COLETIVA</b> | <b>88</b>  |
| 3.1 Reuniões Pré-Conferência                                                               | 90         |
| 3.2 A Conferência                                                                          | 93         |
| 3.3 Pós-Conferência                                                                        | 98         |
| 3.4 Reuniões do CMDR                                                                       | 99         |
| 3.5 Reunião com a CTAPD                                                                    | 100        |
| 3.6 Pensando sobre o Acompanhamento de Reuniões                                            | 104        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                | <b>116</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>                                                          | <b>119</b> |



## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no biênio 2018-2020. Ela trata de assuntos que envolvem as agriculturas<sup>1</sup> praticadas no Rio de Janeiro e, por isso se insere no mesmo campo de interesse do trabalho monográfico<sup>2</sup> realizado em 2017. Este último, ainda que pensado com um enfoque distinto, também passava por temas relativos à agricultura no município carioca.

Iniciamos a dissertação a fim de compreender a relação entre agricultores, mediadores e agentes institucionais, no município do Rio de Janeiro, tendo como pergunta principal a ser respondida: Quais as ferramentas e caminhos têm sido trilhados pela agricultura no município, frente aos diferentes cenários políticos? Essa pergunta foi suscitada em campo, ao longo das atividades de acompanhamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Foi a partir do acompanhamento da participação de representantes das agriculturas cariocas no CMDR, que passamos a pensar sobre a trajetória histórica das agriculturas cariocas, sua organização política, territorial e os agentes envolvidos. Frente a denúncias de invisibilidade e fragilidade da agricultura carioca, procuramos reconstituir as formas de resistência que garantiram a manutenção desta atividade, os atores e as instâncias políticas e administrativas que constituíram as agriculturas cariocas desde o século passado.

A pergunta se constrói baseada em lacunas históricas a respeito dos atores envolvidos com as práticas agrícolas e as instâncias administrativas onde esta atividade esteve alocada. O período entre o fim do século XIX e meados dos anos de 1960 é bem retratado uma importante bibliografia que descreve o processo de fragmentação das grandes fazendas de café e engenho para pequenos agricultores, conformando uma Zona Rural que abastecia a cidade e posteriormente o processo de urbanização a partir de meados do século XX, que deflagrou intenso conflito de terras, marcando a presença de ligas camponesas nos chamados sertões cariocas. Após os anos 1960 (período que coincide com o regime autoritário no país e de grandes transformações urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro), há, no entanto, certo vazio a respeito dos caminhos percorridos por esta agricultura, sobretudo seus caminhos institucionais.

---

<sup>1</sup> Nos referimos as agriculturas no plural, pois existem várias expressões sendo praticadas no município.

<sup>2</sup> Estudo sobre mercados locais, descrevendo uma estratégia de fortalecimento de duas feiras na Zona Oeste, entendidas como mercados territorializados, com forte conotação de afirmação de uma agricultura local e agroecológica.

Alguns marcos revelavam sua fragilidade: a ausência de uma secretaria municipal de agricultura, a evolução do zoneamento da cidade, limitando os espaços destinados para a agricultura, o conhecimento de que desde o Plano Diretor Decenal de 1992, o município do Rio de Janeiro não admite Zona Rural em seu território<sup>3</sup>; em 2002, a criação do CMDR (influenciada pelas políticas públicas federais orientadas à agricultura familiar e à formação de conselhos), culminando na organização do primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento Rural da cidade do Rio de Janeiro e, a recomposição deste conselho entre 2018-2020. Esses marcos contribuíram para pensarmos sobre a trajetória da agricultura ao longo desses anos, considerando as transformações socioespaciais, como por exemplo, o zoneamento da cidade, e tendo como partes envolvidas diversos níveis de organização da sociedade, sendo eles: mediadores da sociedade civil, pesquisadores, universidades, militantes, movimentos sociais, agricultores e agentes institucionais, o que, por conseguinte, nos leva a enxergar esse espaço como uma arena pública de debate onde redes se formam e colaboram de algum modo para a construção das práticas e políticas orientadas à agricultura local. Ciente das muitas limitações para dar conta de uma história tão longa, pretendeu-se reunir o máximo de informações, territoriais, administrativas, socioeconômicas que permitissem uma visão panorâmica sobre a trajetória da agricultura carioca até os dias atuais. Estamos cientes também que devemos buscar reconstituir esta história onde ela aparentemente não está, ou seja, tornando significativas as ausências, a falta de informação, desconstruindo leituras dominantes que versam sobre a decadência da agricultura, ou seu desaparecimento, e por fim, por critérios de classificação que não reconhecem formas insurgentes de agricultura. A articulação atual entre movimentos em defesa pela agricultura e dos movimentos de luta pela moradia produziram, por exemplo, o lema “morar e o plantar”<sup>4</sup>, demonstrando o caráter dinâmico e multidimensional da agricultura, produzindo conexões com a luta pela moradia, pelo direito à terra, ao território e à cidade.

Inicialmente, temos um apêndice metodológico que busca mostrar e justificar as escolhas técnicas e metodológicas feitas nesta pesquisa, assim, conta-se um pouco de cada técnica respaldada sempre pela teoria que a guiou. Veremos, que por se tratar de uma pesquisa de Ciências Sociais, há uma combinação de métodos e técnicas, primordialmente de duas áreas que as compõem: antropologia e sociologia.

---

<sup>3</sup> Segundo Rocha (2014), território é um espaço delimitado por e a partir de relações de poder passando necessariamente pela ideia de representação. A construção do território se dá num processo intenso que envolve relações de poder, portanto, o território é apropriação, mas também é controle.

<sup>4</sup> Lema do movimento APP Vargem.

No primeiro capítulo, essa pesquisa traz dados históricos, principalmente dos séculos XIX e XX. Esses dados foram colhidos através da pesquisa bibliográfica, da análise documental e nos mostram como a agricultura foi se desenvolvendo em cada momento, por quem e onde, assim então passaremos pelo ciclo da cana, do café, da laranja, pelas hortas de portugueses, pelo desenvolvimento da agricultura no Sertão Carioca, pelas formas de resistência dos agricultores frente a grileiros, posseiros e proprietários entre os anos 40 e 60, pelas transformações causadas pelo zoneamento da cidade, pela criação de um parque em área significativa do maciço da Pedra Branca, pelas mudanças que os ideais urbanísticos causaram na dinâmica da agricultura local, e pela relação desses agricultores com a cidade, até chegarmos nos anos 2000, quando vemos a emergência de novos movimentos sociais na cidade do Rio de Janeiro em defesa da agricultura.

É no segundo capítulo que adentraremos na reconstituição de movimentos sociais que surgem a partir dos anos 2000, articulações estatais e a arena pública de debates que se constrói em torno da agricultura municipal, sem deixar de considerar que a organização política dos agricultores já era ferramenta de resistência desde os anos 40, quando os conflitos de terra já estavam postos no Sertão Carioca. Aqui veremos como o processo mais amplo de democratização da sociedade brasileira influenciou o desenvolvimento de movimentos locais e na formação de movimentos tais como: a Rede Carioca de Agricultura Urbana, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, Movimentos de Economia Solidária, entre outros. Para colher esses dados, houve uma combinação de técnicas de análise documental e o início de trabalho de campo feito a partir da presença em alguns eventos. Veremos que a agricultura carioca não é homogênea e se faz de diversas formas. Todas essas expressões revelam contextos específicos nos quais agricultura e cidade se relacionam ao longo do tempo, – temos um subcapítulo destinado a enumerar algumas delas – também os movimentos sociais são diversos, mas podem construir alianças e agendas comuns ainda que percorrendo caminhos diferentes. A economia solidária, por exemplo, adentrou a instância oficial e chegou a ter uma secretaria dentro da Prefeitura, enquanto a agroecologia, de forma mais difusa se encontra representada em outros espaços como: feiras, eventos, oficinas, cursos, plantio e outros. Tudo isso forma uma rede de cooperação que também é um assunto abordado neste capítulo.

No último capítulo, dedicamo-nos a descrever todos os dados colhidos em campo a partir do acompanhamento da formação e atividades do CMDR 2018-2020, assim, apresentaremos uma descrição detalhada de todas as etapas que pudemos acompanhar, juntamente com uma análise feita, principalmente, das considerações de Foucault (1996) sobre

a produção de discursos e de autores que fazem uso da análise situacional tais como: Max Gluckman (1987), Bela Feldman-Bianco (1987) e John Comerford (1999).

Para a realização da pesquisa, dispusemos do uso metodológico de três técnicas principais: trabalho de campo, análise documental e, análise das ações e interações, a primeira concretizada pelo acompanhamento de toda tramitação da formação do CMDR 2018-2020, a segunda, feita para o levantamento de dados que nos serviu de guia para a reconstituição histórica feita no segundo capítulo, e a terceira feita a partir da análise dos debates e performances feitos na Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural e outras reuniões do CMDR. Ambas as técnicas serão melhor explicadas e justificadas no apêndice metodológico.

Esta dissertação se justifica pela importância de reconstruir o cenário de luta das agriculturas feitas no município carioca. Quando conhecermos os dados históricos, veremos que a produção agrícola se concentrava na Zona Rural da cidade que aos poucos foi se transformando pelo processo de urbanização. Este processo não é incomum. Inúmeros estudos analisam o confronto de atividades rurais e agrícolas frente ao fenômeno urbano e demonstram a urbanização de espaços rurais ou a constituição de novas ruralidades, com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas. No entanto, são mais escassos os estudos que buscam entender o processo de permanência e ressignificação das atividades agrícolas nos espaços urbanos. Esta pesquisa se constrói em um contexto no qual o debate sobre agricultura urbana está posto nos espaços públicos. Hoje, no município do Rio de Janeiro, vemos expressões de ruralidade, e a dialética rural x urbana, não desaparece, ela se caracteriza conforme os atores se identificam e identificam suas trajetórias. Se a urbanização sempre foi uma ameaça presente na história dessas agriculturas, na atualidade surgem novas expressões de práticas agrícolas urbanas, assim como perduraram as feições rurais cultivadas pelos agricultores ou outros grupos sociais.

Concordamos com Costa & Almeida (2012), quando nos chamam atenção para a carência de estudos sobre agricultura e cidade, – corroborando com um imaginário social onde habita a ideia da prática agrícola feita apenas no ambiente rural, e como elas colocaram, faz com que as experiências de agricultura urbana sejam consideradas como algo local, pequeno e frágil. Ao olhar para o passado, não se trata de entender tudo como agricultura urbana, mas de compreender as formas de reconfiguração do rural-urbano, da coexistência do rural-agrícola e do urbano-agrícola ao longo do tempo.

No entanto, assim como elas, que contrapõem essa falta de estudos à riqueza da produção de experiências da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, de Belo Horizonte/MG, podemos também ver no caso carioca, que os agricultores da cidade estão historicamente produzindo experiências agrícolas, sociais, econômicas e territoriais, que,

mesmo em meio a dificuldades relacionadas à invisibilização dos mesmos, resultam na permanência desses agricultores na paisagem<sup>5</sup> carioca.

A leitura prevalente sobre o tema versa sobre a falta de apoio da instância municipal para a atividade agrícola. Esta versão se confirma pela ausência, em sucessivas gestões municipais, de secretarias específicas para tratar da agricultura. Este fato, contudo, não elimina a tarefa de reconstituir os caminhos institucionais, as secretarias nas quais o tema da agricultura foi alojado e com quais outros assuntos esteve associado, veremos casos de espaços institucionais, criados dentro de secretarias mais amplas, que contemplam a agricultura local, como é o próprio caso do CMDR. Reconstituir este caminho nos ajudará a perceber as formas de resistência, os atores e interesses que estiveram em torno da agricultura carioca ao longo do tempo.

A partir do trabalho de campo pudemos ver que, na atualidade, a Prefeitura do município, representada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI), se manifestou sobre temas que interessam à agricultura local, convidando atores e movimentos sociais a construir coletivamente um conselho que contemplasse os interesses desses agricultores, a partir de suas próprias demandas. Não sem contradição, em um primeiro momento de trabalho de campo, pudemos ver o quão conflituosa essa relação pode ser.

Como objetivo geral, a proposta é reconstituir a trajetória da agricultura carioca, por meio de pesquisa documental e pensar essas agriculturas enquanto uma arena pública (FUKS, 2001) que envolve agentes da Prefeitura, professores, pesquisadores, agricultores, instituições e sociedade civil. Para cumpri-lo, partimos do acompanhamento de uma ação encabeçada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio de Janeiro, que convocou professores, pesquisadores, agricultores, instituições e sociedade civil para compor um Conselho que juntamente com a Secretaria, pensou e desenvolveu a Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural (2018), o objetivo dessa organização e da Conferência foi reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Para que isso fosse possível, foi feita uma dinâmica de reuniões pré-conferência que objetivava entender as demandas dos agricultores para que no dia da Conferência fosse elaborado coletivamente um documento para orientar e reger as atividades do CMDR 2018-2020, visto que nele estariam contidas todas as demandas e reivindicações dos agricultores e demais beneficiados. O campo desta pesquisa se desdobra em acompanhar as atividades relativas à reativação do Conselho.

---

<sup>5</sup> Por paisagem entendemos como um cenário constituído de designações materiais e imateriais, físicas e simbólicas, sociais e históricas e, por este motivo nos serve bem se compreendemos que a pesquisa trata de um apanhado histórico que reconstitui um cenário de lutas em torno das agriculturas praticadas no município, que mostram com a paisagem foi e é constantemente construída e alterada conforme a ação dos personagens e não-humanos que a caracterizam (DIAS, 2017).

Como objetivo específico, iremos reconstruir o debate público que se estabeleceu no contexto de formação do CMDR.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa se trata de uma dissertação inserida no campo das Ciências Sociais e que, portanto, nos permite utilizar uma combinação metodológica das três áreas que a compõe, aqui veremos primordialmente, métodos e técnicas da antropologia e da sociologia, sendo utilizadas. Veremos em alguns momentos análises de situação social<sup>6</sup>, e também outras contribuições antropológicas, a partir do crescente interesse da disciplina em estudar, de forma mais sistemática, as sociedades contemporâneas (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Inicialmente este trabalho se dedica a fazer um apanhado histórico dos processos que circundam a agricultura no município do Rio de Janeiro, metodologicamente, isso se justifica com a ideia de que apenas trabalhar com informantes seria insuficiente,

[...] uma abordagem que privilegia a análise das representações, baseada em discursos de informantes, frequentemente procedentes de respostas às indagações formuladas pelo pesquisador sobre situações hipotéticas ou temas abrangentes — apresentam-se graves perigos metodológicos (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 10).

Para Feldman-Bianco (1987) as informações obtidas a partir de indagações conforma no máximo a uma abordagem que compreende as diferentes visões de mundo relatada pelos informantes, o que pode não ser representativo de suas ações concretas em determinadas situações. Isso também pode gerar certa falta de separação entre o que é a abstração do pesquisador e a resposta - que também pode ser fruto de abstração – do pesquisado. Para a autora, o risco dessa abordagem, por fim, é que o pesquisador acabe adotando conceitos e categorias do pesquisado sem problematizá-los. Nesta dissertação, o uso da perspectiva histórica nos instrumentaliza para que possamos analisar as categorizações a partir de sua circunstância histórica, tal qual sugere Feldman-Bianco (1987). Além disso, a perspectiva histórica corrobora para que possamos entender e interpretar categorias em seu contexto processual, como elas emergiram, sem correr o risco de aceitar como dadas e não as problematizar. Assim veremos, por exemplo, como e porque a agricultura praticada no maciço

---

<sup>6</sup> Ler em GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

da Pedra Branca é chamada de agricultura familiar e na atualidade pode ser interpretada também como agricultura urbana.

Para compreender o processo pelo qual esses agricultores cariocas passaram e estão passando ao longo do tempo, a pesquisa se respalda metodologicamente pelos escritos de Norbert Elias (1994) a respeito da perspectiva processual da história. A partir disso, entendemos os processos de urbanização a qual os produtores cariocas foram submetidos, considerando que as transformações inserem cada geração um passo à frente do que foi cunhado pela anterior, criando novas configurações que são o resultado da relação entre indivíduos e indivíduos em grupo, algo que vemos nas transformações percebidas no Sertão Carioca, como colocou Elias (1994):

[...] esses métodos — a análise e a sinopse das configurações — são parte integrante de muitas pesquisas sociológicas. Desempenham um papel, por exemplo, na construção de modelos de grande e pequena escala – modelos de burocracias e de vilarejos, de sistemas de relações de força e de famílias; encontram-se por toda parte, na criação, desenvolvimento e revisão de hipóteses e teorias sociológicas (ELIAS, 1994, p. 56-57).

Se é que assim podemos usar a ideia de evolução fora de uma concepção valorativa que contrapõe o ponto de partida e o ideal a ser alcançado, observaremos então o processo de evolução da agricultura ao longo do tempo, tendo a utilização dessa ideia sendo compreendida em sua dimensão de mudança social e não como a que foi dita anteriormente. Compreendemos que o indivíduo muda e produz mudança social ao longo dos processos de transformações que passa, seja pela autoanálise do comportamento humano, pelo desenvolvimento sociocultural, técnico, econômico, que são construídos a partir das relações sociais. Esta evolução, baseada nas configurações sociais ao longo do tempo, teve uma dinâmica importante a partir da interação em rede. Esses movimentos, por sua vez, se organizam em redes que se definem como um conjunto de práticas políticas formadas por três níveis: organizacional, articulatório e mobilizatório (SCHERER-WARREN, 2007). Tais movimentos incluem uma construção identitária da luta, definem opositores sociais ou sistêmicos, em nome de um projeto de transformação social, política, cultural ou sistêmica.

Enquanto pesquisadora, estive presente em algumas reuniões lançando mão da perspectiva etnográfica, não somente da forma tradicional onde pesquisador e pesquisado são colocados em diálogo, mas também em momentos de observação dos interditos (ZALUAR, 1986), dado que em momentos de reunião todos os participantes eram convidados a falar sobre o que pensam a respeito dos eixos temáticos condutores desses encontros, era possível observar

entre os mesmos, os pontos de conflito e concordância, as demandas, as decisões, assim podendo ver os padrões e/ou processos de transformação (ZALUAR, 1986) que estavam sendo colocados. O ambiente de pesquisa era dinâmico de forma que a minha condição de pesquisadora se deu em contextos de reuniões, grupos de trabalho, pré-conferências, nas quais as possibilidades de investigação só eram possíveis se realizadas de modo participativo. Deste modo, esta pesquisa, em muitos momentos se define também como uma forma de pesquisa-ação (FELDMAN-BIANCO, 1987), isso se deu pelo posicionamento também estar carregado de certo sentido militante, a dimensão reflexiva entre pesquisa e militância estava presente. Assim como nós, vários outros atores presentes estão pensando criticamente sobre os eventos e ao mesmo tempo intervindo. Essa pesquisa se insere nesse contexto, pois tivemos acesso aos processos a partir dessa lógica, isso justifica a utilização do pronome no plural ao longo deste trabalho, “nós”, “vimos”, “pensamos”, pois, a pesquisa-ação tem esse caráter de coletividade na pesquisa, mesmo que ela seja individual, nunca se faz sozinha, mas sempre em relação ao outro, em compartilhamento. Além disso, a utilização de verbos como: “veremos”, “encontraremos”, “chegarmos”, é um convite ao leitor para que ele caminhe conosco ao longo da dissertação.

Outro elemento que nos dá ferramentas para analisar o campo é ver as pessoas em interação, como é o que acontece nas reuniões e aconteceu na conferência, como colocou Bela Feldman-Bianco:

Ao reavaliarem a produção antropológica no contexto destas questões, estes Autores sugerem que a especificidade de sua disciplina reside no estudo microscópico e detalhado de interstícios sociais e relações interpessoais. Esta especificidade inclui uma tendência para se privilegiar a observação do comportamento concreto de indivíduos específicos, suas ações, interações e estratégias em contextos também específicos (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 14-15).

Portanto, participar dessas reuniões com pessoas a qual o contato já foi estabelecido há certo tempo, faz com que as conversas informais sejam corriqueiras e próximas, tanto entre os participantes quanto entre eles e a pesquisadora, o que fez com que pudéssemos observar dados que surgem espontânea e informalmente, além de nos permitir olhar para as relações interpessoais que acontecem durante a ocasião. As reuniões eram por excelência uma via de mão dupla, pois estando lá enquanto pesquisadora a convite de seus organizadores, pudemos nos valer tanto da riquíssima fonte de informações geradas pelos pesquisados, e também daquilo que foi produzido como resultado oficial e repassado para os organizadores que utilizaram esses discursos para elaborar a base daquilo que seria o documento final das diretrizes, logo, seguindo

o que foi colocado por Zaluar (1986), foi possível estar em contato com os pesquisados em momentos mais delicados em que se revelam coisas e diálogos entre seus pares, porém, sem substituir ou abrir mão do discurso que foi produzido oficialmente, ou melhor dizendo, direcionado a algo. Além do mais, esse posicionamento duplo, permite pensar naquilo que é o fazer antropológico e sua mediação (ZALUAR, 1986), podendo reconhecer os limites e potencialidades que cada forma de se posicionar tecnicamente frente à pesquisa pode lhe dar, levando em consideração sempre o valor político da mesma.

A combinação de técnicas está respaldada teoricamente pela ideia de que o fazer científico não se dá apenas pela metodologia clássica e pode sim ser combinado a mais de uma técnica, já que os tempos mudam e as formas de pesquisa não permanecem estáticas. Embora, ainda hoje, o trabalho de campo etnográfico seja incentivado para aqueles que estão se formando antropólogos, ou até mesmo, cientistas sociais, a ciência não pode ignorar as novidades de cada tempo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007) nem excluir outras possibilidades metodológicas. Além disso, por se tratar de um trabalho do campo das ciências sociais, o trabalho dispõe de uma combinação de metodologias tanto da antropologia quanto da sociologia, que nos permitam pensar sobre as estruturas econômicas que envolvem nosso objeto de análise. Lançar mão dessa combinação de metodologias diz muito do ofício das Ciências Sociais e de como ela se dedicou ao aperfeiçoamento dos métodos ao longo de sua história, como escreveu Cano: “[...] nenhuma outra ciência dedica tanto esforço e cavilação a pensar no seu método” (CANO, 2012, p. 106). Acredita-se nas potencialidades dessa combinação e nas portas que elas nos abrem durante a pesquisa. O posicionamento do pesquisador em campo observando seus pesquisados e a produção dos discursos (FOUCAULT, 1996) feitos pelos atores estudados, podem fornecer os caminhos favoráveis para responder as nossas perguntas, ainda em formação, direcionadas ao nosso objeto.

Fez-se necessário, ao longo do processo de pesquisa lançar mão da análise documental. Os antropólogos e cientistas sociais têm cada vez mais transformado registros documentais em fontes de pesquisa e coletâneas de dados que podem ou não ser combinados ao trabalho de campo (CASTRO & CUNHA, 2005). Assim, o arquivo torna-se também o campo. Embora tenham sido poucos materiais documentais e mais materiais bibliográficos, tivemos como material documental as atas do CMDR 2002 e do atual, o documento base da Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de 2002. Muitos desses materiais não foram publicados, foram impressos e encadernados para atender ao público que participou desses eventos ou circularam em meio digital, via e-mail no formato pdf. Deste modo, dadas as condições de fragilidade

institucional das políticas agrícolas e agrárias municipais, esta pesquisa cumpre o papel de registrar este momento político e alguns desses documentos. Já na pesquisa bibliográfica, tivemos importantes contribuições encontradas nos registros do Boletim Carioca de Geografia, dos anos 50, 60 e 80, feitos por autores como Galvão (1957), Bernardes (1959) e Silva (1958), foi a partir deles que conseguimos levantar dados da produção, modo de vida e organização política dos agricultores da cidade do Rio de Janeiro. Esses estudos geográficos foram de extrema importância para compreender a dinâmica do Sertão Carioca e identificar suas transformações socioespaciais ao longo do tempo. São poucos os registros a respeito das décadas entre 1960 e 2000, por isso a importância desta produção rica em dados e imagens daquela região.

Assim, no primeiro capítulo buscaremos fazer um apanhado histórico da trajetória da agricultura no município, a partir da pesquisa bibliográfica, registros que possam situar a pesquisa no tempo e espaço. Em seguida, no segundo capítulo, privilegia-se a emergência dos movimentos sociais e suas relações com a instância pública passando pelo debate de redes e arenas públicas, a partir do estudo bibliográfico, documental e algumas contribuições de trabalho de campo (algumas falas presenciadas, alguns eventos), até chegarmos no terceiro capítulo, onde se encontra uma descrição do trabalho de campo que foi o ponto de partida que nos despertou a curiosidade de pensar as transformações históricas das agriculturas cariocas ao longo dos anos, acompanhamos então, a reformulação do CMDR e suas reuniões. Nesse espaço pudemos ver a produção de discursos, debates, interações e performances, além de poder entender as relações em rede das organizações representadas no Conselho, para além dos momentos em reuniões. Não obstante, por termos acompanhados várias reuniões, optamos por trazer um subcapítulo que se dedica a justificar e analisar as reuniões a qual pudemos acompanhar, a luz do trabalho de John Comerford (1999) e Bela Feldman-Bianco (1987).

## CAPÍTULO I – A AGRICULTURA CARIOCA: Séculos de história

Este capítulo visa mostrar em perspectiva histórica, como a agricultura foi se desenvolvendo e se estabelecendo na Zona Rural da cidade do Rio de Janeiro (também conhecida como Sertão Carioca<sup>7</sup>) e depois denominada Zona Oeste<sup>8</sup>. Desde os séculos XVI e XVII já havia produção agrícola na região, e aqui, nos atentaremos para fins de contextualização, na produção agrícola feita no Sertão Carioca, a partir do século XVIII e, que levou a atual configuração dos últimos 60 anos após o remodelamento citadino que fez com que a agricultura se transformasse ao longo do tempo e do território. Reconstruir o Sertão Carioca é como escrever um prólogo que nos permite chegar e compreender a atual configuração das agriculturas cariocas.

Segundo Fridmann (1999 apud SANTOS & RIBEIRO, 2007), Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Irajá, Inhaúma, Tijuca, Engenho Novo, Santo Antônio e Santa Cruz, eram áreas da cidade do Rio de Janeiro consideradas como Zona Rural<sup>9</sup> que, no século XVIII foi grande produtora de açúcar. Os registros mostram que nessa época apenas na área de Jacarepaguá, nas áreas da baixada do maciço da Pedra Branca, havia cerca de onze engenhos e que pertenciam às carmelitas e aos beneditinos. A cana-de-açúcar foi o cultivo responsável por desbravar a baixada, enquanto a de café teve o mesmo efeito na serra (encostas do maciço), no final do século XVIII (BERNARDES, 1959). No século posterior, um cenário de decadência econômica<sup>10</sup> fez com que as fazendas se concentrassem apenas nas áreas de Jacarepaguá e Irajá cuja produção e comercialização têm registros que mostram diferentes percepções sobre elas, por um lado há autores que mostram que essas áreas se tornaram produtoras comerciais, por outro, que elas produziam apenas para abastecimento interno ou de outros mercados. Em geral, a área era vista como um lugar de grande valor populacional e comercial, que se comprova pelo

---

<sup>7</sup> Termo celebrizado por Magalhães Corrêa, em 1933 e que carrega um universo semântico que iremos tratar a seguir.

<sup>8</sup> Conforme os materiais acessados para esta pesquisa, tanto Sertão Carioca quanto Zona Oeste não são termos institucionais-administrativos, são termos apenas geográficos de denominação das áreas da cidade.

<sup>9</sup> Instituída pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. (FRIDMANN, 1999 apud SANTOS & RIBEIRO, 2007).

<sup>10</sup> Santos e Ribeiro (2007) relativizam a ideia de decadência. Segundo os autores, o termo refere-se à grande agricultura e não a uma importante produção de pequena escala que se beneficiou da decadência da grande agricultura, é a partir desta que foi possível observar novas manifestações de agricultura: “Essa representação que tomava a Zona Rural pelo viés da decadência, carregada pela nostalgia de uma “época de ouro”, não nos permite compreender importantes processos que a partir dessa época passavam a tomar forma na Zona Rural. Um deles diz respeito à formação e expansão de uma agricultura baseada na pequena produção. Se atentarmos para este processo com mais cuidado, veremos que a disseminação da pequena lavoura se deveu menos à derrocada da ordem dos grandes senhores de terra e mais a uma estratégia posta em prática por eles mesmos para a obtenção de ganhos econômicos e, possivelmente, simbólicos” (SANTOS & RIBEIRO, 2007, p. 3-4).

fato de que Jacarepaguá concentrava a freguesia de maior população escrava da Corte, após o fim da escravidão, junto com outros fatores, a paisagem social da Zona Rural se alterou bastante. (SANTOS & RIBEIRO, 2007). Registros encontrados no “Boletim Carioca”, de 1957, apontam para a existência de uma produção agrícola expressiva na região de Vargem Grande, que fica em uma das encostas do maciço da Pedra Branca, atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro:

A cerca de sessenta quilômetros a sudeste do centro do Rio de Janeiro, ao longo da estrada dos Bandeirantes, situa-se, no distrito de Jacarepaguá, uma região agrícola de grande importância econômica, que contribui, com parcela não desprezível, para abastecer a cidade, de banana, verduras e legumes [...] (GALVÃO, 1957, p. 35).

E continua:

Vargem Grande é o nome dessa área que compreende: a) as encostas de um trecho do maciço da Pedra Branca, b) uma planície piemonte que as acompanha, insinuando-se por uma ria recortada na serra e hoje entulhada, e c) uma baixada turfosa, campos de Sernambetiba, que se estende ao sul, até a linha de moderna restinga [...] (GALVÃO, 1957, p. 35).

A título de contextualização, inserimos aqui o trabalho de Maurício de Abreu (2006), sobre os engenhos na capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, onde ele segmenta o território do Estado do Rio de Janeiro em oito áreas de produção agrícola, dentre elas estão: a área 2, que corresponde a Baixada de Jacarepaguá, e, a área 5, que corresponde a Campo Grande e Guaratiba, entre os maciços da Pedra Branca e do Mendanha. Assim, pode-se afirmar que já havia atividade agrícola na região do que entendemos, a partir dos autores utilizados, como Sertão Carioca, já nos séculos anteriores. Além disso, os escritos de Abreu (2006) corroboram com os dados da existência de onze engenhos na Baixada de Jacarepaguá e mostram que eles existiam nessa quantidade desde 1690. Como colocou Abreu (2006), toda a porção rural do Rio de Janeiro, foi chamada de Sertão Carioca, nome cunhado por Magalhães Corrêa em 1933, e é sobre ele que falaremos a seguir. Aqui também é importante pontuar que em 1889, com a Proclamação da República, a cidade do Rio de Janeiro era a capital do País, ao longo do tempo as mudanças políticas interferiram na configuração da cidade e na agricultura local, veremos adiante quando chegarmos ao ponto sobre os ideais de urbanização e zoneamento da cidade.

Oliveira (2010) ao revisitar os registros da colonização da área que hoje conhecemos como Barra da Tijuca e Jacarepaguá, conta que quando essa região passou a ser oficialmente posse dos filhos do primeiro governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, um deles,

conhecido como Gonçalo, ficou com a parte referente a região citada e lá instalou um de seus engenhos. Oliveira (2010) diz que os engenhos de açúcar do período colonial tiveram grande relevância para a formação da paisagem atual da Mata Atlântica, tanto em sua forma estrutural, quanto na funcional, e, as atividades secundárias desenvolvidas nos engenhos, como a pecuária, possivelmente interferiram<sup>11</sup> na ecologia local. Outra atividade dos engenhos que, segundo Oliveira (2010) pode ter alterado significativamente a paisagem, se dava por conta da extração de madeira demandada pelos engenhos de cana de açúcar, tanto para a construção de caixas para o transporte, quanto para a obtenção de lenha. Para o autor, o abate pode ter sido feito de forma seletiva e as tábuas podem ter sido levadas por grandes distâncias, sugerindo a possível alteração em grandes extensões territoriais. Posteriormente, quando a filha de Gonçalo, a Duquesa Vitória casou-se com Dom Luís Céspedes Xeria, as terras que passam por Camorim, Vargem Grande e chegam à praia, foram dadas como dote. Anos depois com a morte de Gonçalo e do marido de D. Vitória, a administração das terras ficou na mão das viúvas. D. Vitória, por sua vez, antes de partir deixou, em testamento, suas terras aos beneditinos do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. A presença dos beneditinos e carmelitas é algo que vemos também no trabalho de Santos (2011).

No final do século XIX, os registros mostram que as terras vinham passando por um processo de abandono alavancado pela improdutividade<sup>12</sup> agrícola e doenças como malária e febre-amarela, fazendo com que as grandes propriedades fossem divididas e uma produção baseada nas pequenas lavouras fosse instaurada. Grandes propriedades foram divididas em chácaras e sítios que foram arrendados ou aforados pelos lavradores, impulsionando a formação de uma economia de subsistência na Zona Rural da cidade carioca. Até as três décadas iniciais do século XX, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz, se mantêm como as principais freguesias da Zona Rural da cidade (SANTOS & RIBEIRO, 2007). Nos anos 50-60, registros apontam para a existência de atividade agrícola em uma região que fora chamada de “Sertão Carioca”, e é sobre ela que nos debruçaremos adiante. Para entendermos como isso se deu e localizar nosso debate, mostraremos de forma macro o que é o Sertão Carioca.

Segundo Santos (2011), este termo foi cunhado por Magalhães Corrêa, um naturalista, para apontar terras das antigas freguesias rurais. A definição de Magalhães Corrêa (1933),

---

<sup>11</sup> Exemplos de interferência: pisoteamento do solo, incapacidade de infiltração da água e processos erosivos. (OLIVEIRA, 2010)

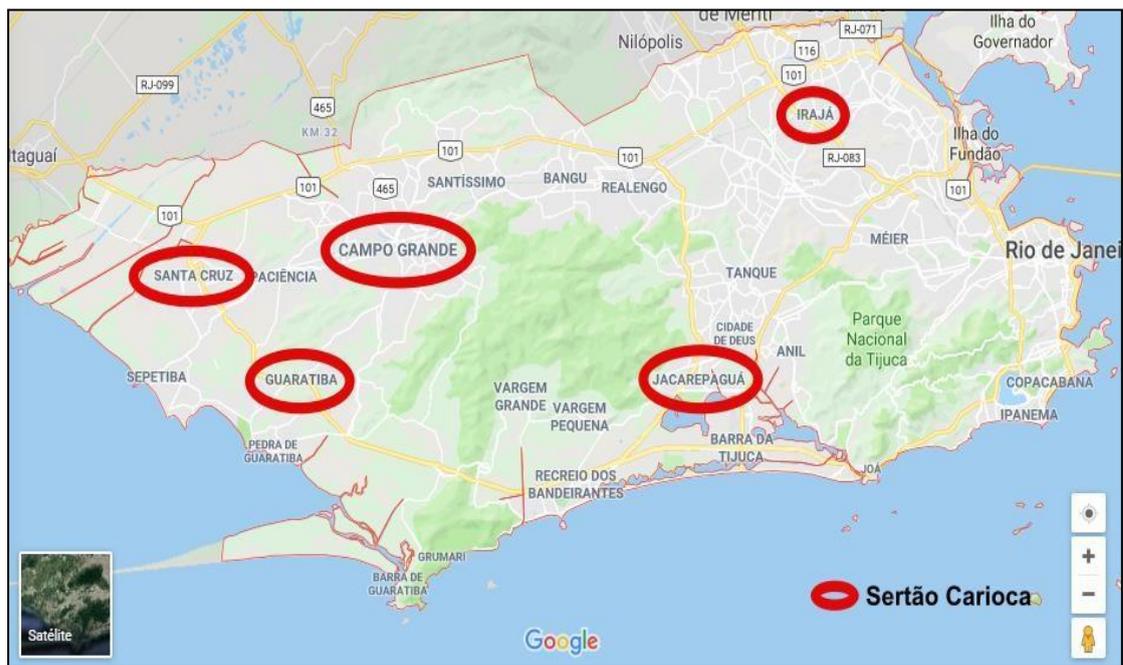
<sup>12</sup> A ideia de improdutividade agrícola não deve ser naturalizada ou esvaziada de interesse político. No texto que segue, podemos perceber que a ideia de improdutividade serviu como escopo para que as terras fossem ocupadas por outros interesses, como por exemplo, a expansão imobiliária.

restringe como Sertão, a área da Baixada de Jacarepaguá, mas alguns autores fazem o uso alargado desse termo, Santos (2011), por exemplo para outras áreas como: Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Irajá e Santa Cruz, que correspondiam a cerca de 60% do território carioca até meados do século XX. Para Fernandez (2009) e Pedroza (2010), quando Magalhães Corrêa, escreve em sua obra, sobre esse “Sertão Carioca”, o título é portador de um conjunto de significados que adjetivavam este rural em contraste com outras áreas da cidade, mais urbanizadas. Segundo Fernandez (2009), a própria obra de Corrêa (1933) além do contraste entre os usos rurais e urbanos, relata a alteração do caráter do local que ameaçava a autenticidade cultural de seus moradores, mostra também que o desenvolvimento de atividades econômicas industriais poderia inviabilizar o modo de vida dos que viviam no Sertão Carioca (FERNANDEZ, 2009). Assim, segundo a autora, o significado de Sertão Carioca era mais que uma simples designação da área rural da cidade, fazia parte de uma matriz interpretativa que possibilitava a reflexão sobre outros sertões e interiores do Brasil. De fato, ao descrever o Sertão Carioca, Corrêa (1933) descrevera atividades relativas ao modo de vida sertanejo, suas atividades, festividades, profissões, uma identidade descoberta a partir do olhar para trabalho agrícola. Ele mesmo, em dado momento, se surpreende ao descobrir sobre um costume a qual um informante lhe contara:

Cantoneiros há, que, além da plantação exclusiva do capim cheiroso, fazem de outras folhagens combinação que produz coloração alegre nessa monotonia verde. Conversando com o do kilometro 30 — Páo Ferro — uma sexta-feira da Paixão, observei que jovens de ambos os sexos, famílias inteiras, passavam em trajes domingueiros, com frangos, fructas e doces embrulhados; perguntei-lhe a razão daquele aparato. O velho cantoneiro me explicou: os afilhados nesse dia vão visitar as madrinhas, levando presentes, e quando não vão, mandam busca-los para receber a benção, costume da terra’ carioca, que ignorava, vindo a saber por curiosidade. (CORRÊA, 1933, p. 254)

Comprendemos, portanto, que, para além da designação geográfica, o Sertão Carioca carrega em si um rico universo cultural retratado por Corrêa (1933). Na atualidade, observa-se uma busca pelo resgate identitário do Sertão Carioca como forma de reafirmar modos de vida tradicionais. Para situar e fazer um esforço imaginativo, abaixo temos o recorte de um mapa que ilustra aquilo que Santos (2011), atualizou e redefiniu geograficamente em sua obra, como Sertão Carioca:

**Figura 1.** Mapa do Sertão Carioca, feito pela autora, segundo a definição de Santos (2011).



Fonte: Google Earth, 2018.

Segundo Santos (2011), a ocupação dessas terras pelos trabalhadores do campo se deu entre os séculos XVIII e XIX, quando essas ainda eram engenhos ou fazendas de café pertencentes, em sua maioria, a entidades religiosas como Carmelitas e Beneditinos. No entanto, Oliveira (2010) conta que em dado momento o cenário político foi responsável pela derrocada da administração das entidades religiosas,

[...] em 1871, a política imperial tramou contra as propriedades do clero regular e os beneditinos alforriaram todos os seus escravos. A partir daí, segundo as crônicas dos beneditinos, as fazendas entraram em acelerada ruína. Assim, chegam a termo os mais de 200 anos de administração beneditina do Camorim. O complexo das três fazendas foi vendido por 250 contos de réis à companhia Engenho Central de Jacarepaguá, para quitar dívidas tributárias. (OLIVEIRA, 2010, p. 122)

A região de Guaratiba teria sido a primeira a receber migrantes cearenses, que iniciaram o cultivo de laranjas e coqueiro-anão. Na região da Freguesia, mais precisamente no Engenho da Serra, onde hoje se localiza a estrada Grajaú-Jacarepaguá, a fazenda Cantagalo, que tinha cerca de setenta escravos, plantava-se cana-de-açúcar, arroz e café. Mas, como colocou Santos (2011), citando as contribuições de Leonarda Musumeci (1987), foram os imigrantes portugueses instalados nas regiões de: Realengo, Bangu, Jacarepaguá, Rio da Prata, Guandu, Sena e Guaratiba, que introduziram e se destacaram pelo cultivo de verduras e legumes, e pela implantação de algumas técnicas de plantio. Na região do “brejo” de Vargem Grande, a ocupação das terras aconteceu um pouco depois, por volta de 1937, quando o órgão do governo encarregado dos assuntos relativos a saneamento básico da Baixada Fluminense, iniciou obras

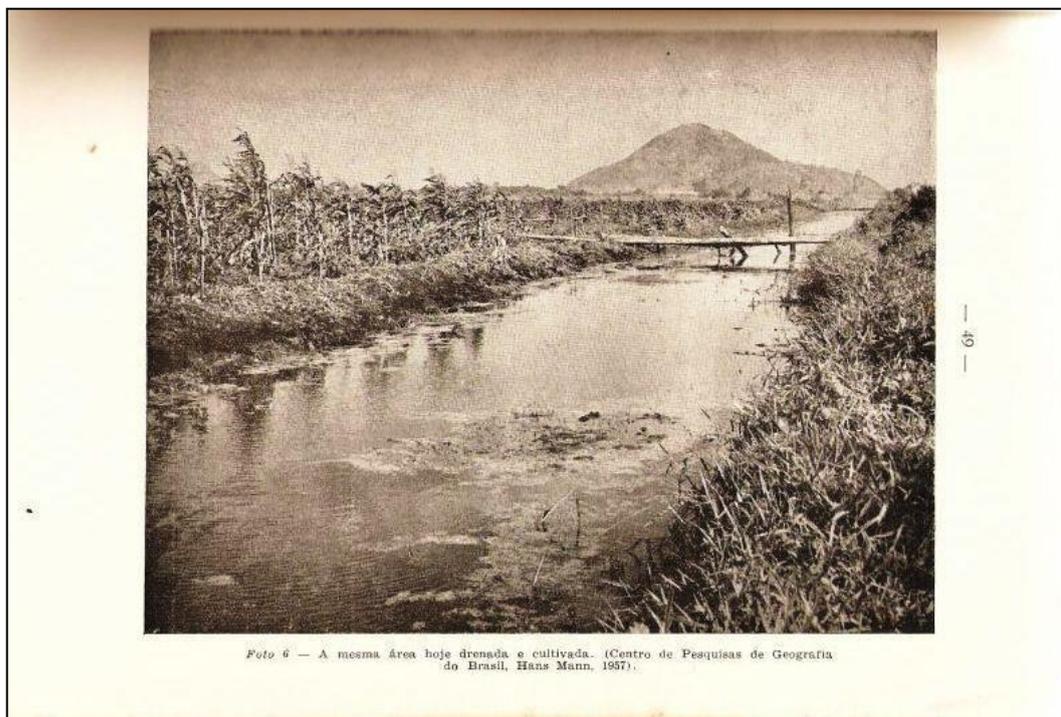
de drenagem, possibilitando que, lentamente, esse espaço fosse ocupado por lavradores que tiveram incentivo financeiro da prefeitura para a abertura das primeiras roças (GALVÃO, 1957). A princípio a área foi tomada por lavradores brasileiros, mas cerca de cinco anos depois, os portugueses chegaram a corresponder cerca de 90% da população local (GALVÃO, 1957). Para a autora, os portugueses deram uma nova feição à região, não apenas pela introdução de técnicas inovadoras, mas pela forma como utilizavam a terra, seus modos de vida, habitação e organização do trabalho.

**Figura 2.** Região do brejo antes das obras de drenagem e da implantação dos cultivos.



**Fonte:** GALVÃO, 1957, p. 48.

**Figura 3.** A mesma região, após as obras de drenagem e já cultivada.



Fonte: GALVÃO, 1957, p. 49.

Concomitante, na esfera política, acontecia um momento de conflitos intensos por terras. Se olharmos para as contribuições de Manoela Pedroza (2010), veremos que ela fala dessa organização política e da luta camponesa pela terra no Sertão Carioca.

Santos (2011) e Pedroza (2010) escreveram sobre um fato correlato ao que Galvão (1957) havia anunciado quando falava sobre a ocupação das terras em Vargem Grande e a dragagem na Baixada de Jacarepaguá. Santos (2011) e Pedroza (2010) referem-se ao processo similar acontecido na Baixada Fluminense. Pedroza (2010) conta que em meados de 1938 iniciaram-se, a mando do governo federal, obras de drenagem e saneamento em cidades da Baixada Fluminense, mais precisamente nos municípios que ficavam mais próximos da cidade do Rio de Janeiro, visando melhorar a salubridade e facilitar a colonização. Adiante, a autora mostra que essas obras coincidiram com um período de migração massiva para a cidade do Rio de Janeiro, que teve como consequência uma alta no preço dos aluguéis do centro da cidade, fazendo com que a população migratória se instalasse nas periferias e município vizinhos. Pedroza (2010) demonstra que as obras que poderiam incentivar a produção agrícola, por conta das melhorias no saneamento, acabaram por aumentar a especulação dessas terras para o loteamento urbano e a disputa dos grandes proprietários pelas terras dessa região. O aumento da demanda por terras, por conta da alta migração e da especulação imobiliária, gerou a escassez de terras que, por sua vez, fez com que os sertões cariocas passassem por um período de

valorização. Vejamos que essas terras que antes tinham sua valorização relacionada à agricultura, nesse momento deixa de tê-la como o motivo de interesse por parte de quem as desejava. Pedroza (2010) mostra que essa situação se confrontava com algumas legislações que falavam em privilegiar a produção agrícola naquelas terras e isso fez surgir as primeiras iniciativas de luta. Cerca de 5 mil famílias estavam ameaçadas a serem despejadas de seus locais de moradia por conta dos novos loteamentos, foi então que uma camada de pequenos lavradores deu origem à resistência organizada frente aos despejos no Sertão Carioca. A autora mostra que a resistência a esses despejos foi a forma mais comum de luta durante as décadas de 40, 50 e 60.

Diferente das Ligas Camponesas no Nordeste do país, que lutavam contra o latifúndio, no Sertão Carioca, a organização fazia resistência à especulação urbana. Os posseiros se organizavam em mais de uma modalidade de ação em sua luta contra os despejos, segundo a autora, resistiam à violência de jagunços e policiais, recorriam às autoridades, promoviam manifestações públicas, abaixo-assinados, pressionavam políticos e denunciavam arbitrariedades dos grileiros nos jornais. Para ela, a resistência à expulsão é uma resposta à pressão externa. Não foi prevista, foi necessária. E aos poucos, pelo aprendizado e troca política, adquiriram caráter estratégico e oficial nos casos de desapropriações. As ações de resistência colocavam em jogo a contestação dos poderes exercidos, e não em esfera política, mas em esfera social (PEDROZA, 2010), revelando-se uma relação político cultural que pode ou não envolver o poder do Estado e suas instituições, havia que se perceber, principalmente, os agentes em disputa na vida social concreta.

A organização política dos lavradores cariocas foi paralela e dependente de mudanças políticas no, até então, Estado do Rio de Janeiro (PEDROZA, 2010), passando por fases que foram influenciadas por seus comandantes políticos que nem sempre favoreciam a resolução dos conflitos de terra. Até 1950, com o Decreto-lei de 10 de novembro de 1944 até 1950, somente o sindicato de empregados rurais era reconhecido, excluindo arrendatários, posseiros, pequenos proprietários do direito de se organizarem, foi aí que setores de esquerda e as Ligas Camponesas<sup>13</sup> passaram a incentivar a formação política com os trabalhadores rurais e engendrar as organizações camponesas. A falta de organização desses camponeses até então,

---

<sup>13</sup> No Brasil, as Ligas camponesas participaram dos principais movimentos de resistência durante a ditadura militar (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008). Segundo os autores, desde 1940 havia posseiros e lavradores se organizando para garantir o direito de permanecer nas terras da Baixada Fluminense. Antes mesmo do surgimento das Ligas Camponesas nesse local, já havia a atuação da Federação dos Lavradores do Rio de Janeiro, que, em dado momento, apoiaram-se não só nas ações de resistência relacionadas à Baixada Fluminense, mas em outras regiões do Estado, como a cidade de Campos.

não os eximiu de sofrer pressões dos mecanismos de poder (PEDROZA, 2010). Na verdade, sua organização era apenas feita fora do Estado e foi consequência da dominação que incidia sobre eles. Nos sertões cariocas os lavradores defendiam suas terras e o direito de produzir nelas. A novidade foi quando eles resgataram antigos princípios – suas lembranças de direitos e representações de justiça que conheciam – e os atualizaram para a nova situação de luta, que culminou em reivindicações que foram incorporadas à legislação muito tempo depois. Uma das hipóteses de Santos (2011), é que ainda nos anos 40, quando a luta pela terra no Sertão Carioca era intensa frente ao avanço imobiliário desenfreado, fez com que o plano de existência cotidiana desses agricultores alcançasse outros espaços que permitiram a ligação com a militância política e outros movimentos sociais, promovendo sua politização. Para o autor, “O pequeno lavrador carioca não era de forma alguma um tipo “isolado”, cujo horizonte estivesse restrito ao seu “pequeno mundo”.

Voltando-nos para a produção agrícola, podemos ver que o destaque para a lavoura branca rendeu às “hortas de portugueses”, como assim eram chamadas, a qualificação de “vanguarda em produtividade e eficiência”, no mesmo período em que os portugueses começaram a se deslocar para a área do brejo, em Vargem Grande. Segundo Santos (2011), a produção no Sertão Carioca priorizava a “lavoura branca”<sup>14</sup>, que é como eram chamados os cultivos de hortaliças e legumes e a fruticultura. A maior parte dessa produção era vendida no mercado de Madureira, o restante era comercializado em feiras na Tijuca, Penha, Cascadura e Irajá. No mais, alguns poucos vendiam sua produção para intermediários que buscavam no próprio sítio ou mesmo na beira da estrada (GALVÃO, 1957). Além da comercialização, pudemos ver registros na “Revista Brasileira de Geografia” de 1959, que, alguns cultivos serviam para consumo próprio e alimentação de aves e porcos, tais como: milho e feijão (BERNARDES, 1959), em alguns casos, quando o sitiante era proprietário ou já estava ali há bastante tempo, criava-se um sentimento de segurança que o permitia o cultivo de árvores frutíferas que compunham o arranjo do em torno da casa, o que, segundo o autor, era muito comum na paisagem rural de Vargem Grande.

Bernardes (1959) recupera o aspecto negativo da exploração das encostas no então Distrito Federal. Segundo seus registros, a cidade carioca contava com plantios em seus

---

<sup>14</sup> [...] lavoura miúda ou “lavoura branca”, como costumam chamar as culturas temporárias, tem trabalho o ano inteiro. De abril a junho planta o chuchu, nas grotas mais frescas e sombrias; nas áreas mais ensolaradas semeia o milho em fevereiro e setembro, e deita na terra o aipim e a batata-doce, em qualquer época do ano. O jiló, maxixe, abóbora, são também cultivados, embora em menor escala. Como o período de maturação dessas plantas não é o mesmo, os lavradores estão sempre ocupados [...] (GALVÃO, 1957, p. 43-44). Sobre a produção agrícola da serra de Vargem Grande.

maciços e esses maciços eram divididos em duas partes: as encostas (serra) e a baixada (brejo), Galvão (1957), quando olha precisamente para a área de Vargem Grande, divide ainda a baixada em duas partes: baixada argilosa e baixada turfosa. O autor mostra que, na região das serras, havia certa “[...] despreocupação pela defesa do solo, contra o depauperamento e contra a erosão” (BERNARDES, 1959, p. 136). Mostra que, assim como nas paisagens agrárias do interior do país, entre os bananais e laranjais, viam-se capoeiras raquíticas e uma irregularidade de disposição de culturas que causam inconvenientes mais ou menos sérios a depender da natureza de cada tipo de cultura, podendo, inclusive, ajudar no lençol de escoamento, como no caso do chuchu, que por ter anteparos e covas bem tratadas e adubadas, contribuem para reter parte desse escoamento (BERNANRDES, 1959). Já no caso das laranjas, o autor salienta que por ocupar encostas muito íngremes, nem sequer deveriam ser consideradas como áreas de cultivo, além de serem dispostas de forma que constroem “ruas” entre as fileiras de plantação, que são limpas e deixam o solo exposto. Em geral, essas são áreas de serra, penetradas pelos ilhéus, que também eram portugueses, mas eram assim chamados por terem vindo da Ilha da Madeira. Os outros portugueses, aqueles citados anteriormente, que se instalaram no brejo, eram os do “continente”. A diferenciação entre eles foi percebida por Galvão (1957 apud SANTOS, 2011), mostrando que os portugueses do continente não gostavam de se misturar com os ilhéus, pois os consideravam “rudes e belicosos”, mas sua organização interna seguia um padrão, fosse com os portugueses do continente ou com os ilhéus, eles se reuniam em sociedades de três a quatro pessoas, podendo ser formados por membros da mesma província ou freguesia.

Segundo Bernardes (1959), a maior parte dos sitiantes que habitavam a serra não era proprietário das terras onde trabalhavam, assim como os que cultivavam nas colinas e planícies também não eram. Alguns moradores estavam situados em terras públicas, que, em geral, eram franjas das “florestas protetoras”<sup>15</sup> e ficavam nas partes altas dos maciços. Esses indivíduos eram conhecidos como posseiros e grande parte deles estavam concentrados nos arredores do maciço da Pedra Branca, tanto para o lado de Jacarepaguá, quanto para o lado de Campo Grande. Existiam também os sitiantes arrendatários, Bernardes (1959), mostra que em Campo Grande, haviam terras habitadas por sitiantes deste tipo, que pagavam um valor simbólico à

---

<sup>15</sup> Como mostra Fernandez (2009) o termo “florestas protetoras”, surge no século XX e se refere a uma das várias categorias que designam um espaço florestado protegido. Nos anos 40 as chamadas “Florestas Protetoras da União” foram criadas como ferramenta de proteção de mananciais. O estado do RJ criou vinte dessas florestas. Ver mais em: FERNANDEZ, 2009.

Igreja Metodista pela sua utilização, cerca de quatrocentos cruzeiros ao ano, por sítios com medidas de cinco a sete hectares, assim como os arrendatários de Jacarepaguá, que pagavam cerca de duzentos cruzeiros anuais à baronesa da Taquara<sup>16</sup>, outras terras, no entanto, eram arrendadas por valores mais altos pelos hortelões portugueses, na baixada, que cobravam de cinco a dez mil cruzeiros mensais, por alguns metros quadrados. Faz sentido pensar que o alto valor dessas terras se devia à localização das mesmas, já que estas eram propícias ao cultivo de verduras que eram consideradas como o único cultivo capaz de resistir frente à expansão urbana. (SANTOS, 2011)

A cidade do Rio de Janeiro tem três grandes maciços<sup>17</sup>, que, além de serem caracterizados pela atividade agrícola, sofreram transformações causadas pela expansão urbana, o maciço da Pedra Branca, que é circundado pelos bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Bangu, Realengo, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, passou por algumas alterações ao longo do tempo, que serão mostradas na sequência deste texto, que são sentidas até hoje pelos moradores e agricultores instalados na região. Pudemos ver isso a partir de algumas falas colhidas em trabalho de campo. O que nos parece relevante mostrar nesse momento do trabalho é que ele ocupa uma parcela importante da região outrora dominada Sertão Carioca e é uma área onde historicamente pôde-se observar – mesmo com a escassez de registros – a presença de produção agrícola, seja em suas encostas, baixada ou brejo.

A proximidade do centro urbano era um fator que motivava a produção de alimentos na região do Sertão Carioca, ao mesmo tempo em que poderia se tornar uma ameaça a sua reprodução. Santos (2011), mostra que o investimento em cultivos de grande lucratividade era uma estratégia para a manutenção das bases agrícolas frente à valorização das terras que passou a se intensificar por volta de 1950, somente essa produção ou os aviários e apiários conseguiriam se manter frente a este cenário. Para Abreu (2006), a premissa de que as proximidades do Centro eram favoráveis para a agricultura devido a fatores como: fácil circulação, transporte e mão-de-obra barata e farta, já não era mais suficiente, pois a produção industrial, que também estava passando por transformações, começou a se instalar cada vez mais próximas às fronteiras da cidade e absorver a mão-de-obra proveniente da atividade agrícola. Essa reorganização se deu pelo incentivo do Estado a partir da isenção de impostos oferecida a essas indústrias e pela existência de terrenos de baixo custo (ABREU, 2006),

---

<sup>16</sup> Bairro da região de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> maciço da Tijuca, maciço da Pedra Branca e maciço do Gericinó, também conhecido como maciço do Mendanha.

facilitando a instalação industrial nessa área, fazendo, deste modo, com que os agricultores que não migraram para o trabalho industrial, tivessem de se reorganizar.

Bernardes (1959) nos diz que a valorização das terras de baixa encosta foi algo natural e um fator de instabilidade dos sitiantes arrendatários, isso porque o loteamento e a especulação imobiliária, vez ou outra, acabavam respingando nos pequenos sítios e, mesmo que esse processo fosse detido via força judicial, pela intervenção protetora de algumas autoridades, ou mesmo pela disputa entre os próprios pretensos proprietários, as encostas baixas iam aos poucos se integrando a paisagem como “sítios de recreio”, abandonando seus fins de produção, ou mesmo, se equiparavam às terras abandonadas da baixada que, ao menor sinal de um momento propício, seriam loteadas. Isso fez com que a serra se tornasse o refúgio dos pequenos agricultores e que a ocupação agrícola ficasse mais densa em terrenos de fortes declives, em detrimento do aumento de propriedades inaproveitadas na região da baixada. Segundo ele, este é o movimento contrário do que se observa em países muito povoados, pois, naturalmente, as terras da serra só seriam procuradas depois que a baixada estivesse toda ocupada, o que não aconteceu na região de Vargem Grande, já que a especulação imobiliária, fez os agricultores migrarem para as serras mesmo com a existência de lugares de produção e moradia na baixada. Esse fato contribuía para a ideia de que alguns lugares do então Distrito Federal eram áreas desocupadas, e que, nos trechos mais altos de difícil acesso é que se encontravam algumas culturas e ocupação rural, como por exemplo, em lugares como o Mendanha e o baixo vale do Pau-da-Fome em Jacarepaguá. Abaixo temos uma imagem da Baixada de Jacarepaguá, onde podemos ver a existência de casas com algumas culturas:

**Figura 4.** Horta nos terrenos aluviais, na baixada em Jacarepaguá.



Fonte: BERNARDES, 1959, p. 140.

Bernardes (1959) lembra que esses arrendatários já estavam nessas terras há dezenas de anos em glebas ou associações, e, até então, não se falava em ter que deixar o sítio. Aqui já pudemos começar a perceber que a expansão urbana é motora dessa pressão para que as terras ocupadas por agricultores sejam repassadas a outros interesses. Não obstante, veremos que a transformação de parcela do maciço da Pedra Branca em Parque, contribui para um cenário de dificuldades enfrentadas por essa pequena agricultura que ganha nova dinâmica.

Segundo artigo de Hilda da Silva, no Boletim Carioca de Geografia, de 1958, em Campo Grande, na região do vale do Mendanha, norte do “subúrbio”, como a autora definiu o local, caracterizava-se uma Zona de ocupação rural, cujas paisagens culturais contrastavam com a aglomeração suburbana de Campo Grande em relação à ocupação humana do solo, povoamento e gêneros de vida. Segundo a autora, diferente do que se vê no maciço da Pedra Branca, a Zona do Mendanha é rodeada de boas estradas que facilitam o transporte de mercadoria para os centros de consumidores, favorecendo a expansão agrícola (SILVA, 1958). A fertilidade dos solos dessa região está ligada à presença de rochas nefelínicas<sup>18</sup>, seguidas também de planície aluvial que se estende para o leste entre a serra do Quitungo e noroeste da serra do Mendanha, drenada pelo rio Guandu do Sena, do lado oeste, e parte da planície de Santa Cruz, drenada

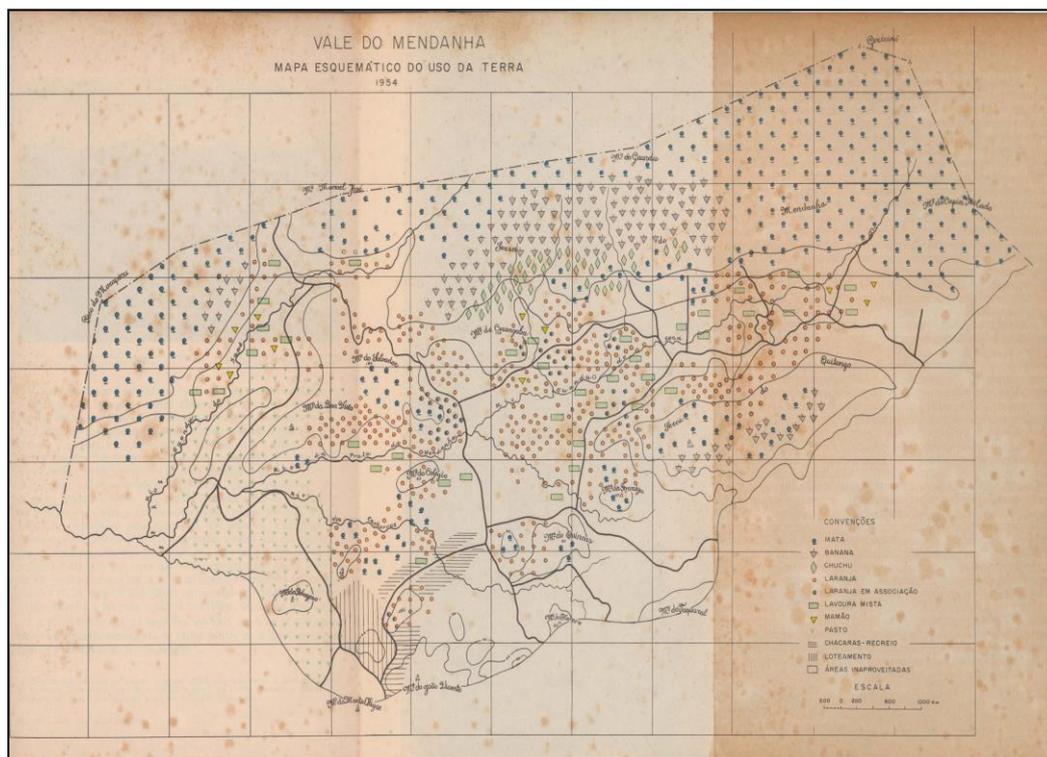
---

<sup>18</sup> Sedimentos vulcânicos cuja presença é característica em maciços.

pelos rios Guandu do Sena, rio dos Cachorros e rio Guandu do Sapê. Nessas áreas é onde se encontra a “várzea”, que, devido os seus solos férteis de aluviões ricos permitem eficiente utilização para a agricultura. Desenvolveu-se ali uma lavoura mista, favorável ao cultivo de laranjas, que constituía o cultivo de maior valor comercial (SILVA, 1958).

A localização favorável ao desenvolvimento agrícola não foi entrave à penetração dos loteamentos urbanos, responsáveis por criar um novo tipo de propriedade rural de finalidade voltada ao lazer e descanso nos finais de semana, assim como os sítios recreativos na região de Jacarepaguá. Segundo Silva (1958), ao caminhar pelo vale do Mendanha era possível perceber a gradativa transformação na paisagem passando das chácaras de recreio para os pequenos sítios de pequenas lavouras recém iniciadas, e até mesmo por terrenos abandonados por seus proprietários que se desinteressaram da lavoura e aguardavam um bom momento para vendê-los ou retalhá-los. Além disso, como mostrou Silva (1958), o vale do Mendanha oferecia diferentes paisagens que podiam ser divididas entre “várzea” e “serras”, o contraste entre as duas áreas se dá tanto pela diversidade de culturas quanto pelo tipo de ocupação e gênero de vida. Destacava-se a cultura de laranjas, cultivos mistos e criações (mamão, criação de porcos e galinhas) tanto para comercialização quanto para subsistência, além de estar perto das estradas, favorecendo o escoamento dessa produção. Abaixo vemos um mapa esquemático apresentado pela autora (1958) que mostra o uso da terra no vale do Mendanha:

**Figura 5.** Mapa esquemático do vale do Mendanha [1958].



Fonte: SILVA, 1958, p. 104.

Segundo Silva (1958), na serra encontravam-se bananais e grandes latadas<sup>19</sup> de chuchu, o tipo de banana cultivado é a banana-prata, que adentrava os pontos mais altos da mesma, ultrapassando a cota de 500m de altura, já o chuchu apresentava-se como o cultivo de entressafra, que garantia alguma estabilidade ao agricultor. Além desses cultivos comerciais, existia também uma pequena agricultura de subsistência e ciclo rápido, como: feijão, vagem, abóbora, e também a presença de poucas árvores frutíferas, como mangueiras, abieiros e abacateiros, a lenha era usada como combustível. Nas partes de meia-encosta, encontrava-se também a criação de galinhas para consumo próprio, por estar mais distante das estradas, burros e cavalos faziam o transporte das mercadorias até as principais estradas, as habitações encontravam-se ocultadas por pequenos bosques e mangueiras, conferindo a elas um aspecto pitoresco. Abaixo temos a foto de uma propriedade na serra:

Figura 6. Casa na serra.

<sup>19</sup> Uma espécie de grade utilizada para dar sustento para plantas, no caso, para o chuchu.



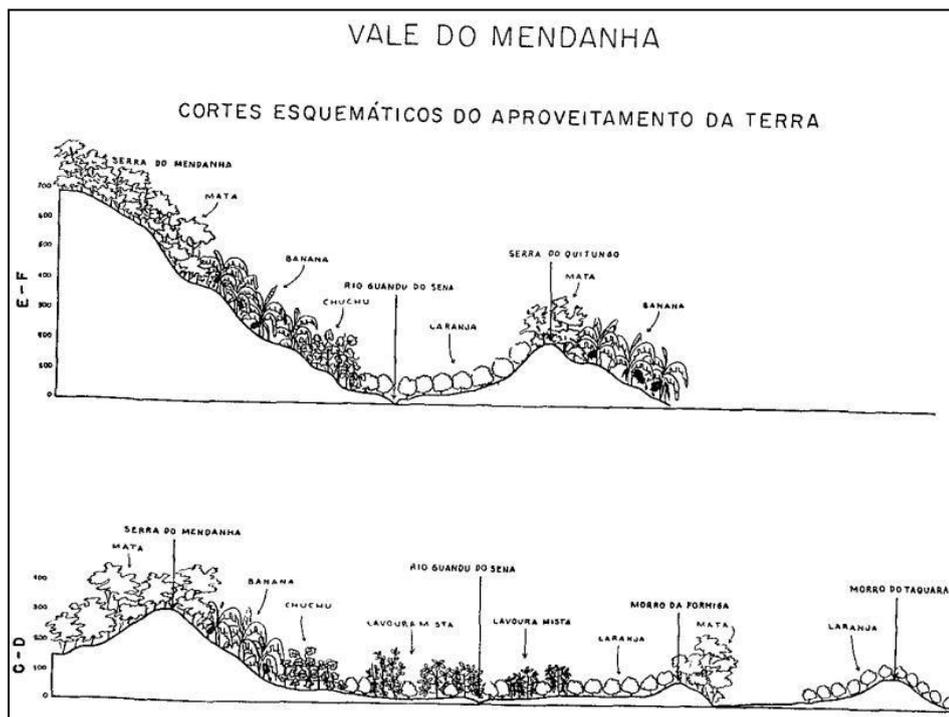
Fonte: SILVA, 1958, p. 101.

Na imagem<sup>20</sup> a seguir temos um corte feito por Silva (1958), que mostra os usos do solo no vale do Mendanha:

**Figura 7.** Os cortes esquemáticos do aproveitamento da terra no vale do Mendanha.

---

<sup>20</sup> No primeiro desenho temos a lustração da Serra do Mendanha, o local de mata, local de cultivo de banana logo abaixo o de chuchu, a localização do Rio Guandu do Sena, local de cultivo de laranjas, a Serra do Quitungo, outra área de mata e outra de cultivo de banana. No segundo desenho, temos um outro recorte que mostra, respectivamente, uma área de mata, a Serra do Mendanha, local de plantio de banana, em seguida chuchu e depois lavoura mista, Rio Guandu do Sena, mais uma área de lavoura mista, área de cultivo de laranjas, o morro de formiga, outra área de mata, seguida por outra de cultivo de laranjas e termina com o morro do taquaral.



Fonte: SILVA, 1958, p. 116.

No recorte E-F, vemos, da esquerda para a direita Serra do Mendanha, seguida por uma área de mata, abaixo a plantação de banana, chuchu, ao meio da figura vemos a passagem do Rio Guandu do Sena, logo após, do lado direito do rio vemos a presença do cultivo de laranja, logo acima temos a Serra do Quitungo, seguida por outra área de mata e outra de plantação de banana. Já no recorte C-D, vemos primeiramente uma área de mata, mais a frente, no alto, a Serra do Mendanha, abaixo uma lavoura mista, logo após temos o Rio Guandu Sena, do lado direito novamente a lavoura mista, em seguida o cultivo de laranja, depois o Morro da Formiga, descendo uma área de mata, um pouco a frente outra área de plantação de laranja e, por fim, o Morro do Taquaral.

Hilda da Silva (1958) concluiu que a ocupação humana do Mendanha é caracterizada pela existência de uma agricultura comercial, fonte de sobrevivência de pequenos sítiantes – cuja maior parte é arrendatária – a diversidade de culturas se deve a necessidade do agricultor de se colocar melhor no mercado. A existência de boas estradas, como foi dito, favorecia a agricultura, mas também favoreceu o aparecimento de loteamentos em um pequeno trecho da região, mesmo que com dificuldades para se instalar. A autora tinha uma visão bastante otimista dessa agricultura feita no Mendanha e, para ela, substituir a agricultura dessa região por loteamentos significava privar a cidade do Rio de Janeiro daquilo que os abastecia.

Em meados do século XX, a produção de laranja feita em Campo Grande alcançou local de destaque fazendo com que o bairro fosse reconhecido como Capital Rural do Distrito

Federal, além do título de “Citrolândia”, alcançado no período de seu apogeu em 1930 (OLIVEIRA, 1960 apud ABREU, 2006). A crise econômica de 1929 e 30 não abalou profundamente esse cultivo, porém, ele enfrentou um período de decadência durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1939, devido ao fechamento dos mercados externos, recuperando-se, em menor escala, após o término desse período (ABREU, 2006).

Segundo Abreu (2006 apud FONSECA, 2012), Campo Grande funcionou durante certo tempo, como um centro comercial atrativo para as áreas rurais próximas dali, devido a existência de uma rede de serviços como: escolas, igrejas e atendimento médico, para ele, esses fatores contribuíam para a transição rural-urbana e, possibilitou que o bairro passasse de um pequeno centro de serviços para a Zona rural, para um núcleo urbano populoso e progressista. Se é possível observar este processo histórico de transformações socioespaciais, há que se considerar, porém, que, a partir do trabalho de campo feito para esta pesquisa, pudemos nos deparar com agricultores, mediadores e militantes, que ainda hoje estão instalados em Campo Grande e nas encostas do maciço da Pedra Branca e reivindicam sua identidade rural mesmo dentro da cidade, pois isso os liga a uma trajetória histórica de lutas para se manterem em seus núcleos territoriais desenvolvendo suas culturas e seu modo de vida.

Em 1929<sup>21</sup>, um cenário de crise combinado a uma estratégia política nacional de modernização conservadora<sup>22</sup>, causou impactos na vida dos agricultores do Sertão Carioca. É nesse momento que, como reação a esse projeto excludente, surgem a Fazenda Modelo e as primeiras iniciativas de quatro escolas<sup>23</sup> da Zona Rural carioca (MOTA, 2006). O objetivo dessas duas ações era desenvolver uma educação voltada para as necessidades locais, contrariando a educação proposta pela modernização forçada, que oferecia uma educação elitista e que atendia aos interesses de mercado. Segundo Mota (2006), a Fazenda Modelo, iniciativa do Estado, se dedicava a um ensino pré-vocacional voltado para as classes menos favorecidas em matéria de educação. Com um projeto educacional que valorizava as necessidades locais e localizado na Zona Rural, formam-se as bases do que foi chamado de “ruralismo pedagógico”. A criação das escolas no Sertão Carioca indicava a intenção do Estado

---

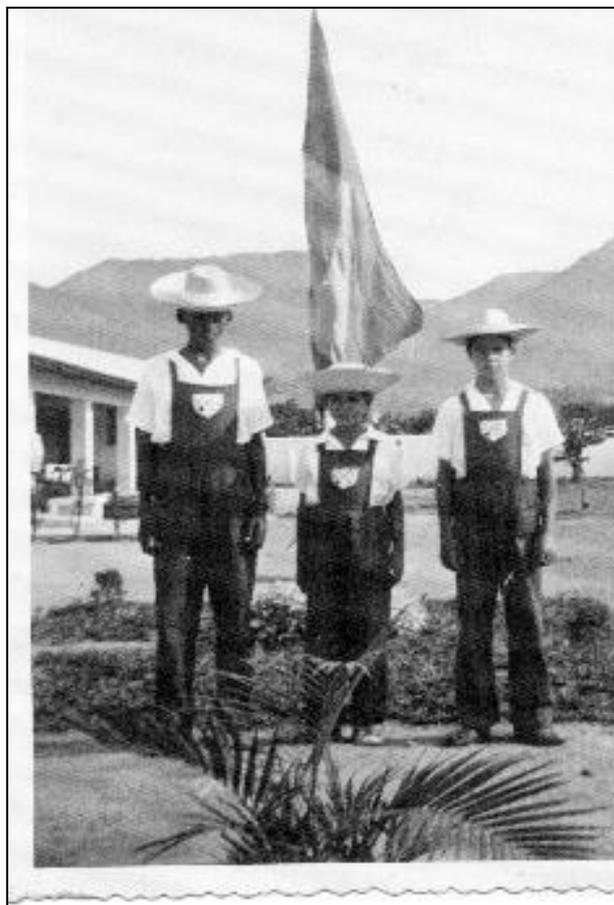
<sup>21</sup> Crise econômica causada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque. No Brasil seus efeitos foram sentidos dado que os Estados Unidos da América eram os maiores compradores do café brasileiro. Como saída o então governo brasileiro comprou grandes quantidades de sacas de café e as queimou, essa ação foi a forma encontrada para conter a possível desvalorização de mercado que o produto poderia sofrer por conta da enorme oferta e pouca demanda, já que os maiores compradores passaram a comprar menos.

<sup>22</sup> Segundo Mota (2006), essa modernização conservadora incentivava uma educação elitista voltada apenas para os interesses de mercado.

<sup>23</sup> Magarça, Santa Cruz, Curral Falso e Guaratiba.

em incentivar a vocação rural desta região (FERNANDEZ, 2009). Abaixo temos a fotografia de alunos da Escola Rural Demétrio Ribeiro:

**Figura 8.** Escola Rural Demétrio Ribeiro (foto cedida pela família Nunes Baptista apud).



**Fonte:** Fernandez, 2009, p. 201.

Essas medidas institucionais estavam em consonância com o desejo do autor de “O Sertão Carioca, Armando Magalhães Corrêa em promover um projeto de desenvolvimento nacional “Rumo aos Campos” (1933). Sua proposta defendia que os próprios sertanejos, na medida em que o Estado lhes fornecesse assistência técnica, se transformassem nos protetores do ambiente e permanecessem como agricultores. De acordo com Mota (2006), no entanto, mesmo com uma formação voltada para a lida agrária, o processo escolar, que atingia apenas o nível primário<sup>24</sup>, não obteve sucesso na fixação do homem na terra, isso porque essa geração que fora alfabetizada nas primeiras escolas rurais não encontrou meios pra sua reprodução econômica. Assim, embora essa experiência de educação rural tenha tido avanço positivo

---

<sup>24</sup> Crianças e adolescentes.

enquanto reação à modernização conservadora, ela não foi capaz de garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, visto que os mesmos não tinham propriedade dos meios que garantissem sua reprodução.

### **1.1 Entre Interpretações e Marcos Institucionais: o Sertão em Transformação**

[...] o termo *sertão*, adotado por Corrêa, mais do que simples sinônimo de zona rural, abriga inúmeros significados sobre este rural. Ao descrever os problemas e belezas naturais do Sertão Carioca, Corrêa, a partir de nítida influência da matriz interpretativa euclidiana, estava na verdade, refletindo sobre muitos outros sertões ou interiores existentes no Brasil [...] (FERNANDEZ, 2009, p. 26).

Todos os territórios citados até aqui fazem parte do chamado Sertão Carioca, podemos ver, portanto, que ele não é homogêneo. Em cada parte, ele se materializa de uma forma. Contudo, Pedroza (2010) identifica aspectos estruturais que caracterizam a vasta região denominada Sertão Carioca.

Conforme já nos referimos anteriormente, a autora traz uma perspectiva que traduz as situações de conflito pelas terras que vimos até aqui. Ela não define a região com base em critérios político-administrativos, mas sim a partir de suas relações sociais. Neste sentido, a Baixada Fluminense e de Jacarepaguá, por terem vivenciado processos econômicos e políticos semelhantes, são englobadas na vasta região definida como Sertão Carioca. Segundo a autora (2010):

[...] Entendendo que “a delimitação espaço-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais” (MATTOS, 1987, p. 24), [...] complexa entre esses homens e o espaço físico da Baixada Fluminense no decorrer desse período (PEDROZA, 2010, p. 108-109).

Outro indicador que deve ser explorado para reforçar esta ideia da autora é que, ambas as regiões passaram por processos de saneamento destinados a melhorar as condições do cinturão verde do Rio de Janeiro e deram origem a processos de especulação imobiliária. Deste modo, ela analisa o interesse do Estado e do capital especulativo e mostra que, embora a região a qual estamos falando tenha inicialmente carregado um desinteresse por parte dos grandes proprietários pela renda da terra, posteriormente, ela passou a ser valorizada aos olhos do capital, que inseriu pessoas que já viviam ali e os novos interessados, em uma teia de conflitos.

Pensando a partir de um recorte temporal mais recente, Santos (2006 apud FERNANDEZ, 2009), mostra que nos anos 60 grandes mudanças no plano político nacional e

da cidade influenciaram na geografia desta e dos movimentos sociais, juntamente com um silenciamento do debate político causado pelo golpe de 64. Por conseguinte, com a eleição do então governador Carlos Lacerda no Estado da Guanabara, a agricultura sucumbe aos ideais de urbanização e remodelação da cidade. Segundo Abreu (2006), as relações rural/urbano se entrelaçam em praticamente todo o Sertão Carioca que, com o avanço do novo zoneamento<sup>25</sup> da cidade, passou a ser chamado de Zona Oeste, ganhando também novas funções de cunhos residenciais e industriais.

Algumas considerações mais recentes sobre Vargem Grande podem ser encontradas no trabalho de Marcelo José Lopes de Souza, datado de 1984. Nele podemos obter mais informações do que ele chamou de “orla rural-urbana”, correspondente ao território de Vargem Grande. Segundo o autor, havia uma produção tímida de hortaliças, frutas, eventualmente, leite e algumas flores e/ou plantas ornamentais, em glebas que não passavam de cinco hectares, e dividia espaço na paisagem com motéis, chácaras de veraneio e loteamentos. Isso acontecia por ser justamente uma característica do crescimento urbano e que tinha como consequência o impedimento do florescimento de um verdadeiro cinturão verde, que, por sua vez, fazia com que o mercado citadino tivesse de buscar em rincões mais distantes, e sobretudo mais tecnificados e com novas racionalidades de mercado<sup>26</sup> aquilo que necessitava, acarretando no encarecimento de fretes que tinham seus valores adicionados aos preços de venda dos produtos, o aumento de intermediários entre o produtor e o mercado, que também alterava o valor da mercadoria e, por último, o comprometimento da qualidade desses produtos. Para o autor, essa situação faz com que algumas terras pertencentes a investidores privados ou mesmo ao Estado, passem a ter um papel relevante. Algumas delas são alugadas como local de pastagem (pouco generalizado), onde se tem magras cabeças de gado, no mais, proliferam-se também imensos pastos brutos ou subespontâneos ao comércio de Vargem Grande, que são compostos de hortas,

---

<sup>25</sup> O decreto de zoneamento da cidade não a dividia em zonas geográficas, aqui usamos esses termos como correspondentes. Inicialmente a cidade era dividida apenas em Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural, portanto, o zoneamento norte, sul oeste na cidade do Rio de Janeiro não está relacionado diretamente ao urbanismo e ao zoneamento, pois, de fato, não encontramos nenhuma legislação que tenha dividido a cidade em zonas “geográficas” (CARDOSO, 2009).

<sup>26</sup> Atualmente a cidade do Rio de Janeiro é abastecida por uma produção advinda da região Serrana fluminense e de São Paulo. Em campo, ao acompanharmos as reuniões do CMDR 2018-2020, vimos em uma das falas do então presidente do Conselho, o questionamento que falava, em tom de indignação, sobre como é que a produção de outro estado conseguia ser viável para chegar até aqui e a própria produção local não encontrava esse espaço de mercado. Podemos pensar nisso a partir da chave da invisibilidade, é possível que a falta de investimento nas compras locais faça parte do desinteresse no fortalecimento de uma agricultura que, por vezes paira entre ser vista de forma simpática e ser vista como um empecilho a expansão urbanística ou mesmo turística, como é o caso específico de quem produz dentro do PEPB. Assim fomentar essa invisibilidade se tornaria uma estratégia.

capoeiras, bananais e alguns pontos de selva nas costas que são menos ou mais degradados conforme a expansão urbana periférica (SOUZA, 1984).

O regulamento de zoneamento aboliu a nomenclatura de Zona Rural ou Agrícola, mas não fez desaparecer as práticas e modo de vida instalados ali há séculos, assim, pela presença de marcadores e atividades historicamente apresentados como elementos rurais ou urbanos, a separação entre um e outro não é nítida e por vezes conflituosas. Mais à frente, com a revisão do decreto<sup>27</sup> de zoneamento, um novo decreto classificou as áreas desprovidas de infraestrutura urbana, incluindo as áreas agrícolas, como Zona Residencial 6 (VALENTE, 2019), além disso, a esses terrenos foram conferidos um baixo valor comercial, favorecendo a instalação de conjuntos habitacionais, o bairro de Santa Cruz, por exemplo, teve seu Núcleo Colonial, tomado pelos conjuntos habitacionais.

Galvão (1957 apud SOUZA, 1983/1984), indica que era possível que ao longo do tempo, devido a ocupação e a produção empregada, a paisagem de Vargem Grande sofresse alguma alteração, no entanto, segundo a autora, as encostas foram as que sofreram menores alterações, revelando um uso e ocupação de terras, mais estável, permaneceram os estabelecimentos fruticultores de pequena propriedade familiar embora os laranjais tenham diminuído. Com a transformação de parte do maciço em Parque, fato que falaremos mais adiante, o destino da banicultura foi selado (GALVÃO, 1957 apud SOUZA, 1983/1984). As terras dos pomares vinham sendo sondadas pelo Governo Estadual que ofereceu quantias desonrosas pelo metro quadrado das terras, gerando repúdio a tais propostas. Para o autor, a região de Vargem passou de núcleo rural para um braço da urbanização periférica que gerou notáveis transformações na atividade campesina. Com a decadência dos laranjais e bananais, a maior receita nessa região passou a ser da avicultura, seguida pela jardinicultura. Na baixada só se vê bananeiras nos fundos de quintais, enquanto no brejo, ainda pouco povoado, havia uma única horta de bom tamanho, cerca de 2,5 hectares de canteiros de alface, couve-manteiga, salsa, mandioca e agrião.

A construção de Brasília culminou com o fim da era do Rio de Janeiro como centro das decisões políticas e também na transformação da cidade carioca em Estado da Guanabara, o restante seguiu como Estado do Rio de Janeiro, configurando-se como o único caso de um Estado-Cidade no Brasil. O *status* durou até 1974, quando o presidente Ernesto Geisel, decidiu pela fusão dos dois estados demarcando a existência do Estado do Rio de Janeiro, que tem como capital a cidade do Rio de Janeiro. É no mesmo ano, que, segundo os escritos de Fernandez

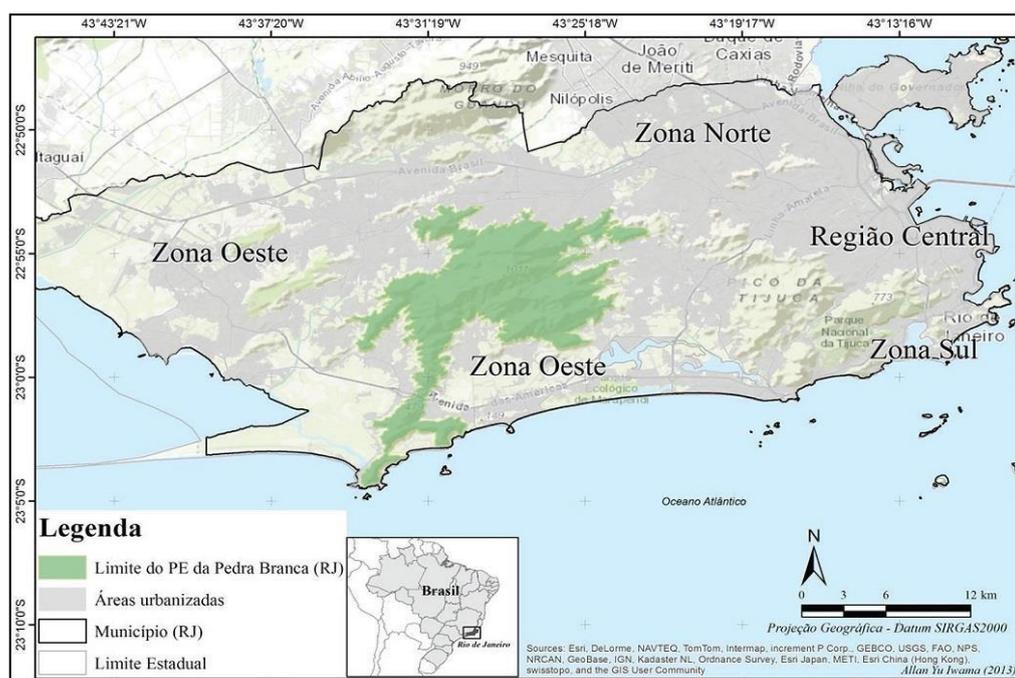
---

<sup>27</sup> Decreto nº 322 de 3 de março de 1976. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro.

(2009), foi demarcado o Parque Estadual da Pedra Branca, que agrupava uma parcela importante do que fora outrora considerado o Sertão Carioca, localizado no maciço da pedra branca, Zona Oeste da cidade. Tudo aquilo que estava acima da cota altimétrica de 100m passou a ser considerado como área do Parque, essa demarcação traduziu-se em um marco institucional que apontava para um processo de decadência da agricultura local, isso porque, segundo Fernandez (2009) ela estava inserida em um conjunto de justificativas que buscavam interferir na dinâmica da região a partir da difusão de valores ambientais que influenciaram nos conflitos existentes.

As medidas legais de conservação da natureza na cidade tornam-se ingredientes que interferem e ao mesmo tempo são efeitos das disputas pelo uso do solo na cidade. No mapa abaixo, poderemos ver a imagem da área correspondente ao PEPB e as áreas consideradas urbanizadas, essa definição é institucional e pode não corresponder ao entendimento de quem mora e produz nessas áreas, o mapa considera que toda a Zona Oeste é urbanizada, isso provavelmente se dá porque o município não reconhece áreas rurais na cidade, no entanto é possível encontrar locais de feições rurais como por exemplo: Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, e nas redondezas dos maciços do Mendanha e da Pedra Branca, onde também é possível encontrar a atividade agrícola. O mapa abaixo desconsidera a existência de territórios rurais e essencializa todas as zonas como áreas urbanizadas.

**Figura 9.** Mapa do Parque Estadual da Pedra Branca.



Fonte: Google, 2019.

O maciço da Pedra Branca é um dos territórios agrícolas que aqui estamos tratando historicamente, ele faz parte da área fronteira do bairro de Campo Grande e Vargem Grande, pertencente ao Sertão Carioca e, local no qual há a presença de agricultores e por isso é citado neste trabalho. Atestamos isso a partir dos escritos de Rafaela Paula da Silva (2017), quando nos diz que: “Ser agricultor dentro do maciço é viver da agricultura familiar, ou pertencer a uma família que se estrutura com base nestes cultivos” (2017, p. 37), porém, como nos mostra a própria autora, pessoas que transitam tanto pela atividade agrícola quanto por serviços urbanos contribuem para a chamada pluriatividade<sup>28</sup> e, por vezes, essa transitoriedade dá margem a acusações de que os moradores do maciço não são mais agricultores (FERNANDEZ, 2009), configura-se como um espaço de interações que se formam a partir, por exemplo, do trabalho. O mapa se torna assim insuficiente para demonstrar as relações entre campo e cidade que se encontram nessa região. Para além da essencialização dos espaços urbanos e rurais, ele desconsidera a fluidez entre ambos e o exercício de modos de vida que não são marcados por uma dualidade, seja urbana ou rural, mas sim, pela existência de ambos materializados em um viver que requisita sua identidade rural e seu direito à cidade ao mesmo tempo. Logo, esse mapa, por si só, torna-se instrumento de reforço de uma separação entre campo e cidade, que não colabora para a compreensão da existência novas formas do viver em cidade que agregue elementos que outrora foram excluídos do modelo de urbanização.

Registros de 1959, quando o Rio de Janeiro era provisoriamente o Distrito Federal, já apontavam para a existência de atividade agrícola na região, o maciço da Pedra Branca, dentre os três<sup>29</sup> maciços existentes na cidade, era o maior e mais abrangente, além de ser o que detinha maior intensidade de ocupação agrícola (BERNARDES, 1959). Segundo Fonseca (2012):

[...] O maciço da Pedra Branca abarca fauna e flora ricas e exuberantes e possui o cume mais alto da cidade (1.025m). Além do patrimônio natural, apresenta construções de interesse cultural, como um velho aqueduto, represas e ruínas de antigas fazendas (FONSECA, 2012, p. 3).

A região do maciço da Pedra Branca e seu entorno ainda hoje trazem paisagens onde a separação entre campo e cidade não são muito claras. Fernandez (2009) colocou: “[...] até hoje

---

<sup>28</sup> Pluriatividade é a prática de outras atividades não-agrícolas como complemento às atividades agrícolas. (FERNANDEZ, 2009)

<sup>29</sup> maciço da Pedra Branca, maciço da Tijuca e Serra do Mendanha.

a região onde se insere o PEPB é uma região de fronteira aberta na qual diferentes grupos sociais lutam pelo poder de nomear, classificar e apropriar-se dela [...]” (2009, p. 195).

A preocupação dos movimentos sociais e dos agricultores é não deixar que a urbanização apague a identidade e a história que aquele território carrega em si, sob a alegação de uma agricultura inexpressiva que ameace a conservação da fauna e flora do Parque, ou que, pode facilmente ser disponibilizada para construções e loteamentos. O que não se pode deixar de pensar é que, se ainda hoje resta uma área considerável de mata isso é resultado da interação entre homem e natureza, mesmo que tenhamos visto que houve um período de certa degradação ambiental, o PEPB como tal é resultado dessa interação. No entanto, os impedimentos legais possibilitaram uma sensível recuperação ambiental do maciço. Hoje deparamos com os movimentos sociais, sobretudo o agroecológico que está presente nesses espaços e tem como princípio o resgate dessa agricultura e vivência histórica, fortalecendo a importância de uma produção feita de forma respeitosa e justa social e ambientalmente.

A criação do PEPB pode ser vista como um marco do enfraquecimento da agricultura na Zona Oeste carioca (PROFITO, 2019), se considerarmos as justificativas<sup>30</sup> para a criação do parque. De fato, os efeitos do novo modelo de urbanização já eram sentidos pelos agricultores desde os anos 70, anos depois, já em 1979, considerava-se que a agricultura desenvolvida ali, não era capaz de resistir à urbanização. Ainda assim, ela não desapareceu. Persistiam algumas áreas de cultivo onde o agricultor tentava afirmar sua tradição e identidade agrícola, assim, considerando toda a dinâmica histórica de migrantes e imigrantes, preservou-se no maciço e entorno uma pequena agricultura de base familiar (FERNANDEZ & BAPTISTA FILHO, 2019).

Ainda hoje, quando se busca identificar os espaços da agricultura carioca, percebe-se que grande parte ainda está nesse local. Entende-se que a criação do PEPB, embora tenha restringido severamente a atividade agrícola local, também protegeu as áreas da ampliação urbana e do avanço imobiliário. (FERNANDEZ, 2009). Em contrapartida, a possibilidade de avanços que permitiriam a facilitação do escoamento da produção feita no PEPB não se efetivou, nos registros de Bernardes, de 1959, já se sabia que os burros eram os responsáveis para fazer o transporte das culturas pelas penosas subidas e descidas do maciço, sem eles era

---

<sup>30</sup> Segundo Fernandez (2009) durante a década de 70 foram criados alguns Parques no que era Estado da Guanabara e após 1975 torna-se Estado do Rio de Janeiro. Em primeiro momento a constituição fazia referência à temática ambiental mesmo que com as justificativas voltadas para funções de estética e lazer, enquanto no segundo momento a temática ambiental fica de fora da nova constituição. Para a autora, os agricultores eram vistos com certa simpatia se comparados a outras populações, porém, se o cinturão agrícola impedia outras formas de ocupação do PEPB, os agricultores familiares tinham um vínculo territorial que seria um empecilho para a implantação de um “parque sem gente”. Ver mais em: Fernandez, 2009.

impossível descer a produção. A utilização desses animais foi também responsável por criar trilhas. Cada sitiante tinha pelo menos um desses animais. Na atualidade, devidos a regras da legislação ambiental, ainda hoje, em muitos locais do maciço, não se pode utilizar outro meio de transporte, que não os burros de carga, para descer a produção. Apesar da falta de outras alternativas de transporte, é cada vez mais difícil manter os animais de trabalho, cuja aquisição e cuidado requerem custos elevados, além de implicar em um aprendizado específico e o cultivo de relações personalizadas entre o animal e o cuidador que não são facilmente adquiridas. Deste modo, cabe apenas a certos membros da família, em geral, homens, fazer o transporte da carga, lidar com os animais ao longo do caminho. Fato que dificulta cada vez mais o escoamento da produção no maciço.

**Figura 10.** Escoamento de produção no Parque Estadual da Pedra Branca.



Fonte: Jornal “O Globo”, 2015.

A imagem reproduzida acima foi retirada de uma reportagem feita pela Jornal O Globo, cujo título foi “Uma viagem ao Sertão da cidade”. Como complemento à imagem, reproduzimos aqui a fala do agricultor e morador Claudino da Costa, contando sobre o papel dos burros no transporte da produção:

O segredo é roçar duas vezes por ano, e deixar a terra se alimentar da própria bananeira. [...] chega aqui eu tenho que cortar o cacho né, corto folha, forro as caixas tudo direitinho, arrumo, aí boto tudo no burro, carrego no burro, aí vou levar lá prá baixo prá associação. Quando o tempo tá assim de sol, a gente bota quatro caixas em cima do burro e desce que é uma beleza, mas quando dá esses temporais, de chuva

mesmo; trovoada, então o burro desce, tem vezes que escorrega, rola pra grota abaixo, eu tenho que estar correndo, pegando, coitado, prá não machucar os bichos. Prá descer é brabo. A vida da gente é assim mesmo, tem que tocar prá frente, não pode desanimar não. (Claudino da Costa, apud BRISO; MARENCO, 2015)

A análise desse texto é reveladora do Sertão é visto pelos “de fora”, no caso a mídia, como a equipe de reportagem, e como ele é retratado por alguém que mora nele, como é o caso do personagem entrevistado. Atentamo-nos inicialmente ao texto da reportagem, destaco aqui dois elementos da caracterização do Sertão, feito pelos repórteres. O primeiro deles, logo na primeira página, duas palavras ao centro davam a entonação de todo o texto, eram elas: “Velho Oeste”. Toda narrativa do texto destaca o Sertão como um ambiente rústico e, logo, um rústico ligado ao antigo, ao não moderno, que se comprova pelo uso do termo citado acima. O segundo elemento diz respeito ao clima sentido pela equipe de reportagem, o caminho percorrido por eles é descrito com qualificações do tipo: triste, escuridão, imprevisto, isolamento, cheiro de querosene.

Se é verdade que há um tom de penosidade como parte da trajetória dos sertanejos cariocas, - como vimos na imagem acima um retrato de 2015 onde o escoamento da produção ainda é feito no lombo de um burro – também é notável o encantamento da relação homem e natureza, nas falas reproduzidas na reportagem. Em uma dessas falas percebemos o otimismo e felicidade do entrevistado ao falar sobre sua vida:

- Meu filho, a pessoa vive mais lá em cima do que embaixo. O cara apanha um arzinho bom, toma um suspiro, tem sombra, tem nascente. Quem bebe água da nascente não adocece. Adoro limpar uma soca de banana, plantar um caqui. Felicidade é isso.  
- Gostaria de ter luz em casa, Eltinho?  
- Não tem precisão. No escuro o pernilongo não acha os caminhos. (JORNAL “O GLOBO”, 2015, p. 11)

A despeito de Magalhaes Corrêa descrever o ambiente de isolamento do Sertão Carioca, Santos (2011) e Fernandez (2009) demonstraram os vínculos econômicos e políticos dos agricultores. Os sertanejos cariocas se apropriaram e reconstruíram uma ideia de Sertão que remonta sua história e se materializa através de ações coletivas que veremos mais à frente. Já na esfera econômica, desde longa data, a banana e o caqui tornaram-se os principais cultivos para o mercado<sup>31</sup>. Isso não extingue outros tipos de cultivos, como as hortas e as plantas

---

<sup>31</sup> Em 1933, Corrêa já escrevera, enquanto caracterizava o Sertão Carioca, sobre a venda de bananas pelos “velhos” na beira da estrada, “No valle do Rio Taquara, entre as serras do Engenho Velho e da Chacrinha, está situada a localidade de Cafundó, habitada por lavradores, que exploram o commercio da banana, batata, laranja, carvão e lenha.” (CORRÊA, 1933, p.79). A venda da banana e outros cultivos não era feita apenas na beira de estrada, mas também nas ruas, em cestos e a varejo, essa mercadoria era buscada na serra com o auxílio de burros, elas

medicinais, mas fatores econômicos e climáticos favorecem o foco comercial na banana e no caqui. A cidade do Rio de Janeiro é um local de altas temperaturas, desfavoráveis portanto ao cultivo de hortaliças. Além disso, são culturas que requerem um manejo muito mais intenso do que de bananas e caquis, além de seu caráter perecível e da forte concorrência com as verduras que vêm da Região Serrana Fluminense, e abastecem o mercado carioca. Hortaliças que não estejam em bom estado não são facilmente vendidas, por esse motivo, esse tipo de cultivo se encontra em menor escala se comparado aos dois carros chefes citados acima.

A produção agrícola, nem sempre foi praticada de modo ecologicamente equilibrado, autores escreveram sobre atividades extrativistas que danificavam as encostas dos maciços, (CORRÊA, 1933; BERNARDES, 1959), mais a frente veremos que as restrições impostas progressivamente pelos agentes ambientais, a disseminação de práticas da agricultura orgânica e agroecológica, a partir dos anos 2000, contribuíram para ressignificar a atividade agrícola desenvolvida no PEPB. Um marco importante deste processo de transição, foi em 2001, quando um projeto da Ong Roda Viva, que converteu os agricultores em orgânicos, já dava indícios do caminho socioambiental que viria a ganhar espaço entre as agriculturas cariocas:

O bem-sucedido projeto da Ong Roda Viva realizado no período 2001-2003, que converteu os agricultores familiares da localidade do Rio da Prata (no território do PEPB), em produtores orgânicos, era avaliado pela equipe de Farmanguinhos como um exemplo a ser buscado nas relações com o Órgão ambiental responsável pela administração do Parque. [...] (PROFITO, 2019, p. 28).

Já no que tange ao espaço das agriculturas enquanto um assunto de interesse da prefeitura, verificou-se que não havia na cidade do Rio de Janeiro uma secretaria específica para tratar dos assuntos relativos à atividade agrícola no município. Existia apenas em nível estadual, no entanto, isso não significa que esses assuntos não tenham sido tratados pela prefeitura em de outras secretarias. Muito embora não tenha sido possível traçar de forma completa este percurso institucional da agricultura ao longo de diversos governos,

---

vinham em “[...] cachos para depois venderem em pencas, bananas prata, maçã, ouro e nanica ou d’agua, como chamam em Jacarepaguá.” (CORRÊA, 1933, p. 184). No caso do caqui, como conta Dias (2017) o cultivo se encontra no maciço da Pedra Branca desde 1950. Sua primeira muda foi plantada por um agricultor já falecido, mas seu filho deu continuidade ao cultivo. Na atualidade o caqui é considerado como o 13º salário dos agricultores, já que trata de um produto sazonal e que tem grande importância comercial. O cultivo de caqui ganhou até mesmo um dia de celebração, desde 2011, todo dia 21 de abril se comemora o “Tira-Caqui”, o dia também se caracteriza como uma atividade pedagógica onde convida a comunidade para se juntar na colheita do caqui e algumas oficinas que carregam temáticas como a culinária, a importância do caqui da Pedra Branca para o comércio local e a divulgação da agricultura do maciço. (DIAS, 2017)

identificamos em alguns momentos, a discussão do tema em instâncias ou legislações específicas. Este é o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, criado em 2002 – órgão a qual serviu de ponto de partida para essa pesquisa, – e também como aconteceu em 14 de junho de 1985, onde foi criado, através da Resolução nº 258, da então Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, a Câmara Técnica sobre Atividades Agropecuárias (CTAA) ou o Projeto municipal Hortas Cariocas criado em 2006, que sempre esteve alocado na Secretaria do Meio Ambiente (ou nomes correlatos). A CTAA formulou um relatório onde trazia informações sobre os entraves ao desenvolvimento agrícola do município e, propunha recomendações para a dinamização do setor:

- Dificuldades: carência de informação sobre os agricultores; as dificuldades de obtenção de insumos básicos e de crédito; a desorganização do sistema de comercialização; a falta de zoneamento compatível; a deficiência dos órgãos de assistência técnica ao produtor; o alto custo dos atravessadores, dentre outros;
  - Dentre as recomendações para dinamizar o setor, apresentou proposta de delimitação das Áreas de Interesse Agrícola que resultaram na aprovação do Dec. 5648/85. Esse Decreto não definiu parâmetros para essas áreas, deixando essa função para os PEUs - Projetos de Estruturação Urbana.
- O primeiro PEU aprovado na AP 5 foi o PEU Bangu - Decreto 7914/88, que absorveu parte da Área de Interesse Agrícola 2 (VALENTE, 2019, p. 15).

**Figura 11.** Áreas de Interesse Agrícola (AIA).



**Fonte:** Decreto 5648/1985 apud VALENTE, 2019, p. 15.

As AIAs representadas no mapa pelo contorno vermelho, são uma delimitação institucional e que não necessariamente foi feita paralelamente aos interesses dos agricultores, o próprio relatório citado acima versa sobre a falta de informação sobre eles, logo, essa delimitação assemelha-se a uma determinação verticalizada que, por falta de informação, não passa pelo interesse dos agricultores em certas áreas agriculturáveis e segue o modelo de urbanização que dita a organização cidadina. Embora possamos ver no mapa a existência de uma AIA em Campo Grande, não acontece o mesmo com a região de Vargem Grande, onde como foi dito anteriormente, possui a existência de uma agricultura de base familiar no entorno do PEPB; outro exemplo é a exclusão da área de Jacarepaguá enquanto AIA, o local que historicamente foi entremeado pela agricultura, passa a não ser uma AIA institucionalmente.

Cinco anos depois, o Artigo 297, da Lei Orgânica – 1990 veio tratar sobre a agricultura local: “As políticas agrícola, pecuária e pesqueira, parte integrante do plano de governo, a serem implantadas pelo Poder Público, conferirão prioridade às ações que, tendo caráter social relevante, obedeçam aos princípios estabelecidos nesta Lei Orgânica” (VALENTE, 2019, p. 18). E prossegue a partir do Artigo 429: “A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: VIII - preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e estímulo a essas atividades primárias; (VALENTE, 2019, p. 18).

É em 1992, durante a organização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, foi elaborado o primeiro Plano Diretor Decenal (PDD)<sup>32</sup> da cidade do Rio de Janeiro. O plano foi um dos primeiros a serem escritos no País e contou com significativa participação popular, suas diretrizes foram marcadas pela preocupação com questões ambientais, decorrentes principalmente da expansão da cidade em direção à Zona Oeste (VALENTE, 2019), como consta no site da Secretaria Municipal de Urbanismo:

O Plano Diretor é um instrumento previsto no Art. 185 da Constituição Federal, instituído por lei, que propõe a política de desenvolvimento urbano e orienta o processo de planejamento do Município. Esta política tem por objetivo ordenar o desenvolvimento da cidade, garantir seu pleno funcionamento e o bem-estar de seus habitantes (RIO DE JANEIRO (Município), s/d).

Criado no período de redemocratização, onde as pautas de política urbana estavam acentuadas, suas atribuições não agiam de forma favorável à agricultura local, pois, bastante

---

<sup>32</sup> Segundo o Relatório de 2009 de Antecedentes e Diagnósticos: “A Lei Complementar nº. 16, de 04/06/1992, instituiu o Plano Diretor Decenal da Cidade como instrumento básico da política urbana do Município do Rio de Janeiro, estabelecendo normas e procedimentos para a realização desta política, fixando diretrizes, prevendo instrumentos e definindo políticas setoriais, a fim de alcançar o pleno atendimento das funções sociais da cidade”.

invisibilizada, e não era interessante para os ideais de modernização da cidade. Em princípio, o texto constituinte do PDD estabelecia que todos os municípios com mais de 20.000 habitantes tivessem que elaborar um plano diretor, e, garantia total protagonismo dos municípios nas políticas de desenvolvimento e gestão urbana (SANTOS, 2011). No artigo 13, da Seção II, sobre a ocupação urbana, ficou estabelecido que:

A caracterização do território municipal como integralmente urbano não exclui a existência de áreas destinadas a atividades agrícolas ou o estabelecimento de restrições urbanísticas e ambientais à ocupação de determinadas partes do território (BRASIL, 2011).

Ou seja, embora o plano diretor não assumisse a existência de Zona Rural na cidade carioca, ele aceitava a atividade agrícola no município e direcionava ao entendimento de uma prática que precisa ser confirmada no espaço urbano<sup>33</sup>, para assim obter concessões de impostos. Trata-se de uma lógica perversa, porque condiciona uma série de direitos dos agricultores, vinculados à terra cultivada - ou a certa produtividade - e não a uma identidade ou história de vida. Também não considera as possíveis adversidades enfrentadas para a reprodução da atividade agrícola em meio urbano, além da pluriatividade, que historicamente faz parte da reprodução social da agricultura familiar. Por fim, elimina-se a diversidade de atividades e modos de vida que podem estar vinculados aos territórios rurais e passa a se considerar apenas a atividade agrícola realizada. Caminhando na direção de configurar uma cidade onde a urbanidade tivesse algum espaço para práticas estereotipadamente vistas como rurais. Vejamos que, a não existência de Zona Rural não faz desaparecer a identidade rural

---

<sup>33</sup> Ao colocarmos como uma lógica perversa, entendemos que isso se dá por uma dinâmica que insere o agricultor em uma categoria profissional, esvaziando a carga identitária da mesma. Além disso, desconsidera a pluriatividade e possíveis adversidades que uma unidade de produção familiar, sobretudo em meio urbano. Assim, se um agricultor passa um período de baixa produtividade, por diversos fatores, e busca o sustento financeiro em outra atividade, a categoria se perde pois ele estaria alocado em outra atividade. Vemos na prática que a categoria enquanto ferramenta identitária é desconsiderada oficialmente, isso se comprova, por exemplo, pela possibilidade da perda do direito do não pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano, pois este, passou a exercer atividade remunerada urbana e não mais a atividade agrícola, enquanto eles estava enquadrado na categoria profissional da agricultura, este direito estava assegurado, mas quando passa a exercer a pluriatividade, o direito pode ser retirado, não levando em consideração que, para além da ocupação, há um modo de vida, uma identidade. Alfredo Wagner (2013), fala sobre isso quando usa o exemplo dos pescadores, ele conta que a regulamentação da profissão exclui aquele que pesca, mas também desenvolve outra atividade, o que teve por consequência o afastamento de duas mil e seiscentas famílias, da condição de pescadores só no Amazonas. Segundo Wagner, há um conflito entre o que é uma profissão/ocupação regulamentada legalmente e aquilo que é uma identidade, o mesmo acontece quando os agricultores familiares são caracterizados profissionalmente, mas sem se considerar a categoria identitária do ser um agricultor.

desses agricultores, na região de Vargem Grande, por exemplo, pudemos acompanhar em pesquisa anterior, a realização de uma Festa na Roça, que tinha como mote o resgate das tradições da roça por meio de comidas, danças e atividades pedagógicas, além disso, no ano de 2016, também em Vargem Grande, foi inaugurada uma feira que carrega o nome de Feira da Roça de Vargem Grande, fazendo alusão a identidade histórica dos agricultores que estão no entorno do maciço da Pedra Branca, por gerações tirando seu sustento da agricultura e dando manutenção a um modo de vida carregado de sentidos rurais. Como colocou Rua (2005), os espaços se tornam territórios pelas ações dos atores que os ressignificam e os torna múltiplos e passíveis de convivência entre várias narrativas. Assim, ele mostra que o rural pode ser um local de hibridismo, onde há espaço para possibilidades e experiências novas. Abaixo segue uma fotografia Feira da Roça, em Vargem Grande:

**Figura 12.** Feira da Roça.



**Fonte:** Página Oficial da feira no Instagram, 2020.

A imagem mostra parte da Feira da Roça de Vargem Grande, no largo de Vargem Grande, onde a feira acontece semanalmente, em uma praça, em frente ao estacionamento da Paróquia de São Sebastião que é possível ver ao fundo da imagem.

Como mostram diversos autores ensaístas do pensamento social e político brasileiro, existe a ideia de um rural e urbano que vivem em oposição, onde o rural, muitas vezes, é visto como o lugar do atraso e o meio urbano como o lugar da modernidade. Rua (2005) mostra que ainda hoje predominam as narrativas de uma visão espacial da desigualdade, que coloca em oposição campo e cidade que respectivamente são vistos como atrasado/adiantado, fazendo com que a dialética entre ambos não esteja evidente e que eles sejam excludentes, assim, onde há modernidade não haveria espaço para o atraso e vice-versa, logo onde há cidade não caberia o rural.

Para Pedroza (2012), se o desinteresse pelas terras fez com que o Sertão Carioca partilhe de situações que justificam o alargamento do sentido de sertão para as terras da Baixada Fluminense, podemos ver que, no movimento agroecológico, há igualmente interesse em articular os movimentos de luta em defesa dos territórios rurais e da agricultura urbana carioca com aqueles da Baixada. A urbanização desenfreada somada à manutenção de características rurais e atividade econômica desenvolvidas sob essas condições nessas cidades, faz com que os movimentos de agroecologia no Estado do Rio de Janeiro<sup>34</sup> estendam sua gama de agência até elas (AS-PTA, 2015).

Segundo Fernandez (2009), a ideia de isolamento do Sertão Carioca defendida por Corrêa (1936) é distinta à interpretação de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), ao referir-se ao sertão de Itapeverica da Serra em São Paulo, que passou por transformações semelhantes. A autora demonstra que as relações “campo e cidade” devem ser estudadas levando-se em conta o tipo de integração econômica entre ambos os espaços. Deste modo, apesar da aparência de isolamento cultural e geográfico, os “sertanejos” eram integrados economicamente à cidade, já que esta agricultura abastecia seus habitantes. Para Queiroz (1978), o verdadeiro isolamento ocorre à medida que o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial passam a exigir uma agricultura com moldes mais tecnificados em alta escala e a agricultura do Sertão entra em decadência.

Apesar da divergência, é certo que ambos os autores identificam a ameaça da urbanização e das novas relações econômicas sobre a agricultura realizada no entorno dos grandes centros. Pensando sobre a situação desse povo, a obra de Corrêa (1936), defendia que

---

<sup>34</sup> Agroecologia: Movimento social que une produção agrícola de base ecológica e questões políticas e socioambientais.

os sertanejos deveriam ser transformados nos próprios protetores de seu ambiente com o devido respaldo do Estado, porém, alertava para os riscos danosos que o contato com o mundo urbano poderia levar à autenticidade dessa população. Deste modo, Queiroz (1978 apud FERNANDEZ, 2009), destaca que as relações entre campo e cidade nem sempre podem ser definidas pela heterogeneidade ou pela polaridade, há que se considerar os tipos de cidades e suas funções regionais, considerando sua possível dependência do meio rural que a circunda. O imaginário do sertão como isolamento, surge da ideia da ausência de civilização em contraste com a civilização europeia e o modo de vida burguês.

Após os autores analisados, compreendemos que o Sertão Carioca permanece até ainda hoje, mas se ressignifica em suas práticas e valores. Como vimos, ele passou por alguns períodos de mobilização política, primeiramente com o movimento ambientalista, que colocava em voga, questões relativas ao “morar” e “plantar” naquele espaço, e que posteriormente viu seus egressos se inserindo no movimento agroecológico, que também trazia em si a pauta ambiental. A agroecologia aparece na cidade no Rio de Janeiro cerca de 40 anos atrás, mas ganha força nos últimos dez anos quando mobilizadores importantes entram em campo e passam a pensar nas organizações em rede e nas possibilidades de agricultura na e da cidade, se antes as reflexões giravam em torno de uma agricultura familiar, agora o debate amplia essas definições propondo pensar em outras formas de produção e vivência, como, por exemplo: a agricultura urbana. Em face das transformações a qual fora submetido, a polaridade rural/urbano tornou-se algo que não se vê e isso se dá principalmente pela existência das regiões de fronteira aberta onde o rural e o urbano coexistem e nos fazem pensar no Sertão Carioca como “isto e aquilo” (ALMEIDA, 2016)<sup>35</sup>.

A partir da articulação de movimentos em rede, é possível identificar diversas ações voltadas ao Sertão Carioca que o ressignificam, reinventam e podem ser vistas através da repercussão midiática. Apresentamos aqui, nesse sentido a experiência de criação do site SerTão Carioca. Resgatando o nome que fora dado à área rural da cidade carioca, o Sertão Carioca se define como: “uma rede de pessoas e organizações da sociedade civil, governamentais, de ensino e pesquisa” (SERTÃO CARIOCA, s/d). A página oficial do mesmo surgiu em 2015, como iniciativa do Núcleo de Estudos em Ambiente, Território e Sistemas Agroalimentares (NEATS), vinculado ao PPGCS/UFRRJ e em parceria com o Laboratório de Biodiversidade do NGBS/Farmanguinhos/Fiocruz e as Redes Fito (Farmanguinhos/Fiocruz). O

---

<sup>35</sup> Embora os escritos de Almeida (2016) nos inspirem enquanto instrumento analítico, a autora não está se referindo ao Sertão Carioca, mas sim, à região metropolitana de Belo Horizonte-MG.

site também mostra que o projeto está interligado a outras redes e movimentos sociais criando um ambiente multidisciplinar e multisetorial que tem o Sertão Carioca como elo de integração.

Além do site, outras iniciativas mostram como o termo “Sertão Carioca” tem sido reinventado e apropriado pelos próprios “sertanejos” em uma série de ações afirmativas:

[...] o *Sertão Carioca* vem sendo revisitado e costurado por um pensamento simbólico que reúne dimensões cosmológicas, mágico-religiosas, sociais e morais. Como categoria, o *Sertão Carioca* reúne heranças culturais, religiosidade, saberes culinários, apreensões com o meio ambiente e resistências sociais [...] (CÁCERES, 2019, p. 8).

Como vemos, a ideia de sertão não fora abandonada, mas o imaginário de um sertão rural vem sendo ressignificado pelas ações que mostram a coexistência entre o rural e urbano nesse ambiente, embora as feições rurais permaneçam e haja, em certos lugares, a força de reafirmação dessa identidade, os marcos institucionais reafirmam essa coexistência que corrobora com o desenvolvimento de novas formas de sertanidade. O sentido de sertão aparece hoje como uma categoria político-ideológica carregada de sentidos e trajetórias que recontam o passado, se reconstróem e apontam os próximos passos.

Segundo a UNDP (2006 apud PRADO, 2012), a persistência em práticas agrícolas pelas cidades do mundo tem ao menos quatro motivos que podem explicá-la: continuidade de prática histórica, a revolução da agricultura industrial, a velocidade de urbanização pós Segunda Guerra Mundial e a expansão dos segmentos de baixa renda da população urbana. O autor acredita que essa explicação deixa margem para compreendermos que existem continuidades e mudanças na agricultura urbana, isso corrobora com nossa análise das agriculturas cariocas, como é lembrando com frequência neste texto que nem todos se enxergam como urbanos, mas no que tange às práticas agrícolas, elas vêm se transformando, e também em seu aspecto social, conforme as novidades de seu tempo, necessidades e também conforme sua organização política. Por suas transformações, as agriculturas podem ser classificadas de diferentes formas,

Seja caracterizada como o cultivo em pequenos espaços para consumo próprio ou lazer, quintais e hortas urbanas individuais ou comunitárias nas escolas e igrejas, os sítios nas áreas consideradas nos Planos Diretores das cidades como urbanas ou aqueles em áreas de crescente urbanização, a agricultura urbana permanece como desafio e oportunidade no cenário de um mundo em crescente urbanização [...] (PRADO, 2012, p. 55).

O Sertão alarga seus espaços sociais (BOURDIEU, 2013) e adentra as instituições via movimentos sociais e espaços de discussão, como é o caso do CMDR formado por, dentre outros, pessoas que estão no Sertão Carioca ou estão pensando sobre ele e sobre as agriculturas.

Essa organização em rede e atores em torno do Sertão e das temáticas das agriculturas cariocas nos levaram a querer conhecer essas organizações, e por este motivo, falaremos um pouco mais desse tema no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II – MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E AS AGRICULTURAS

Historicamente, o cenário nacional da agricultura tem sido desfavorável aos pequenos produtores. Com o processo de modernização conservadora este quadro se agravou. A chamada agricultura orgânica, alternativa, biodinâmica entre outras denominações desenvolveu-se por volta dos anos 70, em resposta ao modelo hegemônico e como forma de fortalecer os agricultores familiares que ficaram em suas terras para que eles não fossem obrigados a migrar para cidade e venderem sua força de trabalho em outros ofícios. Os primeiros grupos de agricultura alternativa eram formados por agricultores familiares afetados pela expropriação da política agrícola. Os agricultores não tinham assistência dos serviços oficiais, por isso passaram a ser agentes de ações de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica e Protestante, as chamadas Comissões Pastorais da Terra, que prestavam essa assistência sob uma perspectiva política crítica, também trabalhando no resgate de práticas tradicionais e no desenvolvimento de estratégias que permitiriam a reprodução social desses agricultores no campo (BRANDENBURG, 2002). Em 2003 com o governo Lula o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1990, ganhou força e marcou o início de uma série de intervenções governamentais que eram dirigidas para esses produtores (SCHMITT & GRISA, 2013).

O discurso sobre como agir e estabelecer uma agenda para lutar contra a agricultura convencional passava pela reivindicação de uma sociedade justa e igualitária, mas que também buscasse resolver os problemas técnicos do novo modelo hegemônico. Se fazia necessário, principalmente, que o movimento da agricultura alternativa<sup>36</sup> se lançasse à prática para responder as demandas dos agricultores (LUZZI, 2008).

O estabelecimento de uma agenda é, segundo Fuks (2001), o que conduz o debate político até o centro da investigação, é a partir disso que se pode pensar como surgem os assuntos públicos, porque alguns ascendem às arenas públicas e quais são os atores que se envolvem na definição desses assuntos. Segundo Brandenburg (2002), esse movimento surge no Brasil motivado por alguns fatores que são apontamentos comuns tanto nas pesquisas feitas em países como Alemanha e França, quanto no Brasil, entre eles os mais relevantes são: saúde,

---

<sup>36</sup> Modelo de agricultura baseado em técnicas e ideologias que sejam justas social e ambientalmente. Pode também ser representada pela agricultura ecológica, agricultura orgânica e agricultura agroecológica (BRANDENBURG, 2002).

ideologia, conservação dos recursos naturais e vantagens econômicas. Para ele, o fator econômico significa maior rentabilidade financeira para os agricultores familiares, é nesse momento que organizados, seja em associações ou individualmente, desenvolveram uma estratégia de construção de mercado que contemplava seus interesses e viabilizava a existência desses agricultores. Entre 1970 e 1980, influenciados por esse movimento, surgem os primeiros mercados orgânicos no Rio de Janeiro, campo este que ganhou maior força por volta dos anos 2000 e carregava em si significados que, para além do alimento saudável e livre de agrotóxico, expunham seu posicionamento político-ideológico (FERNANDEZ & FERREIRA, 2015).

Movimentos sociais, agricultores e pesquisadores colocaram em pauta o papel do Estado no incentivo ao desenvolvimento dessa agricultura, o aumento do poder de compra do mesmo, entre outros. O gasto público, segundo Grisa, Caldas e Avila (2018), tem o poder não só de induzir a demanda, mas estimular a organização da oferta, de modo que os agricultores passem a ser capazes de se adaptar tecnologicamente, mas sem deixar de estar adequado ao seu perfil. No geral, a ideia é que o Estado participe de forma a construir conjuntamente políticas públicas para esses agricultores que os fortaleçam economicamente. No mais, existe também um outro elemento, de caráter pouco menos econômico e mais político-social: a criação, organização, e fortalecimento de fóruns de participação coletiva, onde agentes do processo produtivo participam da construção de instrumentos de políticas públicas (GRISA; CALDAS; AVILA, 2018). O caso analisado é um exemplo dessa articulação entre Estado e agentes que coletivamente estão construindo, a partir de demandas, aquilo que pode culminar em políticas públicas que beneficiem os agricultores, porém, aqui estamos falando não em âmbito nacional, mas municipal, já que se trata de uma relação entre a prefeitura, os agricultores e os mediadores que atuam na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Grisa, Caldas e Avila (2018), embora as experiências de desenvolvimento local tenham sido poucas, o Brasil é pioneiro nessa articulação tendo como destaque, por exemplo: a criação do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), por parte do Governo Federal, sob presidência de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, que possibilitava que o Governo comprasse alimentos da agricultura familiar e doasse para famílias em situação de vulnerabilidade, repassasse para órgãos públicos ou mesmo os utilizasse para a formação de estoques públicos. Em 2009, baseado na experiência do PAA, o Governo Federal alterou o já existente Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estipulando que no mínimo 30% dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deveriam ser utilizados para a compra de alimentos da agricultura familiar. Na cidade do Rio Janeiro, os agricultores esbarram em uma série de dificuldades para acessar essas políticas

públicas, em especial os entraves para conseguir a declaração de aptidão ao Programa de Aptidão à Agricultura Familiar (PRONAF), que é um pré-requisito para acessar mercados institucionais. Identifica-se como pano de fundo de tais dificuldades, as feições urbanas desta agricultura (FERNAANDEZ; BAPTISTA FILHO, 2019) justamente por conta da recusa da existência dessa agricultura dentro da cidade. O Plano Diretor do Rio não contempla a existência de área rural na cidade. Apesar disso e embora não haja impedimento legal, as feições urbanas podem influenciar nos critérios de interpretação dos técnicos responsáveis por avaliar a aptidão dos agricultores para conseguirem acessar determinadas políticas públicas. Vimos em campo que o CMDR tem um histórico de participação na reelaboração do PDD da cidade, seja em sua primeira forma, de 2002, seja na sua reformulação 2018-2020.

O Estado, como uma instância não monolítica, ora contribuiu para o enfraquecimento dessa agricultura, ora criou oportunidades de diálogo, seja em conselhos, secretarias ou via deliberação de políticas públicas por ambos, como é o caso do CMDR. Assim, também os movimentos sociais estiveram presentes dentro e fora dessas instâncias, criando uma arena pública de disputas e debates em torno da agricultura carioca.

Questionou Fuks (2001): como é que um assunto de interesse de pequenos grupos passa a ser interesse público? O autor diz-nos que isso se dá por conta de uma dinâmica sociopolítica e não necessariamente pela gravidade do assunto. Assim, segundo ele, o olhar se desloca das condições objetivas para um processo subjetivo que constrói um problema social. Esses processos sociais ocorrem dentro do “sistema de arenas públicas”, que são, concomitantemente, espaços de ação e debate (FUKS, 1998). Mas que argumentos foram acionados para tornar a agricultura feita na cidade do Rio de Janeiro um assunto público e algo que deve transcender ao histórico de invisibilidade? Se um assunto se torna público pela capacidade de certos grupos torná-lo legítimo, a pergunta está mal colocada. Não se deve a uma razão objetiva, mas provavelmente a um conjunto de ações e significados, como os que veremos na sequência deste capítulo.

Seguindo os passos de Marques (1999), a ideia de rede nos permite pensar nessa relação entre os indivíduos, grupos e os órgãos oficiais, frente a qual a agricultura carioca está inserida. Segundo o autor, a análise de redes permite a identificação de relacionamento entre atores expostos a uma dada situação social e as suas transformações ao longo do tempo. Ele considera que as políticas públicas estatais, em grande parte, podem ser explicadas pela interação entre dois atores políticos que circulam dentro e fora do Estado.

A trajetória das agriculturas feitas na cidade do Rio de Janeiro é marcada por um contexto de invisibilização que nos limita de ter acesso a informações contínuas, logo, o que

mostramos aqui é um apanhado daquilo que nos foi possível encontrar, por isso, pode soar ao leitor que existam falhas de continuidade na escrita, mas isso reflete, em última instância, esse próprio histórico de apagamento da vida desses agricultores e agricultoras que por dificuldade de registros nas épocas mais distantes, seja isso de caráter intencional e político ou não. E constatamos isso quando presenciamos falas atuais que contemplam essa dinâmica, abaixo temos a fala de uma membra da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU):

Nós passamos por um processo de silenciamento de mais ou menos 40 anos, foi só em 2005 que houve o primeiro chamamento da agricultura da cidade para um evento da Prefeitura... A nossa agricultura é espaço de saberes, de resistir e existir... as experiências falam... o testemunho que a gente tem dessa agricultura é a floresta. (Membra da Rede Carioca de Agricultura Urbana, fala feita na reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Decenal, 2019).

Na fala, a membra se refere a falta de criação de espaços de diálogo com a prefeitura, o que, de forma alguma, menospreza as organizações políticas via movimentos sociais, que já existiam desde os anos 40 com os conflitos de terra. Veremos na sequência, alguns movimentos sociais e ações voltados para as agriculturas, principalmente a partir dos anos 2000, até a reconfiguração do CMDR, onde encontramos diferentes atores em interação.

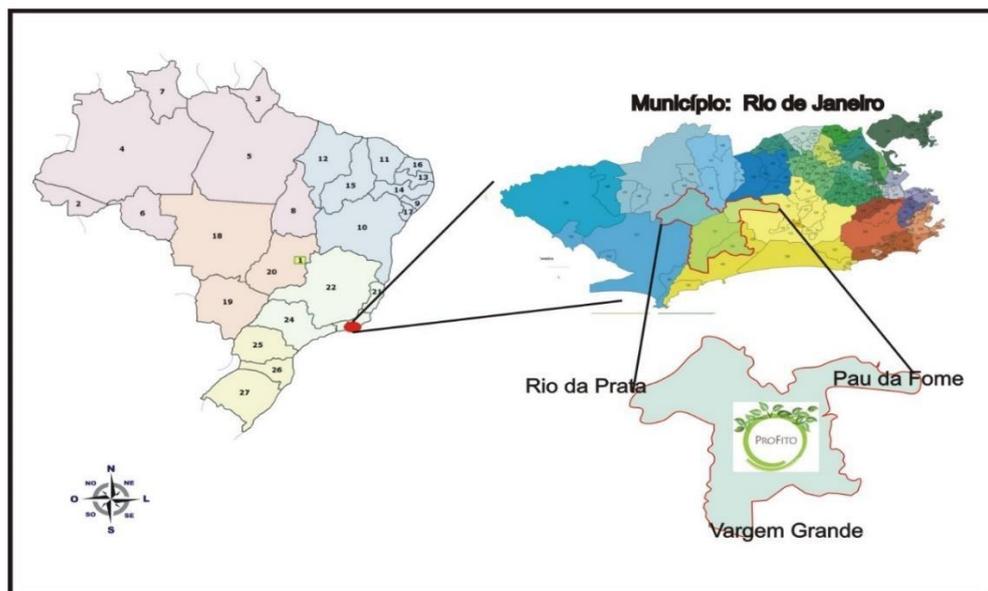
Em 2006 acontece a criação do Projeto Profito Pedra Branca, pela equipe do Laboratório de Biologia da Biodiversidade, do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS), do Instituto de Tecnologia em Fármacos (FARMANGUINHOS/FIOCRUZ), com foco na produção e comercialização de plantas medicinais e fitoterápicos (PROFITO, 2019). Veremos a frente, a partir do estudo das atas do CMDR 2002, que nos anos 2000, as plantas medicinais e fitoterápicos constituíam um debate interno importante e significativo, apresentaremos um quadro geral de assuntos recorrentes nessas atas, que comprovam o interesse por tal, e depois veremos que, em comparação com as atas do atual CMDR, essa discussão não é mais algo de relevância nas reuniões, o que não significa que ele não seja tratado em outras instâncias. Voltando-nos para ele, abaixo está um recorte do livro do Profito (2019) que fala sobre as intenções do projeto:

O PROFITO pretende fomentar através de uma gestão participativa a adoção progressiva do sistema agroecológico de produção, utilizando o cultivo de plantas medicinais como alternativa para o desenvolvimento social, integrado a conservação ambiental.

Este projeto deve servir como base para o desenvolvimento de diretrizes de produção e manejo de plantas medicinais em outras comunidades agrícolas (PROFITO, 2019, p. 7).

As ações do Profito objetivam estabelecer novos vínculos entre pequenos produtores e atores locais. No mais, o projeto atuou em colaboração com Associações de agricultores familiares, o que deu ao projeto a característica de rede. Abaixo temos um mapa que mostra as Associações envolvidas com atividades do Profito:

**Figura 13.** Área central do Rio de Janeiro, inserido o Parque Estadual da Pedra Branca.



Fonte: PROFITO, 2019, p. 16.

O mapa ilustra a relação entre uma organização e diferentes locais, dando a noção do que é uma atuação em rede. Essa formação em rede nos levou a pensar que existem diversas outras iniciativas em torno das agriculturas cariocas e por isso traremos algumas abaixo. Essas iniciativas servem também para ilustrar aquilo que foi colocado no nosso título, é a partir delas que entendemos o sentido do termo “as agriculturas” e os espaços por onde elas se espalham, nos sertões quintais e favelas.

Em 2009 surge na cidade um importante espaço de visibilidade para as agriculturas cariocas: a Rede Carioca de Agricultura Urbana. Em 2010 se dá a aproximação entre agricultores do maciço da Pedra Branca e a Rede CAU (FERNANDEZ & BAPTISTA FILHO, 2019).

As organizações que neste momento conformaram a Rede CAU, a partir de princípios agroecológicos, vinham desenvolvendo desde o início dos anos 2000 ações de estímulo às expressões da agricultura nos múltiplos espaços urbanos (hortas, quintais, escolas, creches, espaços comunitários), em suas conexões com a saúde, cultura, ambiente, segurança alimentar. (FERNANDEZ & BAPTISTA FILHO, 2019)

Como consta:

A Rede Carioca de Agricultura Urbana surge a partir das mobilizações e articulações inicialmente feitas pelo Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA. Reunindo diferentes organizações de agricultores, consumidores, técnicos, acadêmicos, agentes de entidades governamentais, não governamentais, ligados a pastorais sociais, entre outros atores, a Rede busca proporcionar o intercâmbio de saberes e o fortalecimento mútuo das organizações de agricultores. (PRADO, 2012)

A Rede CAU também tinha em sua formação atores que vinham do movimento ambientalista. Pessoas que estavam dedicadas a ações como: plantio de mudas, reflorestamento, plantio em favelas, dentre outros. Já a AS-PTA tinha atuação em diferentes frentes, mas na cidade do Rio de Janeiro se dedicava à agricultura urbana, como as hortas em pequenos espaços. Com o tempo e a partir de uma vitória em um edital da Petrobrás, a AS-PTA passou a contemplar a temática da agricultura familiar na Baixada Fluminense.

A agenda da agricultura familiar ganha força após uma mobilização da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com agricultores do maciço (PRADO, 2012). A aproximação entre Rede CAU e AS-PTA se dá justamente pela via da agricultura familiar e por ações de incentivo como a da Fiocruz. Como vimos, no entorno do maciço da Pedra Branca conformou-se uma agricultura de base familiar, os mobilizadores daquele território, portanto, se aproximaram da AS-PTA quando esta passa a se dedicar à temática.

Abaixo temos imagens de uma reunião da Rede CAU, em novembro de 2010, em Vargem Grande:

**Figura 14.** Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU.



Fonte: Foto cedida por Annelise Fernandez.

Figura 15. Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU.



Fonte: Foto cedida por Annelise Fernandez.

Figura 16. Reunião da Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU.



Fonte: Foto cedida por Annelise Fernandez.

Nas fotos é possível ver o desenrolar de uma dinâmica a qual já pudemos presenciar em outras ocasiões, ela consiste em convidar cada pessoa presente a caracterizar cada território desenhado, – a partir da utilização de objetos, figuras, fazendo desenhos, dentre outros –, no mapa com suas referências do mesmo, assim o mapa vai ganhando vida conforme as pessoas vão apontando os lugares e seus significados atribuídos ou vínculos que podem ser relativos à: moradia, produção, estudo, histórias, alguma relação afetiva, etc. Assim, por exemplo, um dos presentes descreve que: planta no Mendanha, vende sua produção em uma feira em Vargem Grande, tem família em Guaratiba onde os filhos também estudam, dessa forma vão se delineando os vínculos e relações sociais que fazem daqueles espaços de circulação um território.

Nessa estreita relação entre agricultura, rural e urbana, pudemos ver que, toda agricultura carioca é feita dentro do município, seja em espaços de feições urbanas ou de feições rurais, no entanto, alguns grupos reivindicam sua ruralidade, enquanto outros ou em certos momentos reafirmam sua urbanidade. A ruralidade pode remeter não apenas a espaços físicos de feições rurais, mas também a um rural cultural, que tem uma sociabilidade específica. Além disso, como coloca Veiga (2004) a ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico que se reestrutura ao longo do tempo. Já a urbanidade, neste caso se refere à uma experiência de agricultura que está imbuída de marcadores urbanos. As feições urbanas, a submissão a



como por exemplo, do Verdejar. Segundo Uschi Silva (2017), a Rede começou a ser pensada como tal a partir das reflexões de um dos fundadores do Verdejar, Luiz Poeta, ela diz isso para mostrar que, ao longo do tempo a Rede CAU passou por algumas mudanças no nome e que podemos achar registros imprecisos sobre essas alterações, mas que são os sujeitos, tal qual Luiz Poeta, que fizeram a diferença para pensar essa articulação: “[...] são os sujeitos/as de anúncio e os processos a partir de uma agenda de lutas que dirão sobre a inflexão do movimento” (SILVA, 2017, p. 76). Ela traz algumas reflexões de Luiz Poeta que reproduziremos abaixo:

*“Somos uma rede imaterial” [...] “porque é importante estarmos em rede?”, “quem somos nós?”, “que rede é esta?”, “quais os grupos que fazem parte?”, “qual a motivação para a participação nesta Rede?”, “quais são os temas ou linhas ou campos de atuação importantes para a Rede?”, “existem vários tipos de redes, redes boas e redes ruins” (POETA, 2010 apud SILVA, 2017, p. 76).*

É a partir daí que o debate sobre estar em rede ganha destaque e surgem discussões sobre a importância da luta articulada ao coletivo (SILVA, 2017). Um exemplo dessa atuação em rede segue abaixo, descrito por Barros (2019):

O crescimento do movimento da agricultura urbana no Rio de Janeiro, que coloca a Rede CAU como protagonista na discussão de políticas públicas para a agricultura no município, levou, em 2012, à constituição do chamado Mutirão Pró-DAP. Buscando superar o desafio de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e atender aos direitos e demandas desses agricultores, Prado, Mattos e Fernandez (2012) ressaltam que a Rede CAU articulou uma parceria envolvendo não só agricultores, mas também participantes de três projetos de assessoria. Tal iniciativa recebeu a denominação de Mutirão Pró-DAP e tinha como plano de ação orientar os agricultores sobre o acesso a esse direito. O mutirão realizou um diagnóstico de propriedades do maciço da Pedra Branca e reuniu informações como: 1) documentação e o tamanho da propriedade; 2) o local de moradia; 3) a mão de obra utilizada; e 4) a composição da renda, referente ao enquadramento dos(as) agricultores(as) nos critérios de emissão da DAP (BARROS, 2019, p. 27).

O estreitamento de laços entre a Rede CAU e a discussão de políticas públicas, não só é um exemplo de atuação em rede, mas também revela o papel que a sociedade civil organizada vem tendo historicamente na luta pelo reconhecimento de direitos da população que vive da agricultura na cidade carioca. Barros (2019) nos fala que a reivindicação de uma política pública voltada para a agricultura urbana é uma luta antiga que envolve movimentos sociais, organizações não governamentais, redes e articulações voltadas à promoção de agroecologia. Segundo a autora, a partir do momento em que a AU adquirir o estatuto de política pública,

passa a existir a possibilidade de garantia de práticas e direitos de sujeitos nas condições de agricultoras e agricultores.

Aqui retornamos à iniciativa fundamental para a formação da Rede CAU, trata-se do Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo. O grupo é uma organização sem fins lucrativos que atua na cidade do Rio de Janeiro desde um pouco antes dos anos 2000, ele surge em 1997 de uma iniciativa de moradores do bairro de Inhaúma (entre a Serra da Misericórdia e o Morro do Alemão), na favela Sérgio Silva, como um movimento comunitários, e em 2004 se funda enquanto ONG (BARROS, 2013), com o objetivo de compartilhar saberes e experiências que contribuam para a valorização, recuperação e preservação do maciço da Serra da Misericórdia, segundo dados encontrados no site do mesmo. Suas ações se baseiam em temas como: agroecologia urbana, gestão ambiental comunitária e cultura, tendo como área de atuação a Serra da Misericórdia, que se localiza entre o maciço da Tijuca e a Baía de Guanabara. A Serra da Misericórdia traz uma dinâmica um pouco diferente pois é um exemplo de agricultura que reivindica sua urbanidade, ela está inserida em um contexto de favela e leva para este local uma produção agrícola que, segundo falas colhidas em campo, se contrapõe aquilo que socialmente se imagina de uma favela, trazendo atividades de produção agrícola e culturais que mostram outras realidades possíveis nesses espaços, além de contribuir para a preservação da área de Mata Atlântica existente neste local.

O Verdejar teve grande importância na formação da Rede CAU, sua origem se deu com o plantio em comunidades. Um dos motivos que inspirou a criação do Verdejar foi o receio de que aquelas áreas fossem tomadas pela favelização, o grupo, através do debate sobre ecologia trazido por um de seus fundadores, Luiz Poeta<sup>37</sup>, e depois disseminado pelo grupo (BARROS, 2013), tinha esta bandeira como mote de atuação. Dentre as aspirações do Verdejar, segundo Barros (2013), estava a reivindicação da desativação de três pedreiras que existem na Serra da Misericórdia, e os inúmeros impactos ambientais que esta causava<sup>38</sup>. Como um dos resultados desta mobilização territorial, tiveram que, no ano de 1999, através do Decreto Municipal nº. 19.1444<sup>39</sup>, de novembro de 2000, culminou com a criação de uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana, na Serra da Misericórdia (BARROS, 2013). Além disso, o Verdejar

---

<sup>37</sup> Luiz Marins, o Luiz Poeta (1957-2011), ficou assim conhecido por toda a cidade do Rio de Janeiro por seu hábito de compilar suas experiências em versos que recitava àqueles que iniciava na preservação da Serra da Misericórdia (MORELATO, 2019, p. 3).

<sup>38</sup> As pedreiras eram consideradas fontes de poluição (BARROS, 2013).

<sup>39</sup> CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA DA SERRA DA MISERICÓRDIA – AP-3.

também se envolveu na luta contra um grupo de grileiros que ocuparam uma grande área da Serra (BARROS, 2013). Vemos que os conflitos causados pelos grileiros não são algo que ficaram para trás e nem presos nas regiões do Sertão Carioca, ele prossegue ao longo do tempo, adentra outros espaços e assume novas feições. A presença de novos personagens como por exemplo, a presença das milícias, que tem na especulação imobiliária e apropriação de terras um grande negócio, faz com que, décadas depois, ainda seja necessária a organização de ações de resistência.

Na linha dos eventos, em 2015, o Rio de Janeiro sediou o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, mais precisamente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tendo a Rede CAU como anfitriã e peça principal na organização do mesmo (SILVA, 2017) que contou com feiras, seminários e atividades pedagógicas. O Encontro, segundo Uschi Silva (2017), teve como tema “Direito à cidade e comida de verdade”, abaixo temos uma imagem de um painel de facilitação gráfica feito na ocasião, que contém algumas mensagens que se referem a assuntos<sup>40</sup> tratados no evento:

**Figura 18.** Painel de assuntos do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana na UERJ.



Fonte: Acervo CNAU apud SILVA, 2017, p. 101.

<sup>40</sup> Conforme pode ser lido na figura 18: 1 – Direito à cidade é direito a produzir o alimento e permanecer nela; 2 – Agricultura urbana em SP ocupa uma cadeia de reocupação da cidade com hortas, parques, e os movimentos das bikes, moradia; 3 – Políticas públicas existentes dificultam práticas de segurança alimentar; 4 – Insegurança jurídica, não sabemos até quando as hortas de São Paulo poderão existir; 5 – Agricultura Urbana é uma declaração de amor à cidade!; 6 – Se você procurar sempre vai encontrar terra ociosa escondida na cidade; 7 – “Autonomias” para gestão da cidade pelas pessoas; 8 – Queremos uma cidade em que a especulação imobiliária seja menos importante que a voz e o direito das pessoas; 9 – A cidade tem resposta para seus problemas!

Segundo a autora, o ENAU foi o ponto alto do movimento da agricultura urbana no País e possibilitou uma nova conceituação sobre a agricultura urbana e periurbana que passava pelo entendimento das mesmas como uma práxis, fruto da organização popular e cujo objetivo era promover autonomia na produção agroecológica, construção de novas relações de produção e consumo baseadas na economia solidária e, a reconexão entre natureza e cidade (CNAU, 2015b apud SILVA, 2017).

A Economia Solidária é um movimento social que também caminha como uma política pública, enquanto outros movimentos tem sua zona de atuação por fora da instituição oficial – mesmo quando existem interseções – ela chegou a ter uma secretaria própria durante o governo do Prefeito Eduardo Paes, o que nos leva a pensar que mesmo tendo ou não um espaço exclusivo dentro da Prefeitura ou outros órgãos oficiais, a pressão dos agentes faz com que a temática seja inserida em algum espaço de reivindicação e até mesmo de alcance de inserção em políticas públicas. Embora a Secretaria de Economia Solidária tenha sido extinta em 2016, a Economia Solidária continua se reunindo no Fórum de Economia Solidária, que acontece na última segunda-feira de cada mês. Em conversa com uma representante do Fórum ligada à Prefeitura soubemos que:

A economia Solidária é uma Política Pública que funciona como um guarda-chuva para coletivos de produção e comercialização. A agricultura familiar, orgânica e a agroecologia estão dentro dela e seus produtos são comercializados por quem planta colhe e troca... Um dos resultados da EcoSol é a formação do circuito carioca de Economia Solidária. A secretaria está futricando para conseguir que os agricultores do campo passem a pagar ITR ao invés de IPTU (Entrevista com a Secretária do Fórum de Economia Solidária, 2019).

Vimos então que diferentes atores têm se articulado e se organizado em redes de apoio que se fortalecem e se fazem existir frente aos momentâneos interesses e desinteresses institucionais, bem como, se fazem presentes nesses espaços quando há oportunidades. Segundo Ilse Scherer-Warren (2007), os movimentos sociais de mais expressividade na contemporaneidade são justamente aqueles que atuam em redes<sup>41</sup> interorganizacionais e pluritemáticas, como os que vimos até aqui. Em um primeiro momento, a partir do trabalho de iniciação científica e monografia (GENARO, 2017), pudemos entender que também as experiências de mercado no município do Rio de Janeiro são desdobramentos de uma atuação

---

<sup>41</sup> Por “Redes de movimentos sociais”, se aceita a definição de Ilse Scherer-Warren (2007), que define o formato da sociedade civil organizada como um conjunto de práticas políticas compostas por três níveis de formação: 1 – Nível organizacional – que diz respeito às entidades e movimentos sociais específicos –, 2 – Nível político articulatório –que diz respeito às ações como fóruns e redes interorganizacionais – e 3 – Nível mobilizatório na esfera pública – que se refere a Marchas, campanhas, mutirões sociais, etc.

sistemática e integrada de atores, organizações e movimentos ligados à agroecologia<sup>42</sup> que, desde 2007, têm atuado na cidade em defesa das atividades agrícolas. Atores têm se mobilizado em defesa da agricultura local por meio de associações, feiras, atividades culturais, articulação com movimentos sociais e, a inserção de uma agricultura de base ecológica no comércio local e orientada por princípios da economia solidária<sup>43</sup>, que objetiva afirmar a existência da agricultura agroecológica na cidade do Rio de Janeiro.

Musumeci (1987 apud PROFITO, 2019), oferece algumas justificativas para a conservação e incentivo dessa agricultura. Segundo a autora essa produção deve ser considerada pela economia brasileira por dois motivos: “pela importância desses alimentos para a melhoria das condições nutricionais da população, pela contribuição que políticas consistentes podem trazer em termos de redução de custos do abastecimento alimentar à população urbana” (PROFITO, 2019, p. 20). E acrescenta-se:

- Pelas suas possibilidades de acesso à terra e subsistência de inúmeras famílias que não dependem exclusivamente de vender sua força de trabalho para garantir o seu sustento.
- Pela manutenção de cidades com padrões de ocupação socialmente menos excludentes e ambientalmente mais equilibrados (PROFITO, 2019, p. 20).

Quando pensamos na evolução das agriculturas na cidade do Rio de Janeiro, nos deparamos com períodos de ausência de registros que nos falam sobre o silenciamento político a qual esses atores por trás do fazer agrícola foram submetidos, em contrapartida, reescrever as iniciativas não governamentais são uma forma de compreender como os agricultores e agricultoras se organizaram ao longo do tempo, por exemplo a partir de coletivos citados acima. Não obstante, vimos que, embora em determinados períodos, mesmo que não houvesse uma secretária que cuidasse da agricultura exclusivamente, ela era agregada em alguma outra secretaria de onde partiam algumas iniciativas, como é o caso do Projeto Hortas Cariocas, que veremos a seguir.

---

<sup>42</sup> Agroecologia: Movimento social que une produção agrícola de base ecológica e questões socioambientais.

<sup>43</sup> Esse conceito aparece no Brasil em 1993 no livro: “Economia de solidariedade e organização popular”, de Gadotti, em texto escrito pelo autor chileno Luiz Razeto onde ele a define como uma formulação teórica científica composta por traços constitutivos de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão. O primeiro grupo de pesquisadores do tema foi formado na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília-SP, em 1996, coordenado por Cândido Vieites e Neusa Dal Ri (LECHAT, 2002). Para Corrêa (s/d), a economia solidária não deve ser vista apenas como um movimento econômico e, se faz necessário que ela caminhe junto de outros movimentos sociais que buscam uma vida melhor para a população. Por esse motivo, podemos afirmar que, a Agroecologia e a Economia solidária são movimentos que compartilham significados, porém, um não se resume ao outro.

Existente desde 2006, diferente do Verdejar, o Projeto Hortas Cariocas não é de origem comunitária e por isso parte de uma evolução específica que mostra como o tema da agricultura tem conquistado algum reconhecimento político, com iniciativas que também correm por fora dos movimentos de agricultura urbana e em especial da Rede CAU. O Projeto, sob os cuidados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) para a produção de alimentos agroecológicos (PROJETO HORTAS CARIOCAS, 2016), atende cerca de 30 comunidades que servem a escolas e atualmente abrange cerca de 38 iniciativas em diferentes locais como: escolas, ginásios e shoppings (LIMA, 2019), além das comunidades. Segundo Barros (2019):

Em paralelo às iniciativas desenvolvidas pela AS-PTA, em 2004 foi criado o Projeto Hortas Cariocas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Este projeto tinha o intuito de incentivar a criação de hortas comunitárias em áreas carentes no município, propiciando capacitação e oferta de trabalho para os moradores das comunidades (BARROS, 2019, p. 24-25).

Abaixo seguem imagens de algumas dessas hortas:

**Figura 19.** Hortas do Projeto Hortas Cariocas.



Fonte: Projeto Hortas Cariocas, 2016, p. 3.

O Projeto, que já teve uma iniciativa parecida anterior a ele e esteve na Secretaria de Assistência Social antes de 2006, aparece como o primeiro do setor, segundo entrevista concedida a Fernandez, no ano de 2019, uma representante do Hortas Cariocas, Aline Meira, agrônoma, diz que desconhece qualquer iniciativa anterior a essa e que a Secretária de Agricultura não é algo permanente, surge e desaparece ao longo do tempo. Isso explica o motivo pelo qual os assuntos pertinentes à produção agrícola do município frequentemente aparecem em iniciativas de outras secretarias ou subsecretarias.

O Hortas Cariocas, segundo informações cedidas pelo formulador e gerente do projeto, Júlio César Barros, em entrevista à Fernandez (2020), oferece bolsas em troca de mão-de-obra, em exemplo ele diz que a bolsa é simbólica e que as pessoas que trabalham no reflorestamento recebem uma quantia de mil reais, para ele a quantia é mais como um incentivo ao plantio, que leva a emancipação do indivíduo a partir do momento em que ele passa a lucrar mais com sua própria produção, do que com o incentivo financeiro oferecido pelo projeto. Embora o Projeto parta da Prefeitura, seu idealizador e coordenador avalia que há certo desinteresse por parte do executivo municipal ao projeto e diz que se houvesse maior apreço por tal, ele conseguiria ter um êxito maior.

Em evento de iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Solos (EMBRAPA – Solos), no ano de 2019, vimos que as hortas se fazem presentes em algumas comunidades cariocas, podendo se aliar aos interesses turísticos e estéticos, em uma fala que pude presenciar de um morador e colaborador na horta da comunidade Santa Marta, ele dizia sobre como transformar espaços, que antes eram preenchidos por amontoados de lixo, com as hortas comunitárias, contribuía para uma imagem melhor do ambiente para os turistas que passavam por ali. Outra colaboradora já ressaltava a importância estética e social do teto verde desenvolvido na entrada da comunidade do Vidigal, para ela, além do embelezamento, a horta contava com uma manutenção comunitária que é de grande importância para fazer difundir ideais de alimentação saudável.

A agroecologia ganhou força na cidade nos últimos 10 anos, – embora antes disso já houvesse movimentações nesse sentido, mas ainda com pouca expressividade. Observa-se que, o projeto Profito, quando surge em 2006 e a pauta agroecológica ainda não estava posta, assim como a primeira formação do CMDR, em 2002, também não falava disso – e vem sendo acionada por esses atores, à medida que se identificam com seus valores e metodologias. A agenda agroecológica traz em si o aspecto político das agriculturas. O fazer agrícola, valorizado

em sua multidimensionalidade<sup>44</sup> então pôde ser encontrado em diferentes formas: hortas, quintais<sup>45</sup> produtivos, agricultura urbana, agricultura urbana familiar, todos dentro do município, porém com características diferentes a depender de questões territoriais, políticas e históricas. A partir disso, pudemos entender que as agriculturas do município se encontram em um cenário de disputas, onde cada ator e mediador atua na construção do que são essas agriculturas, reafirmando seu caráter de arena pública de disputas políticas (FUKS, 2001).

## 2.1 Mercados, Circuitos e Trocas

Nos anos 2000, influenciados pelo cenário nacional, os movimentos de base ecológica ganham força na cidade carioca, – mas vale pontuar que já havia na cidade algumas organizações políticas que foram necessárias como ferramentas de resistência frente aos conflitos de terra, como vimos no primeiro capítulo. Esse debate não estava posto no CMDR 2000, mas já havia manifestações caminhando em paralelo. O debate em torno da agricultura, nesse período, se concentrava em articular e fortalecer práticas agrícolas que caminhavam no sentido contrário da agricultura convencional hegemônica, trazendo consigo preocupações sociais e ambientais que incentivavam uma agricultura de base ecologicamente correta, sem agrotóxico, justa socialmente e, com interesse forte em contribuir para que esses produtos fossem inseridos no mercado e/ou, até mesmo na construção de novos mercados que carregassem em si o debate político em torno na produção de base ecológica. Esse tipo de mercado ganhou força com a existência pequenas feiras orgânicas que surgiram inicialmente na Zona Sul do Rio, mas a inserção de produtos orgânicos nos supermercados tradicionais já havia sido iniciada nos anos 90, estimulada por atores que posteriormente contribuíram para a formação das feiras orgânicas (FERREIRA, 2013 apud FERNANDEZ & FERREIRA, 2015). É a partir de 2006 que o movimento agroecológico ganha força no Estado e posteriormente na cidade do Rio de Janeiro colaborando para a criação e consolidação de mercados locais, que segundo Fernandez & Ferreira (2015, p. 3) são “[...], como espaços de geração de renda e

---

<sup>44</sup> Hortas, quintais produtivos, agricultura urbana, agricultura urbana familiar.

<sup>45</sup> Os quintais produtivos podem dispor de plantação diretamente na terra, em vasos e mudas. A frente teremos um depoimento de uma agricultora que produz em seu quintal. Em geral esses espaços têm ganhado atenção dos mobilizadores, como a Rede CAU, que desenvolve ações de manejo agroecológico em quintais produtivos. Assim como outras formas de agricultura urbana, o plantio em quintais é um desafio às políticas públicas que nem sempre o reconhece como apto ao acesso a tais, por estar em um ambiente que ainda causa estranhamento aos técnicos responsáveis pela avaliação, que também questionam a falta de matérias primas próprias que fazem com que esses agricultores tenham que adquirir esses aparatos de outro lugar responsáveis pela avaliação (FERNANDEZ & BAPTISTA FILHO, 2019).

fortalecimento de agricultores familiares, e circulação de princípios de uma economia solidária e de base camponesa”.

Esses mercados podem ser chamados de mercados territorializados, isso porque não se trata apenas da simples troca de mercadorias, mas do acionamento de um debate político que envolve a reflexão sobre o ciclo produtivo até o consumo desse alimento. Os mercados territorializados se contrapõem as grandes cadeias alimentares, a comida de nenhum lugar, ultraprocessada e com agrotóxico, advinda dos circuitos longos de comercialização<sup>46</sup>. Esses circuitos são considerados “modernos” por conta das técnicas de agroindustrialização dos alimentos e a procura por eles é intensa nas cidades. Só a partir da década de 90 que, preocupados com os efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, a população passa a gerar uma demanda pela produção de alimentos orgânicos (MAIA & SOUZA, 2016 apud GENARO, 2017).

A comercialização dos produtos, portanto, não surge apenas após a construção de novos mercados. Como vimos no capítulo anterior, a relação entre os agricultores e o mercado tem diferentes escalas e se fazia em diferentes locais, tais como: na beira da estrada, mercado de Madureira, no centro da cidade e feiras.

Nos anos 2000 ganham força as feiras orgânicas e agroecológicas junto com o fortalecimento do mercado de orgânicos (FERNANDEZ & FERREIRA, 2015) e, caracteriza aquilo que é o oposto ao citado acima, esse tipo de comércio forma um circuito curto de comercialização. O circuito curto de comercialização é uma forma do fazer comercial que aproxima produtor e consumidor, que em geral compra direto da mão do produtor (ou de um familiar/amigo de confiança) envolvido com a agricultura local. Para além da venda dos produtos, os consumidores e agricultores estabelecem um laço afetivo de respeito mútuo trocando conhecimento. A valorização – além da troca financeira – contempla uma forma de mercado que respeita a vida, a experiência pessoal, a mão-de-obra e o consumo consciente e saudável, ou, como encontramos. Na perspectiva da sociologia econômica, esses mercados oferecem construções que vão além da demanda, da oferta e da taxa de equilíbrio (RIMAR, 2016 apud GENARO, 2017). No mais esse tipo de mercado também permitiria maior autonomia de produção, fazendo com que o agricultor tenha melhor controle sobre o que

---

<sup>46</sup> Circuitos de comercialização dos mercados convencionais onde não se compra direto do produtor e a relação entre quem produz e quem comercializa é, em geral, interligada por mais de um atravessador que busca essa mercadoria e revende para um mercado. Não tem a ver com distanciamento geográfico, mas sim com a quantidade de pessoas envolvidas desde o processo de compra do agricultor até o momento que chega no consumidor final.

produz, além da previsibilidade de investimento necessário, levando em conta os recursos naturais disponíveis e a utilização justa do mesmo.

Segundo Fernandez (2019), falar em mercado territorializado é uma forma de deixar implícito os princípios agroecológicos que estão nele imbricados, já que, não há como pensar em agroecologia<sup>47</sup> sem pensar em território<sup>48</sup>. Além disso os mercados são espaços de resistência e afirmação de identidades, na medida em que rompem com regras e convenções de mercado e criam práticas alternativas de garantia de sobrevivência (FERNANDEZ, 2019). Assim é que em 2010, foi criado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na Zona Sul, e que deu a oportunidade de que uma feira fosse criada em Jacarepaguá (sub-bairro da Freguesia), na Zona Oeste da cidade, organizada pela Rede CAU. Refletindo este contexto de valorização do consumo de alimentos agroecológicos, algumas feiras também foram criadas fora do circuito:

[...] Feira Orgânica de Campo Grande em 1996, a Feira Agroecológica da UFRJ em 2010, a Feira Orgânica do Rio da Prata (no Bairro de Campo Grande) em 2014. Na região metropolitana, foram criadas em 2011, as feiras de Nova Iguaçu e Queimados e a Feira da Roça de Japeri. Em 2012, em Magé, foi inaugurada a Feira da Agricultura familiar (FERNANDEZ, 2015, p. 15).

Vimos que esses mercados são instrumentos de resistência, pois além de subsidiar economicamente a vida desses agricultores – que têm com essa produção não só alimentos para venda, mas também para consumo próprio – mas também aciona esse debate territorial que convida a olhar para os significados políticos e simbólicos do produto comercializado. Em conversa tida em campo com uma agricultora ouvimos que: “existe a ideia de que no campo se trabalha muito e ganha pouco, só que eles não veem o que a gente deixa de gastar e supermercados, em farmácias...”, se referindo à ideia que pessoas que não trabalham com a agricultura tem desse ofício e modo de vida. Existe uma gama de equilíbrios no trabalho no campo (PLOEG, 2016) que nem sempre são percebidas por quem está de fora, trabalhando para o mercado formal. Para o autor, o equilíbrio se relaciona a produção total de uma unidade de produção agrícola, isso inclui o que é vendido e o que é consumido, as necessidades que não conseguem ser supridas pela sua própria produção, seria então comprada nos mercados com o dinheiro da comercialização dos seus produtos, para ele é impossível no mundo antigo e no de

---

<sup>47</sup> Agroecologia e território, na verdade, são elementos indissociáveis, já que a prática agroecológica implica a escolha pelo aproveitamento dos conhecimentos e recursos locais orientados à produção da vida das famílias agricultoras [...] (FERNANDEZ, 2019, p. 398).

<sup>48</sup> Uma das possíveis definições de território, como uma categoria de análise, destaca as dimensões locais e do lugar, os laços econômicos, políticos e simbólicos que vinculam grupos sociais a um espaço determinado. Em grande medida, há uma correspondência entre essa categoria de análise e o território como categoria da prática, já que a crescente ênfase na utilização do conceito de território reflete as transformações empíricas impostas por mobilizações sociais e também seus efeitos sobre a política (FERNANDEZ, 2019, p. 399).

hoje, reproduzir a família e a propriedade sem os mercados. De fato, quando vamos a campo percebemos que não há uma unidade de produção que seja autossustentável, no entanto, valendo-nos também da fala citada acima, vemos que não se trata apenas do que se produz, mas do que se deixa de precisar comprar.

Lembra-nos Chayanov (1996, p. 41, apud PLOEG, 2016) que, “o coração pulsante de toda unidade de produção camponesa é o equilíbrio trabalho-consumo”, referindo-se à demanda de consumo dentro da família e a força de trabalho disponível também dentro dela. Se pensarmos novamente nos circuitos curtos de comercialização, veremos que este equilíbrio entre trabalho e consumo é muito importante. Diferente de quando ele produz direcionado aos mercados convencionais que o obriga a produzir em grande escala e apenas um cultivo, o circuito curto permite que ele tenha autonomia sobre o que plantar, quanto plantar e quando plantar. Em contrapartida isso é retroalimentado pelo consumidor que escolhe fazer um consumo político dessa produção sabendo que está fomentando esse modo de vida. O circuito curto é uma forma de fazer funcionar esse equilíbrio analisado por Chayanov (1996 apud PLOEG, 2016). Assim, esses mercados tornam-se instrumentos de resistência justamente por permitirem que o agricultor possa continuar vivendo de sua produção em equilíbrio.

No entanto, não podemos acreditar inocentemente que esse equilíbrio de trabalho-consumo seja facilmente alcançável apenas pela comercialização em circuitos curtos, a noção de que o trabalho na terra é um trabalho árduo não difere da realidade, em campo podemos acompanhar o quão exaustivo essa atividade pode ser, longas jornadas de trabalho e uma prática que se estende até alta idade, nas feiras, encontramos homens e mulheres idosos comercializando seus produtos. Talvez possamos encontrar, em certa medida, o equilíbrio naquilo que se deixa de gastar, tanto por ter a própria produção – embora não seja autossustentável -, quanto pelo sistema de trocas. Há um sistema de trocas, principalmente de plantas medicinais, que envolve também uma troca de conhecimento, e faz com que os gastos farmacêuticos sejam diminuídos, o intercâmbio de ervas é algo considerável entre os agricultores. Sabemos de uma agricultora de Campo Grande que relata ter criado seus filhos sem a utilização de fármacos químicos, apenas com ervas.

Por se tratar de um alimento agroecológico ou em transição agroecológica<sup>49</sup> considera-se também que as incidências de doenças sejam menores e por isso não gastem com tratamentos

---

<sup>49</sup> Refere-se a agricultores que ainda estão inserindo os parâmetros agroecológicos em suas vidas. Lembramos aqui que o produto agroecológico não se trata apenas de uma produção sem o uso de agroquímicos, como é o caso da agricultura orgânica, ele passa por aspectos simbólicos e políticos que suscitam questões territoriais, forma de produção, de comercialização, valorização do trabalho feminino, feminismo, economia solidária, consumo politizado, entre outros.

com frequência – não imaginemos, porém, que esses agricultores se alimentem apenas de sua produção, assim como qualquer outra pessoa, pode-se encontrar nessas casas o consumo de refrigerantes, industrializados, dentre outros. Este estímulo ao consumo de alimentos industrializados é parte de uma sociabilidade capitalista que fomenta a criação de necessidades de consumo. –. É preciso ressaltar que pelas condições históricas de evolução das agriculturas cariocas, ainda que sempre possa existir os cultivos ligados à subsistência e ao autoconsumo, as agriculturas foram progressivamente se especializando em alguns produtos que exigiam menos força de trabalho, e que tinham boa aceitação no mercado, tais como a banana, o caqui e o aipim. Na atualidade, portanto, um dos aspectos de revitalização desta agricultura trazida pelos mercados agroecológicos tem sido a introdução progressiva de cultivos diversificados para abastecer os mercados locais.

## **2.2 A Formação do CMDR**

Em 2001, o prefeito da cidade carioca era César Maia, que havia sido reeleito após já ter estado à frente da cidade entre 1993 e 1996. O então prefeito, através do Decreto nº 20.455, de 24 de agosto de 2001, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o art. 3º da Lei nº 3.097, de 13 de setembro de 2000, decretou a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade do Rio de Janeiro – CMDR-Rio, vinculado ao Gabinete do Prefeito, de caráter consultivo<sup>50</sup> e de instância deliberativa<sup>51</sup>, - por tal característica o CMDR tanto pode ser apenas consultado sobre um assunto como tomar decisões sobre os temas que lhe compete - tendo por finalidade adequar, em nível municipal, as políticas públicas atinentes aos setores agropecuário, pesqueiro e correlatos. O decreto definia quem presidiria<sup>52</sup> o Conselho e os órgãos e indivíduos da sociedade civil que fariam parte dele por meio de seus respectivos representantes<sup>53</sup>. É um órgão colegiado criado baseado na experiência do Conselho Nacional

---

<sup>50</sup> Significa que ele pode e deve opinar sobre o assunto que lhe for apresentado.

<sup>51</sup> Significa que tem poder de decisão.

<sup>52</sup> Será presidido pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, conforme consta no artigo I.

<sup>53</sup> Coordenador de Agricultura e Pesca da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Saúde, através da Gerência de Medicina Alternativa; Secretaria Municipal de Fazenda; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – Tecnologia de Alimentos; Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Banco do Brasil S/A; Associação de Produtores e

de Desenvolvimento Rural (CONDRAF), tendo como objetivo propor, elaborar e implementar políticas públicas municipais. É também, um espaço de articulação entre diferentes níveis de governo e organizações da sociedade civil, que visam um desenvolvimento rural sustentável e solidário.

No ano de 2002, mais precisamente no dia 15 de outubro, foi entregue o chamado “Plano de Desenvolvimento Rural do Município do Rio de Janeiro”, contrato<sup>54</sup> nº 02/2002, previsto como tarefa do CMDR, no decreto que o compete. O documento nada mais era do que um relatório, registrando que o Conselho deveria estar respaldado em um diagnóstico do setor primário municipal, que ilustrasse com a maior fidelidade possível as características essenciais da área agrícola remanescente do município, as atividades desenvolvidas e o perfil socioeconômico e tecnológico dos produtores, isso porque visto o acentuado processo de expansão urbana, a capacidade de persistência, sobrevivência e adaptação dessas atividades produtivas, mereciam a atenção e o estímulo do poder público. O relatório lembra que, as mudanças no perfil da produção agrícola e criação animal eram observáveis não só no município do Rio de Janeiro, mas em todo estado, segundo os dados apresentados no próprio relatório. Na oportunidade, foram abordados temas referentes aos aspectos ambientais, estrutura fundiária, atividades produtivas, organizações de produtores, informações de mercado e serviços de apoio à produção.

O PMDR surge então como uma ferramenta de construção coletiva com os agentes previstos na formação do Conselho, para lançar luz a essas áreas de produção agrícola no esforço de que agricultores não fossem reduzidos a uma pequena parcela que pouco a pouco seria devorada pelo modo de vida da cidade, tendo suas trajetórias e identidades apagadas e descaracterizadas pelo projeto de urbanização a qualquer custo. Resgatando o que foi colocado anteriormente, assim como parte do maciço foi transformado em Parque e, por esse motivo, submetido a uma série de legislações ambientais que impediam o avanço imobiliário nas áreas de preservação, também o avanço da produção agrícola fora barrado visto que a legislação não levava em consideração que a própria existência e preservação do então maciço da Pedra Branca, já vinha se dando há muito tempo em uma dinâmica de convivência e subsistência

---

Lavradores e artesãos de Piabas e Adjacências do Rio de Janeiro – APROLAPIAS; Associação de Criadores e Lavradores de Jacarepaguá – PAU DA FOME; Associação Rural da Reta do Rio Grande; Associação de Moradores e Produtores do Mendanha; Associação de Produtores e Profissionais de Plantas e Flores do Estado do Rio de Janeiro – PLANTA RIO; Sindicato Rural do Município do Rio de Janeiro; Sociedade Nacional de Agricultura – SNA; Grupo Ecológico GRUDE; Associação Gastronômica e Comercial da Costa Oeste – AGACO; Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>54</sup> Referente à contratação de uma empresa que foi responsável pela escrita do plano.

mútua entre homem e natureza, limitando suas atividades centenárias. O próprio relatório mostra as dificuldades de manutenção dessas atividades em áreas cujo solo estava em crescente desvalorização face à pressão urbana, que provocava um sucessivo processo de redução das áreas destinadas a essa produção, de forma que nem mesmo o aumento da produtividade seria capaz de manter o nível de renda dos produtores. O documento ponderava que as alternativas de soluções para a situação constatada deveriam contemplar a preservação ambiental e assegurar os direitos dos pequenos produtores, pressupondo alternativas que integrassem políticas públicas nas áreas de pesquisa agropecuária e de maricultura, de crédito, de fiscalização e proteção ambiental, de estímulo a projetos de aproveitamento dos recursos naturais, dentre outros. No entanto, essas propostas de desenvolvimento rural eram formadas por atividades induzidas e de agregação de valor voltadas para um mercado de alto poder aquisitivo que não obtiveram sucesso. Embora ainda não tenha sido realizado um novo plano de desenvolvimento agrícola, as diretrizes que foram votadas na Conferência em 2018 são distintas na medida em que foi construída coletivamente por atores dos movimentos sociais e por agricultores que, junto com outros atores de diferentes instituições, apresentam propostas baseadas em demandas reais e colocam em questão até o próprio nome do Conselho responsável pela escrita do plano. Para eles, um Conselho que carregue rural e apenas rural no nome não contempla todas as formas de agricultura que despontaram na cidade e pedem um nome que seja mais abrangente. Ademais, embora essas propostas tenham características mais orgânicas, não significa que na prática ele será seguido à risca, pois também está suscetível a esbarrar em interesses distintos daqueles objetivados por quem estiver à frente da administração da cidade.

Já em 2018, sob tutela do prefeito Marcelo Crivella, a Secretaria de Economia Solidária, criada no mandato do ex Prefeito Eduardo Paes, e que funcionava como um guarda-chuva para os diversos tipos de produção, inseridas em uma lógica de comércio justo, foi extinta enquanto secretaria independente e realocada dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI). A SMDEI por sua vez se articulou para reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Rio de Janeiro, – esse processo já era uma demanda construída pelo Conselho de Segurança Alimentar do Município do Rio de Janeiro (CONSEA-RIO) – o que, como podemos ver em Fuks (1998), é um dos resultados que se pode obter quando há um assunto que consegue tornar-se público.

Para que o CMDR fosse reativado, uma série de atores tais como professores, pesquisadores, agricultores, instituições e sociedade civil pleitearam fazer parte de uma comissão que juntamente com a Secretaria, pensou e desenvolveu a Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural em 2018 e que tinha como seu primeiro objetivo

eleger os conselheiros e posteriormente elaborar um novo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. O Plano de 2002 encontrava-se obsoleto pois não dava conta de toda a dinâmica em torno das agriculturas. Observa-se com clareza a entrada de novos atores e organizações atuantes em defesa da agricultura carioca entre o período de 2002 e de 2018. Além disso, as propostas de desenvolvimento e formas de se fazer agricultura eram bastante distintas.

Segundo o documento base que guiou as ações em torno da criação do primeiro conselho em 2002 e sua reativação do Conselho, intitulado: “Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural da cidade do Rio de Janeiro 2018”, a legislação federal agrária, indica desde o Decreto nº 1.946, de julho de 1996<sup>55</sup>, a criação de conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural, sendo que estes, em muitos casos, são condições necessárias para que os agricultores acessem programas federais. Vemos aqui a indicação de um caminho que nos mostra como a SMDEI buscou caminhos para que os agricultores pudessem acessar as políticas públicas nacionais.

É neste momento que iniciamos nosso trabalho de campo, onde pudemos ver que a prefeitura, a partir de atores específicos que tem cunhados espaços, tem se manifestado sobre temas que interessam à agricultura local. A despeito de um cenário desfavorável para a temática agrícola na gestão municipal, houve uma articulação política favorável na SMDEI a partir de atores que atuavam no CONSEA em defesa da reativação do CMDR. Não sem contradição, em um primeiro momento de trabalho de campo pudemos ver o quão conflituosa essa relação parece ser. No terceiro capítulo mostraremos como se desenvolveu o debate para a realização da Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural 2018. Para que isso fosse possível, foram realizadas pré-conferências que objetivavam entender as demandas dos agricultores em diferentes áreas da cidade para que no dia da Conferência fosse possível elaborar em coletivamente um documento que serviria para orientar e reger as atividades do Conselho, esse desdobramento será explicitado na descrição do campo.

Embora os PMDRs<sup>56</sup> surjam pelo mesmo contexto, o relatório final da Conferência aponta para as condições atuais da agricultura na cidade e mostra as novas demandas, para além do caráter de demarcação geográfica e especificações referentes ao uso do solo, expostas no PMDR-2002, o relatório contempla aspectos sociais e econômicos que envolvem esses

---

<sup>55</sup> Decreto que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 3.200, de 06 de outubro de 1999, porém, ressaltado no Artigo 13.

<sup>56</sup> Existe apenas um PMDR que é o que foi escrito pelo CMDR 2002, o atual CMDR estabeleceu diretrizes para a escrita do novo PMDR a partir dos resultados obtidos na conferência, mas esse processo de escrita do novo Plano ainda não foi finalizado.

agricultores, cobrando novas medidas que, baseadas nas caracterizações feitas no primeiro plano e juntamente com o novo cenário, contemplem as diferentes temáticas que envolvem a agricultura citadina, como: alimentação, saudável, consumo, comercialização e a cadeia produtiva, a dimensão institucional das políticas públicas do município e da agricultura na cidade, a organização política, assistência técnica para a produção, a economia solidária e o trabalho. É claro que o próprio levantamento dessas pautas é resultado de um trabalho investigativo e de construção contínua entre agricultores e mediadores, em detectar de forma sensível, tudo aquilo que se faz presente nessa arena de disputas.

Nesse mesmo sentido podemos ver que alguns assuntos contemplados no primeiro CMDR já não são mais falados hoje, enquanto outros, como por exemplo o PDD, é assunto das duas formações de CMDR. Dada a importância, justificada no apêndice metodológico, da combinação de métodos e técnicas de pesquisa, aqui faremos um apanhado que tem como base a análise documental feita a partir do estudo das atas. A título de exemplificação e para criar uma imagem mais concreta dos assuntos e atores que circulam por dentro do CMDR, mostraremos aqui um breve levantamento de informações obtidas nesses documentos. Segue uma tabela com os assuntos recorrentes das atas do antigo CMDR, aqui apenas temos as informações colhidas em ata por não se tratar de um período em que o trabalho de campo foi despendido:

**Quadro 1.** Assuntos que constam em atas das reuniões do CMDR em 2006.

|                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conselho em situação de desestruturação causada pelo esvaziamento das reuniões, ausência de membros              |
| Falta de continuidade nos projetos                                                                               |
| Política de integração municipal                                                                                 |
| Medida de estruturação da Coordenadoria de Agricultura                                                           |
| Retrospecto de atividade onde o conselho está envolvido: plantas fitoterápicas, hortas comunitárias e homeopatia |
| Necessidade de capacitação de produtores                                                                         |
| Hortas comunitárias                                                                                              |
| Perfil genérico do produtor (relação entre mão-de-obra e renda)                                                  |
| Formulação e conclusão do PDD                                                                                    |
| DAP                                                                                                              |
| Projeto Sítios                                                                                                   |
| Fazenda Modelo                                                                                                   |
| Escola Carioca de Agricultura Familiar                                                                           |
| Fortalecimento da agricultura em suas diferentes dimensões (urbanística, ambiental, mercadológica e tecnológica) |

|                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Necessidade de firmar a agricultura no PDD para que se criem Políticas Públicas embasadas no mesmo                                                                  |
| Crédito Rural                                                                                                                                                       |
| Agricultura Urbana e Periurbana                                                                                                                                     |
| Viabilização de assistência técnica                                                                                                                                 |
| IPTU                                                                                                                                                                |
| Atualização do PMDR                                                                                                                                                 |
| Inserir áreas agrícolas no PDD                                                                                                                                      |
| Identificar as áreas agrícolas                                                                                                                                      |
| Políticas Públicas municipais agrícolas e de meio ambiente, para fomentar a agricultura urbana sustentável, a pesca responsável, e gestão do uso e ocupação do solo |
| Hortas Fitoterápicas                                                                                                                                                |
| Suporte técnico para comercialização e logística                                                                                                                    |
| Desaceleramento da favelização através do incentivo à agricultura urbana                                                                                            |
| Regulamentação de Áreas Agrícolas                                                                                                                                   |
| Avaliar o potencial produtivo e comercial da Agricultura Urbana                                                                                                     |
| Avaliar os tipos de agricultores e demandas                                                                                                                         |
| Proteção de mananciais, ambiental e atividades agrícolas                                                                                                            |

**Fonte:** GENARO, Ketyline Pimenta, 2020.

E abaixo uma segunda tabela com os assuntos recorrentes de reuniões da formação mais recente do CMDR, em 2018 e 2019.

**Quadro 2.** Assuntos que constam em atas e anotações pessoais das reuniões do CMDR em 2018 e 2019.

|                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------|
| Formação de Câmaras Técnicas                                              |
| PMDRS 2002                                                                |
| PMDR 2018                                                                 |
| Agricultura Urbana, quintais produtivos, produção orgânica e agroecologia |
| Organizar Políticas Públicas e Ações do PMDR 2018                         |
| Conhecimento e reconhecimento da agricultura urbana nos territórios       |
| Mercados                                                                  |
| Questões relativas a troca de pagamento de IPTU por ITR                   |
| Aumentar políticas públicas para concessão da DAP                         |
| Pressões diversas no território rural                                     |
| Agricultura sustentável, sem agrotóxico e com respeito ao meio ambiente   |
| Criação de Câmaras técnicas capazes de atrair agricultores e jovens       |
| Conselho e Políticas Públicas                                             |
| Luta política e movimentos sociais                                        |
| Assistência técnica para agroecologia                                     |

|                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pacto de Milão <sup>57</sup>                                                                                                                                                                             |
| Apoio para o cadastramento da agricultura familiar na DAP/CAF                                                                                                                                            |
| Envelhecimento da população agrícola como possível causa do enfraquecimento da agricultura                                                                                                               |
| LUOS                                                                                                                                                                                                     |
| Baixos rendimentos                                                                                                                                                                                       |
| Criação de Políticas Públicas para Agricultura Urbana                                                                                                                                                    |
| Atividade rural em locais não rurais                                                                                                                                                                     |
| Hortas escolares                                                                                                                                                                                         |
| CMDR deve apoiar a luta para a criação e garantia de Políticas Públicas                                                                                                                                  |
| Hortas Cariocas                                                                                                                                                                                          |
| Repasse do Pacto de Milão (falta de espaço de fala para os produtores, ausência de debate sobre agrotóxicos, debate rural x urbano, agricultura urbana e periurbana, produção de alimentos sustentáveis) |
| Plano Diretor                                                                                                                                                                                            |
| Resgates de PEU's                                                                                                                                                                                        |
| CPI das enchentes                                                                                                                                                                                        |

**Fonte:** GENARO, Ketyline Pimenta, 2020.

A análise das atas demonstra que alguns temas perduram ao longo do tempo com o PDD e o PMDR, pois além de assuntos, são tarefas as quais o CMDR está envolvido. Os anos 2000 há um debate forte sobre assistência técnica que já não vemos tanto no atual CMDR, aliás no contexto atual, observamos o questionamento das ações de assistência e extensão rural da forma como são feitas, pois percebem que o técnico chega em campo com uma fórmula pronta que nem sempre cabe ao caso, por esse motivo, quando esse assunto é levantado, ele sempre vem acompanhado de uma crítica de readequação às necessidades e realidades postas.

Se observarmos os assuntos acima, veremos que alguns temas são recorrentes. Citamos, por exemplo: demanda de políticas públicas para a agricultura urbana e periurbana carioca, vemos também, a apresentação de diferentes expressões da agricultura na cidade e em diferentes locais, zonas agrícolas ou agriculturáveis, quintais, hortas, favelas e, também uma diversidade de produção, fitoterápicos, hortifrutí, além de diferentes projetos, Projeto Sítios, Escola Carioca de Agricultura Familiar, Câmaras Técnicas, Grupos de trabalho, dentre outros, além do próprio embate rural x urbano que perpassa a questão da produção agrícola nas cidades e gera debates

---

<sup>57</sup> O Pacto de Milão é um marco de acompanhamento que, a partir de 2015, se dedica às políticas urbanas alimentares. Ver mais em: <http://www.fao.org/3/ca6144pt/ca6144pt.pdf>. Houve, na formação mais recente do CMDR, presidida pelo subsecretário Sr. Brunet, um notável empenho com este evento. Por iniciativa dele a experiência do Programa Hortas Cariocas candidatou-se ao evento e foi premiado.

sobre pagamento de IPTU ou ITR, necessidade de reconhecimento de áreas agrícolas no Plano Diretor, dentre outros. Os temas suscitados no CMDR nos levaram a decidir por fazer um apanhado histórico da agricultura carioca que possa localizá-la ao longo do território, tempo e espaço, como o que foi apresentado no primeiro capítulo, e, nos despertou para conhecer os atores envolvidos nos espaços de debate das agriculturas cariocas.

A partir do conhecimento das atas pudemos ter acesso também a algumas listas de presença referentes ao ano de 2006. Embora sejam poucas as atas que acessamos, conseguimos identificar alguns integrantes como:

**Quadro 3.** Lista de presença de reuniões do CMDR em 2006.

|                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------------|
| SEDEC - Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia |
| Coordenadoria de Agricultura e Pesca do Rio de Janeiro                         |
| Secretaria Municipal de Saúde/Gerência de Medicina Alternativa                 |
| SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social                              |
| SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente                                   |
| RASS - Rancultores Associados do Estado do Rio de Janeiro                      |

**Fonte:** GENARO, Ketyline Pimenta, 2020.

Na formação mais recente do CMDR também tivemos acesso a algumas listas de presença de reuniões que aconteceram durante o ano de 2018 e 2019. Nelas encontramos tais presentes:

**Quadro 4.** Lista de presença de reuniões do CMDR em 2018 e 2019.

|                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| UFRRJ/NEATS - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Núcleo de Estudos em Ambiente, Território e Sistemas Agroalimentares |
| CEM - Centro de Educação Multicultural                                                                                            |
| SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo                                                                                           |
| SNA - Sociedade Nacional de Agricultura                                                                                           |
| FAMRIO - Federação da Associações de Moradores do Rio                                                                             |
| Instituto Permacultura Lab                                                                                                        |
| SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente                                                                                      |
| APP Vargens                                                                                                                       |
| SMDEI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação                                                               |

**Fonte:** GENARO, Ketyline Pimenta, 2020.

Essa foi a configuração dos atores na arena pública de debates que constituiu o CMDR a partir de 2018. Podemos notar que havia a presença de Associações e de representantes da Universidade, porém em menor número se comparada com a formação anterior.

Na lista de 2002 temos a presença de três secretarias e apenas uma associação, na lista de 2018 a discrepância é menor, mas ainda existe, vemos a presença de três secretarias, um núcleo universitário, um instituto e uma associação. Mas o que esses dados nos mostram? Abaixo veremos que quando a Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural aconteceu em 2018, uma pessoa fez uma fala-denúncia que questionava a presença pequena de agricultores naquele espaço em razão de um esforço insuficiente por parte da prefeitura em possibilitar a presença de tais, ao não disponibilizar transporte, alimentação e recursos para mobilização local. Se é fato que há um desinteresse por parte da instituição oficial, talvez isso se reflita na baixa frequência de agricultores – por meio de seus representantes (associações e coletivos em geral, ou mesmo individualmente) – há que se pontuar que a tabela compila os registros de frequência de todas as atas a qual tivemos acesso, tanto na formação de 2018, quanto na de 2002. Voltando-nos para a questão da frequência, o desinteresse da instituição pode refletir na baixa frequência de agricultores por dois motivos: 1- Por uma possível falha de comunicação ao fazer com que o chamado para tais reuniões chegue até os agricultores; 2- Mesmo que a comunicação seja eficaz talvez os agricultores não compareçam seja por falta de interesse, ou por falta de tempo e possibilidade de deslocamento para tal – é válido dizer que o CMDR, diante de seus ideais integrativos, procurou algumas vezes realizar as reuniões em diferentes locais para que pudesse facilitar a presença dos que não pudesse ir até a Prefeitura, no entanto, a maioria das reuniões continuou sendo na Prefeitura. Todavia, a lista de presença mostra que há uma maior diversificação entre os presentes, permitindo olhares que partem de diferentes pontos da organização social.

### **CAPÍTULO III – CMDR-RIO 2018-2020: A PESQUISA EM ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA**

Este capítulo se desdobra em mostrar algumas descrições e análises feitas a partir do trabalho de campo feito com o acompanhamento da reformulação do Conselho Municipal de desenvolvimento rural. Ele descreve alguns momentos de campo e ao final traz uma reflexão sobre a importância das reuniões como objeto de análise do cientista social, já que essas se fazem muito presentes ao longo deste capítulo. Começaremos, entretanto, contando um pouco sobre a Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural da cidade do Rio de Janeiro 2018, onde o trabalho de campo se iniciou.

Segundo o documento base intitulado: “Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural da cidade do Rio de Janeiro 2018”, distribuído por seus organizadores, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Rio de Janeiro (CMDR-RIO), é um órgão colegiado criado pela Lei Municipal nº 3.097<sup>58</sup>, de 13 de setembro de 2000, baseado na experiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CONDRAF), tendo como objetivo, propor, elaborar e implementar políticas públicas municipais. É também, um espaço de articulação entre diferentes níveis de governo e organizações da sociedade civil, que visam um desenvolvimento rural sustentável e solidário. Ainda segundo o documento base, a legislação federal agrária, indica, desde o Decreto nº 1.946, de julho de 1996<sup>59</sup>, a criação de conselhos estaduais e municipais, de desenvolvimento rural, sendo que, em muitos casos, são condições necessárias para que os agricultores acessem programas federais. Aqui, portanto, vemos a indicação de um caminho que nos mostre como a prefeitura tem incorporado a demanda em favor dos agricultores para que eles possam acessar as políticas públicas nacionais.

Na sequência do documento vemos que o CMDR-RIO não tem se reunido nos últimos anos, o que fez com que a Conferência Municipal de Política Agrícola, mesmo sendo prevista no Decreto nº 19.915/2001 que instituiu o regimento interno do CMDR, não fosse feita, culminando na expiração do mandato de todas as entidades com assento no CMDR e, portanto, fazendo-se necessária a indicação de novos representantes. Para que isso fosse possível, foi feita uma chamada pública no Diário Oficial nº 193, de 02 de janeiro de 2018, convidando

---

<sup>58</sup> Lei que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade do Rio de Janeiro-CMDR-RIO, e dá outras providências.

<sup>59</sup> Decreto que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Este decreto foi revogado pelo Decreto 3.200, de 06 de outubro de 1999, porém, ressalvado no Artigo 13.

pessoas da sociedade civil e da gestão pública para formar uma comissão organizadora do que viria a ser a Conferência Municipal de Política Agrícola de Desenvolvimento Rural, que tinha por objetivo, eleger um novo conselho que teria um mandato de dois anos, conforme o previsto no Artigo 4º da Lei nº 3.097<sup>60</sup>, de 13 de setembro de 2000. Também como objetivo estava, apontar diretrizes, identificar e definir prioridades a partir da coleta de propostas feitas de forma participativa, que ajudariam na construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável.

O poder de organização da Prefeitura, via SMDEI, estruturou a forma como o processo todo aconteceu, a dinâmica de reuniões, a conferência e o pós-conferência. Assim como comprovou Gluckman (1987), o poder político governamental constitui forças organizatórias importantes. No entanto, o nosso caso traz peculiaridades, primeiro pela iniciativa de ser algo previsto e demandado por lei, segundo porque não podemos desconsiderar que essas ações existem direcionadas a um público que se organiza politicamente, via movimentos sociais, para se fazer ver e resistir em um cenário que, embora tenha seus pontos de incentivo com programas voltados para o beneficiamento da agricultura local, também sobrepõe outros interesses aos mesmo, pudemos ver isso no breve histórico levantado neste trabalho.

Estabeleceu-se a partir de então, uma dinâmica de quatro reuniões pré-conferência, organizadas por região<sup>61</sup>, que objetivava entender as demandas dos agricultores para que no dia da Conferência fosse possível elaborar em coletivamente um documento diretriz para orientar e reger as atividades do Conselho, visto que nele estariam contidas todas as demandas e reivindicações dos agricultores e demais beneficiados.

**Figura 20.** Convite para a Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural.

---

<sup>60</sup> Lei Ordinária que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

<sup>61</sup> Regiões onde as reuniões aconteceram: Região A (Vargem Grande), Região B (Santa Cruz), Região C (Centro, Zona Sul e Zona Norte) e Região D (Campo Grande).



**Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural 2018**

A Secretaria de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio de Janeiro e a Comissão constituída para reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) convidam para a **Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural**.

**Dias:** 11 e 12 de junho de 2018  
**Horário:** 9:00 às 17:00 horas  
**Local:** UERJ - Campus Maracanã - Capela Ecumênica,  
**Rua São Francisco Xavier, 524**



**Fonte:** E-mail enviado aos convidados.

### 3.1 Reuniões Pré-Conferência

Essas reuniões tinham como objetivo entender as situações e as demandas dos agricultores, assim como servir de roteiro e fornecer subsídio para a organização da conferência. A ideia de fazer em locais diferentes e em dias diferentes foi pensada como uma forma de possibilitar, que o maior número possível de agricultores pudesse ir, como resultado, as reuniões mantiveram uma média de quarenta pessoas por reunião, o que foi considerado bom.

**Figura 21.** Encontro de Santa Cruz.



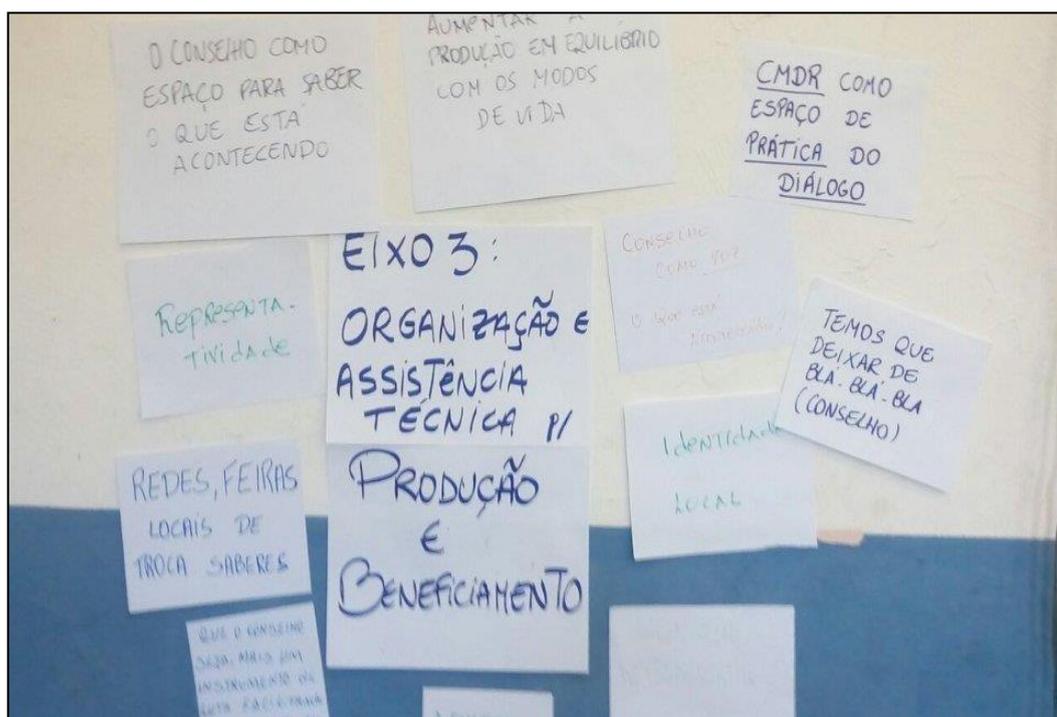
Fonte: Foto feita pela comissão organizadora, no encontro de Santa Cruz, 2018.

Nas reuniões estavam presentes: representantes da prefeitura, agricultores e representantes de outros órgãos públicos, como por exemplo, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SEAD), que adotou a postura de enaltecer a importância desses encontros como um espaço de discussão, um aspecto ressaltado pelo representante da secretaria diz respeito ao direito à cidade e reconhecimento da agricultura nesse espaço, para ele “Cidade não é igual à urbanidade”, sugerindo que outros cenários, que não urbanos, podem estar contidos na noção de cidade. Algumas reivindicações também foram levantadas ao longo dos encontros, por exemplo, tivemos a fala de um agricultor que pedia que os espaços públicos deixassem de ter seu uso taxado, que a prefeitura cedesse um espaço para que eles possam guardar suas tendas e, por fim, que não tenham que pagar impostos sobre suas vendas.

Todas as reuniões foram divididas em quatro eixos temáticos, são eles: 1- Alimentação Saudável, consumo, comercialização e a cadeia produtiva da agricultura urbana; 2- A dimensão institucional da política pública no município e a dimensão das agriculturas na cidade; 3- Organização política, formação e assistência técnica para a produção e o beneficiamento; 4- Economia Solidária e Trabalho. Conforme o documento base, o debate entre os quatro temas tinha como objetivo chamar a atenção para a importância da agricultura carioca e do desenvolvimento rural, na luta pela erradicação da fome e da pobreza, pela segurança alimentar e nutricional. Pela melhoria dos meios de subsistência, pela gestão dos recursos naturais, pela

proteção do meio ambiente, e por fim, pelo desenvolvimento sustentável nas Zonas Rurais e agrícolas. No mais, como transversal a todos os eixos, apareceriam discussões sobre: a diversidade do Rural e da Agricultura Carioca, igualdade de gênero, raça, etnia e geração.

**Figura 22.** Dinâmica de grupo: painel progressivo.



**Fonte:** Comissão organizadora do encontro de Vargem Grande, 2018.

Além do conteúdo das discussões, foi também interessante observar o aspecto metodológico das reuniões. Nos encontros em que essas reuniões foram pensadas, houve uma preocupação em pressionar os representantes da prefeitura sobre a possibilidade de haver uma verba que pudesse fomentar o investimento em metodologia, o objetivo era que uma equipe de metodologia organizasse as reuniões de forma a poder extrair delas o máximo de informações possível, e assim foi feito. A metodologia utilizada foi o de Painel Progressivo<sup>62</sup>, que basicamente consistia em colocar as pessoas para discutir sobre um tema, em dupla, depois em

<sup>62</sup> Dinâmica de grupo. Segundo Lopes e Pontes (2000): “Divide-se o grupo grande em subgrupos de 3, 4 ou 5 pessoas. Entrega-se as papeletas com as perguntas já preparadas ou textos. Cada grupo deve eleger um coordenador, que irá dirigir a discussão, e se necessário um relator. Cada grupo terá um tempo determinado para discutir e chegar a um consenso. Após chegar ao consenso, cada grupo irá reunir-se com um segundo grupo, (formado por 6, 8 ou 10 pessoas). O resultado da discussão do primeiro grupo deverá ser apresentado. Após isso, o resultado será unido ao do grupo a que se juntaram. Com base nos dois resultados deverão chegar a um consenso. Dependendo do número de participantes, as pessoas poderão ir se juntando a outros grupos (formados por 12, 16 ou 20 pessoas) para apresentar o resultado das discussões e chegar a um consenso geral” (p. 13).

grupos, e até se formar um grande grupo onde as principais ideias e reivindicações em comum fossem registradas ao final. Para caráter ilustrativo deixo aqui a pergunta colocada na primeira reunião e que foi guia das discussões: “Será que não existe área rural e agricultura no município do Rio de Janeiro?”.

Como já foi dito, as reuniões levantaram algumas discussões e propostas a serem levadas para a conferência, tais como: a falta de legislação, de incentivo da produção a partir de seu escoamento, a ideia de que a prefeitura compre a produção excedente, além de questões que passam pelo próprio reconhecimento dessa agricultura, como o resgate identitário do território e a necessidade em recuperar historicamente agricultura que se faz na cidade, o que por consequência, nos mostrou a indispensabilidade de fazer um levantamento histórico da trajetória dessa agricultura no município do Rio de Janeiro, que possa apontar tudo o que vem sendo enfrentado ao longo dos anos, bem como quais ferramentas e mediadores têm sido acionados. Em suma, a ideia geral trazida nas reuniões, é de que o Conselho a ser eleito na conferência, fosse um veículo que não só desse voz, mas que pudesse refletir sobre tudo o que aconteceria e sobre o que não aconteceria, a partir das reivindicações postas.

Outro ponto levantado é a relação dessas agriculturas, da economia solidária e da agroecologia. Por um lado, temos falas que pedem a valorização da economia solidária, para que haja um incentivo ao aumento desse modo de produção e do escoamento do que for colhido, sempre em equilíbrio com o modo de vida local. Por outro lado, temos a agroecologia defendendo que economia agroecológica não é só o que se vende, mas também o que se deixa de gastar. É uma linha tênue que em alguns momentos parece separar e em outros não, a economia solidária e a agroecologia.

### **3.2 A Conferência**

Como fonte de ilustração, seguem algumas falas do Painel de abertura “Agricultura urbana”, algumas falas:

Representante da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sobre um agricultor que conheceu 20 anos:

Ele trazia banana nas costas há vinte anos, passaram-se 20 anos e a desgraça é a mesma. Quando cheguei ao Brasil me lembro de ter visto uma situação de precisar que a milícia autorizasse a implantação de hortas e ainda hoje isso acontece, as hortas tem mais ou menos visitas conforme as balas rolam na avenida Brasil. Tomara que este conselho traga dignidade para os agricultores.

Representante da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA):

Falar em agricultura urbana é falar em agroecologia e isso significa mais do que uma agricultura limpa, significa falar de princípios ecológicos que enfrentam o desafio de reivindicar o não uso de agrotóxicos do município. O Rio de Janeiro deve reivindicar isso. Falar em agroecologia é também falar de relações sociais, de histórias, lugares, as ruralidades que estão presentes tanto no meio rural como na cidade, falar da agroecologia é da voz pra esses povos, que produzem e mantêm o maciço da Pedra Branca em pé, é necessário compreender como essas pessoas fazem agricultura nos diferentes espaços e tendo como base o cenário político e social que são submetidos. Não se consulta as pessoas sobre o próprio futuro, se decide isso dentro das secretárias e isso deve acabar. O CMDR tem um enorme mérito porque está ouvindo as pessoas.

Brunet, subsecretário: “A questão principal é a responsabilidade da conferência, o que foi aprovado na câmara tem que ser efetivado, a economia solidária faz parte do grande plano de segurança alimentar que pode dialogar com a agricultura urbana”.

É importante dizer que, em campo, foram encontradas diferentes falas que traduziam diferentes sentimentos em relação a imagem do agricultor. Na imagem abaixo vemos a exaltação do agricultor descendo com a banana nas costas, dando um sentido distinto daquele de penosidade relatado em uma das falas acima.

**Figura 23.** O troféu vai para a banana.



Fonte: Jornal “O Globo”, 2016.

Percebeu-se que, além das visões distintas sobre um mesmo fato, houve um processo de valorização desta agricultura de base agroecológica e praticada com técnicas rústicas.

O dia da Conferência foi um momento importante para nossa pesquisa, foi pontuado pelos participantes que aquele era um espaço de construção coletiva e que, portanto, seria indispensável, a participação daqueles que seriam efetivamente atingidos: os agricultores. O que nos chamou atenção é que no dia, por conta de uma greve de ônibus na cidade, uma parcela muito significativa de agricultores não pode chegar até o local onde a conferência seria realizada e, é nesse momento, que, respaldada por Foucault (1996) e sua teorização sobre a análise do discurso, pudemos começar a observar os “poderes e perigos” contidos em qualquer discurso. Uma das primeiras falas a qual presenciei foi a de uma mulher, ligada ao movimento social agroecológico, questionando a possível falta de empenho por parte dos representantes da prefeitura para fazer com que os agricultores pudessem estar ali, estaria ela pontuando a contradição desse discurso? E quanto ao seu posicionamento de origem, pudemos ali perceber pela reação dos agricultores presentes, o quanto de prestígio é dado ao discurso da agroecologia.

De fato, se formos pensar em termos numéricos em um comparativo baseado na quantidade de pessoas presentes nas pré-conferência e na conferência, veremos que esse número corresponde a uma parcela muito pequena da quantidade estimada de agricultores residentes no município. A média de pessoas presentes na pré-conferência, gira em torno de 40 pessoas, vezes 4 encontros, cerca de 160 pessoas estiveram presentes, relativamente compatível com o número de pessoas presentes na conferência, quando estendemos esse comparativo à quantidade estimada de agricultores na cidade do Rio de Janeiro, vemos que esse número representa uma pequena parte. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), referentes a estimativa do número de estabelecimentos que contém agricultura familiar e não familiar, até o ano de 2012, existiam cerca de 872 estabelecimentos, sendo que, os estabelecimentos com menos de três informantes foram desconsiderados do Censo, logo, cada um desses 872 possuem pelo menos três pessoas, somando um total de 2.616 pessoas. Vide tabela abaixo:

**Figura 23.** Censo Agropecuário.

| Tabela 2188 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por condição legal do produtor em relação às terras, naturalidade ou nacionalidade da pessoa que dirige o estabelecimento, associação à cooperativa e/ou entidade de classe e atividade econômica fora do estabelecimento agropecuário - (MDA) |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Variável - Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                |
| Condição legal do produtor - Total                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                |
| Município - Rio de Janeiro (RJ)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                |
| Produtor com atividade econômica fora do estabelecimento agropecuário - Total                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                |
| Membro da família com atividade econômica fora do estabelecimento agropecuário - Total                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                |
| Agricultura familiar - Total                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                |
| Ano - 2006                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                |
| Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe - Total                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                |
| Naturalidade ou nacionalidade da pessoa que dirige o estabelecimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                |
| Total                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Rio de Janeiro |
| 872                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 633            |
| Fonte: IBGE - Censo Agropecuário                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                |
| <b>Notas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                |
| 1 - Excluídos os estabelecimentos que não declararam <b>Atividade econômica fora do domicílio</b> .                                                                                                                                                                                                                                                                         |                |
| 2 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.                                                                                                                                                                                                                                                           |                |

Fonte: IBGE, 2006.

Assim, a quantidade de agricultores presentes nos eventos citados, representam, aproximadamente, cerca de 1/6 da quantidade total de agricultores no município. Seria inocência esperar que essas 2616 estivessem presentes, porém, ainda assim, a parcela que pôde comparecer é pequena. Há que se considerar que a parcela de agricultores presentes nos eventos citados, são pessoas envolvidas com os movimentos sociais de alguma forma, outros, porém, podem ter escolhido não participar por não querer se envolver, outros talvez podem não ter tido informação suficiente sobre a realização de tal, e por fim, outros podem ter sido de fato prejudicados pela carência de transporte.

Com base na produção de discurso feita na Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, enxergamos condições (FOUCAULT, 1996) por trás do discurso e as qualificações de quem o faz. No caso das falas do movimento social, por exemplo, podemos ver um agrupamento de pessoas que partilham um mesmo ideal se manifestando para que suas reivindicações sejam aceitas, não deixa de ser também um discurso político carregado de saberes e poderes

(FOUCAULT, 1996). Sempre levando em consideração aquilo que Foucault (1996) nos orienta a fazer enquanto pesquisadores, lembrar que o discurso não é cúmplice do nosso conhecimento e por isso não deve ser visto como um jogo de significações prévias, ou seja, livrar o discurso do julgamento do pesquisador baseado naquilo que apreendeu e tomou para si ao longo dos estudos. É imprescindível também pontuar que há no discurso um princípio de exterioridade que busca dar consequências para aquilo o que é dito, e que, portanto, permite nesse momento, que os mecanismos de poder e desejo sejam acionados, assim sendo, o discurso tem um propósito. No mais, devemos lembrar que há sempre o que se diz, o que se quis dizer, e como é interpretado, por mais que procuremos ser estritamente metódicos e técnicos, a visão retratada em uma pesquisa é sempre o olhar de quem a escreve, nunca neutro, mas sempre técnico para que possa ser o mais imparcial possível.

O empenho em construir um documento oficial de responsabilidade da prefeitura, mas que foi feito coletivamente, pode ser visto como aquilo que Foucault (1996) colocou como a “vontade de verdade”, esse documento nada mais é do que a materialização das reivindicações da agricultura familiar do município do Rio de Janeiro, tudo deve estar cuidadosamente contido nele porque o que estiver de fora será desconsiderado, essa é a base da vontade de verdade do discurso, produzir algo que seja legitimamente verdadeiro, por conta de sua base institucional, e, portanto, exclua tudo aquilo que não estiver dentro dele, e, essa é a base das diretrizes da conferência: produzir um documento que compile tudo o que precisa ser considerado sobre o tema de tal para que nada fique de fora e para que os beneficiados tenham este documento como respaldo para fazer valer a concretização do que foi pedido.

O documento final é a materialização do discurso, e este, como colocou Foucault, “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1996, p. 6). Desta ótica, as diretrizes finais são para os agricultores e organizações sociais a materialização de suas lutas. Como colocou Foucault, “[...] creio que esta vontade de verdade, por fim, apoiando-se numa base e numa distribuição institucionais, tende a exercer sobre os outros discursos – continuo a falar da nossa sociedade – uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento” (FOUCAULT, 1996, p. 4). Por tal argumentação, podemos constatar o quanto os registros são importantes enquanto ferramenta de luta e de resistência frente períodos de invisibilidade e ao apagamento históricos das agriculturas cariocas. Em campo vimos que o discurso dos diferentes atores quando tomados, de forma consentida, pela prefeitura, carrega além de poder, um grau de confiabilidade (ou de esperança?) daquele que o consente, o quanto isso é fielmente representativo e contemplativo das necessidades dos

agricultores é uma questão. Não obstante percebeu-se que durante o evento o movimento agroecológico teve expressiva participação na própria condução metodológica do mesmo. Já no pós-conferência a interferência da prefeitura tornou-se aparente e os desacordos surgiram. No item subsequente encontram-se detalhes sobre a condução das reuniões no momento citado.

### **3.3 Pós-Conferência**

A primeira reunião pós-conferência aconteceu diretamente na prefeitura e foi coordenada pelo subsecretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI), que oficialmente preside o Conselho juntamente com os conselheiros eleitos na conferência, a ocasião tinha por pauta principal pensar no evento de posse do conselho, mas também não deixou de ser um momento de compartilhamento de expectativas em relação ao trabalho do CMDR.

A fala da prefeitura foi a mais longa, o subsecretário falou sobre os limites e possibilidades da prefeitura em relação às reivindicações da pauta da agricultura. Ele pontuou que o município não tem como promover o desenvolvimento econômico, mas tem como articulá-lo. Foi firme em dizer que a cidade pode sim ter agricultura urbana e que a indústria não é a única saída. Para ele a tarefa do conselho é participar da construção de um novo plano diretor da cidade que envolva a agricultura, nesse sentido é preciso também que a atividade seja regularizada. Isso levou-nos a refletir sobre um tema que vem rondando as reflexões sobre o campo dessa pesquisa, sendo ele, os motivos pelo qual a agricultura do município é invisibilizada, e por que, para que esses agricultores tenham algum direito, eles devam se colocar como agricultores urbanos. Uma fala importante registrada ainda nas reuniões pré-conferência foi a que pede que o conselho inclua a agricultura urbana sem deslegitimar o rural, se construindo como um conselho das agriculturas, no plural, para que não exclua nenhuma forma de existência da mesma.

No mais, a fala do subsecretário, caminhou no sentido de pressionar a prefeitura para que ela diminua as dificuldades dos agricultores em alguns aspectos como: o acesso ao crédito e o escoamento da produção. Ele argumenta que a prefeitura deve ter um poder de compra efetivo da produção, e questiona: “Como os agricultores de outros estados conseguem colocar seus produtos aqui com um preço competitivo e nós não conseguimos fazer com que o agricultor de campo grande não chegue ao mercado local nas mesmas condições?”. Disse também que a Economia solidária é fundamental e pode agregar valor à agricultura.

A princípio tinha sido decidido que a posse dos conselheiros seria feita no dia 03/12/2018, no evento Rio tem Roça. O espaço, que ainda não tinha local definido, contaria com exposição de produtos, culturais e a posse, porém, isso não se efetivou por motivos que até então nos foge ao conhecimento, e a cerimônia de posse foi realocada para o dia 19/12/2018, no auditório 11, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

**Figura 24.** Convite para a posse do CMDR-RIO.



**Fonte:** E-mail, 2018.

### 3.4 Reuniões do CMDR

Os encontros do Conselho se iniciaram no ano de 2019 com frequência mensal, sob coordenação do presidente em exercício Sr. Epitáfio Brunet, as reuniões seguiam uma dinâmica de aprovação de ATA proposta, passagem de informes e discussões.

Uma das primeiras ações destacada pelo Sr. Brunet e registrada em relatório, foi a necessidade de que o Conselho tratasse do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, destacou também que estava em curso na SMDEI a elaboração de um termo de referência que visava apoiar o Cadastramento da Agricultura Familiar, inclusive com atividades de busca ativa para emissão de CAF, que é o documento que substituirá o antigo Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP). Dentre outras coisas, um assunto vem perpassando as reuniões desde seu início, o Pacto de Milão. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para ser a sede do Pacto de Milão na América Latina durante dois anos e por esse motivo, a mobilização de agentes de diferentes

instâncias para representá-las no evento que apresentaria o Pacto de Milão na cidade, tornou-se pauta. O evento aconteceu nos dias 30 e 31 de maio e contou com a presença de dois representantes do CMDR.

Ao longo do tempo o CMDR foi passando por algumas mudanças como, por exemplo, a saída de alguns membros, a primeira foi a saída de uma membra que fora realocada para outra secretaria que não está envolvida nas atividades do CMDR, a segunda, mais recente, foi a exoneração do Sr. Brunet, até então presidente do Conselho, por motivos que não foram explanados. Diante disso, o conselho se posicionou no caminho de não deixar que essa mobilização esfriasse mesmo sem um novo presidente, assim as atividades seguem sendo feitas normalmente a partir da disposição dos conselheiros em dar seguimento ao trabalho que vem sendo feito.

### **3.5 Reunião com a CTAPD**

Um dos resultados, por assim dizer, do CMDR, foi a presença do mesmo em reunião com a Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor (CTAPD), resultante da mediação de uma membra do Conselho e da Coordenadoria Local da Área de Planejamento 5, que levou a agricultura como pauta para a pessoa que está à frente da CTAPD e conseguiu que a reunião entre o CMDR e a CTAPD, fosse realizada.

Este encontro foi realizado em outubro de 2019, em um auditório da Prefeitura, e contou com a presença de parte do CMDR, alguns convidados do mesmo e os técnicos da CTAPD. O CMDR preparou uma dinâmica de apresentações para a ocasião que tinha como objetivo mostrar, de forma mais impactante possível, que há uma agricultura existindo e resistindo historicamente na cidade, que mesmo com a ausência de Zona Rural na cidade, não a impede de existir, o que não extingue o conflito, mas os insere em uma nova teia de conflitos referentes às determinações urbanísticas. A apresentação se iniciou com a fala de uma membra da Rede CAU que, por vezes emocionada, trouxe um pouco da história da agricultura praticada dentro do Sertão Carioca e, sobretudo, da região de Campo Grande, onde ela reside. Ela inicia contando um pouco sobre os carvoeiros presentes no maciço da Pedra Branca, em comparativo com a história atual:

Os carvoeiros eram negros sujos e moravam no meio do mato, não por acaso a história se repete com a nossa agricultura e os nossos agricultores nesse processo de invisibilidade. [...] A paisagem conta a história, uma floresta construída socialmente, não é só o ecossistema, uma natureza, nós estamos falando de pessoas que viveram e vivem nesse lugar. A paisagem é um processo histórico e a floresta construiu a cidade.

Agora a floresta tem um outro uso, um uso de lazer, pratica desportiva...teve um agricultor que um dia acordou com um grupo fazendo uma trilha no sítio dele, em cima das coisas que ele planta, então quer dizer, não é identificado, não é percebido. Do carvoeiro para o agricultor a gente vê esse processo se repetindo. A nossa agricultura é espaço de existir e resistir... esse lugar principalmente para as mulheres, tem sido espaço de vez e voz.

E continua, emocionada por estar sendo convidada agora (depois de tantos anos de luta) para um espaço de diálogo e escuta que ela não viu antes, já que no Plano de 1992, a agricultura aparecia apenas como algumas rasuras no mapa da cidade: “Vocês imaginem a minha alegria...pela primeira vez abre-se um processo de escuta e de diálogo”.

A segunda fala foi mais técnica, de um economista e conselheiro do CMDR, que trouxe dados sobre a agricultura a nível estadual e principalmente municipal, e a partir daí ele confronta a não existência de território rural na cidade do Rio de Janeiro:

Existe agricultura e existe meio rural a despeito da não identificação pelo poder público. O poder público pode não apurar e identificar esses espaços, mas existem, existem relações sociais no espaço, atividade agrária, agropecuária, e pessoas vivendo da agropecuária no território carioca, e não são poucas. A despeito das leis de ocupação, nós temos problemas pois não estamos nos centralizando a partir do uso do espaço e do território. É a partir daí que o governo federal vem interferindo no Conselho, até mesmo com o incentivo para que ele fosse reativado, apoiando a iniciativa da prefeitura e da sociedade civil em conjunto com o movimento social.

Também foram apresentadas duas experiências de quintais produtivos, da Serra da Misericórdia e da Penha. A fala se iniciou com uma pequena produtora de uma horta, que contou um pouco sobre sua produção:

Esse quintal ele dá alimento e é sem agrotóxico. Nós conseguimos fazer a nossa compostagem. Nós temos agricultura na cidade e sem veneno, agricultura que você pode dar para os seus filhos, pode vender pra escola, pra qualquer lugar... eu tô dando um alimento sem agrotóxico pros meus filhos e pra gente mesmo, pra nós, essa é nossa agricultura e nós também se alimentamos dela. Nosso quintal tá lá, quem quiser visitar pode ficar à vontade.

Uma outra pequena produtora continuou a apresentação reforçando que existe agricultura na colônia, na cidade e, contou um pouco de sua experiência pessoal: “Fui criada comendo alimento da agricultura, mas não tinha noção do quanto isso poderia modificar minha vida... eu estava em estado de depressão, e eu posso te garantir que isso mudou a minha vida, a minha história”.

Na sequência, uma produtora parte dos quintais produtivos da colônia e da Rede CAU, que se apresentou como agricultora urbana, contou que tem um pomar em casa e planta em caixotes “temperinhos...”, ela contou que tem um *buffet* sustentável de onde ela consegue tirar

sua renda. É importante lembrarmos sempre que não há um produtor que plante tudo, estar em rede é o que permite que essa agricultura ofereça uma produção cada vez mais completa e diversa. E assim a agricultora urbana colocou, “esse *buffet* só foi possível porque nós estamos em rede, eu procuro montar o cardápio vendo com agricultor o que é que ele tem”. Um membro do Verdejar Socioambiental<sup>63</sup>, apresentou, juntamente com uma membra do Centro de Integração da Serra da Misericórdia<sup>64</sup> (CEM), ambos também são membros da Rede CAU, contaram sobre a experiência de agricultura na Serra da Misericórdia, além de alguns dados da prefeitura sobre a quantificação de área verde existente na cidade:

Geralmente as pessoas imaginam esse espaço como um lugar de tiroeio e violência, nós viemos trazer o outro lado da moeda. A Zona Norte AP3 é a área que tem menos proporção de área verde por habitante, segundo os dados de 2010, era cerca de 3,74 metros por habitante, mas agora a prefeitura está trabalhando com um dado de menos de 1m, a gente não sabe se a Serra da Misericórdia é reconhecida como área verde. É engraçado porque essa também é a área onde existe a maior proporção de pessoas morando em áreas não urbanizadas, uma comunidade que vive em interface com esse verde que é reconhecido ou não é reconhecido... está bem na linha dessas questões fundiárias. Nas linhas de transmissão não pode haver construções, essas são todas áreas de agricultura da Serra da Misericórdia, e não só nas áreas verdes visíveis. O nosso conselho está dentro da secretaria Desenvolvimento e Inovação, não tem como não pensar em agricultura sem pensar em um processo de inovação.

Como vimos nessa breve sequência de falas, existem conflitos que são gerados pela falta de reconhecimento das agriculturas feitas no município carioca, seja nos sertões, quintais ou favelas, a existência de atividade agrícola e do modo de vida a qual essa produção está associada, é uma provável causa do enfraquecimento desses agricultores que historicamente vem lutando para tentar resistir frente a mecanismos, que por vezes os consideram desimportantes seu modo de vida e atividades, ou mesmo, quando espaços de diálogo institucionais se abrem, ainda assim é um trabalho incansável para fazer compreender sua existência, visto que essa foi sistematicamente desconsiderada ao longo do tempo. Aliás, percebemos a partir de falas do acompanhamento dessa reunião que, a dinâmica executada de mostrar histórias e experiências de diferentes formas de agricultura, foi justamente pensada com o objetivo de sensibilizar o corpo técnico na intenção de que a partir disso uma brecha de

---

<sup>63</sup> A Verdejar Socioambiental, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, sem vínculos religiosos de caráter socioambiental e cultural criada em 1997, inscrita no CNPJ nº 07.101.842.0001-89. Através de ações de educação, preservação, recuperação e gestão ambiental no maciço da Serra da Misericórdia - a última área verde da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e comunidades de seu entorno, busca valorizar a cultura, saberes e vivências de seus habitantes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável local. (Site Verdejar Socioambiental)

<sup>64</sup> Um espaço agroecológico de integração socioambiental, cultural, latino americano com a Serra da Misericórdia. Nosso trabalho passa pelo anseio de disputar o direito à cidade, por meio da agroecologia e agricultura urbana. (Página do CEM, no Facebook)

participação na construção do novo Plano Diretor Decenal, fosse possível para tentar que a escrita do novo plano se remodelasse sem deixar, mais uma vez, essas agriculturas de lado, para que ela apareçam com a expressividade que tem, e não como rasuras no mapa da cidade.

Quando deparamos com essas falas pensamos naquilo que Bourdieu (2013) considerou sobre “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado”, para ele, os indivíduos são, ao mesmo tempo, biológicos e sociais, e isso acontece como resultado da relação entre pessoa e espaço social, em seguida, o “lugar” seria o espaço onde um agente se situa (localização ou posição), já o “local” tem a ver com a dimensão ocupada por um agente (alcance). Os agentes sociais se encontram em um lugar do espaço social que se caracteriza pela sua posição e distância em relação aos outros, por consequência, o espaço social traduz-se então no espaço físico, ou seja, o arranjo distributivo entre agentes e propriedades (BOURDIEU, 2013). Cada agente se caracteriza pelo lugar (domicílio) em que está situado e pelos locais temporários (posições, locais de honra) ou permanentes (endereço privado e/ou profissional) que ocupa, na sequência, o autor fala daquele que se encaixa no caso aqui exposto através da fala acima, o agente se caracteriza também pela posição que ocupa, como por exemplo: suas terras de cultivo. Nessa lógica entendemos que esse indivíduo que historicamente tem vivido em seu espaço social cultivando em suas terras, produzem uma identidade, torna-se, portanto, o camponês, o agricultor, termos que remetem aos seus ofícios, modos de vida, espaços de circulação, quando, o maciço da Pedra Branca ganha novas funções de cunho turísticos, podemos entender que o resultado disso é uma tentativa de descaracterização daquele local enquanto dotado de uma identidade camponesa, para uma recharacterização desse espaço enquanto local de lazer, de novos usos, que não passam pela atividade agrícola.

Esse processo pode ser nitidamente compreendido quando vemos a reconstituição histórica da atividade agrícola nos sertões, quintais e favelas cariocas e, a necessidade também histórica, desses agricultores em se organizarem politicamente para garantir os seus espaços frente a ameaças, institucionais ou não, que os arrebatarem (grilagem, loteamentos, expansão urbana, transformação do maciço em parque, perda de espaços institucionais, dentre outros). Bourdieu (2013), diz-nos que o espaço físico, inscrito no espaço social, só pode ser alterado às custas de um “trabalho de transplantação”, de mudança, de desenraizamento, de deportação de pessoas, logo, se, mais uma vez, considerarmos o apanhado histórico feito nessa pesquisa, poderemos encontrar vários momentos que se encaixam nessa tentativa de transplantação do espaço físico. Justifica-se aqui, a importância de ter feito trabalho de campo nesses espaços de diálogo, foi a partir dele que pudemos fazer uma reconstituição histórica e um estudo teórico

que nos possibilitou compreender as transações políticas e sociais que ocupam, historicamente, espaço na trajetória das agriculturas feitas na cidade do Rio de Janeiro.

### **3.6 Pensando Sobre o Acompanhamento de Reuniões**

Esse tópico se dedica a detalhar e analisar as reuniões que acompanhamos em trabalho de campo, especialmente em três momentos diferentes: as reuniões pré-conferência, as reuniões do CMDR e, por último, a reunião entre o CMDR e a Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor decenal. Para tanto, John Comerford (1999) nos inspirou, a partir de seus escritos sobre as reuniões que ele acompanhou em uma associação de um assentamento rural no Estado do Rio de Janeiro, assim, seguiremos sistemática feita por ele para descrever as reuniões a qual pudemos acompanhar junto ao CMDR.

Pode-se entender a importância das reuniões, com base nos estudos de situação social (GLUCKMAN, 1987) e de interação social, nos quais a análise das pessoas em ação e interação, suas atitudes, podem ser reveladoras dos conflitos, das relações de poder e de coalizações. Segundo Gluckman (1987), qualquer evento que afete ou envolva o indivíduo é um evento social, “Se as cerimônias mortuárias são executadas para um indivíduo, esse indivíduo está socialmente morto” (GLUCKMAN, 1987, p. 238). Logo, se há um encontro de indivíduos para a discussão de algo, a reunião torna-se um evento social. Se as reuniões são compostas de uma sequência de comportamentos pensados para ser executados naquela ocasião, então mais do que um evento social, as reuniões são uma situação social. Além disso, por ser um evento de interesse sociológico, como colocou Gluckman (1987), convém chamá-lo assim. A situação social é, para o autor, uma sucessão de comportamentos em ocasiões específicas, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões, assim, o comportamento das pessoas em reunião pode ser comparado ao comportamento delas em outras situações e assim, podemos enxergar pontos de ruptura e continuidade de tais. Ao longo deste item veremos um exemplo claro disso acompanhado em campo. Para Gluckman (1987), a análise de uma situação social é representativa de todo um sistema de relações que são subjacentes e se encontram entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o ambiente físico e a fisiologia dos membros de uma comunidade.

Comerford (1999) inicia seu trabalho falando sobre o quanto as reuniões são estimadas, ele percebe que há uma expectativa de que organizações, Sindicatos e Associações promovam reuniões com frequência, e que em certos casos o excesso dela pode causar crítica, mas ainda

assim, é melhor que elas existam, pois a não realização pode parecer problemática. No caso do CMDR, verifica-se algo bastante semelhante, embora exista uma agenda mensal para que essas reuniões aconteçam, nem sempre a data já está pré-definida, por exemplo, a última vez em que houve a tentativa de estabelecer um dia fixo, ficou decidido que as reuniões aconteceriam toda última terça-feira do mês, o que se cumpriu no mês subsequente, mas sofreu alterações nos meses seguintes. Essa preocupação se justifica, entre outras razões, pela fragilidade institucional do Conselho recém-criado. O incentivo a sua criação e à realização da conferência deu-se pelo apoio do então subsecretário da SMDEI e de funcionários da secretaria nas agendas de economia solidária, mas não exatamente o apoio da atual gestão municipal. Além disso, é relevante pensar que a existência dessas reuniões indica um momento político específico do debate sobre agricultura no município. Ao pensar a evolução das políticas públicas voltadas ao tema, é evidente o contexto de reconhecimento de mecanismos participativos e democráticos nas instâncias em que se discute o tema da agricultura no município do Rio de Janeiro.

Nesse caso em específico, o então presidente do Conselho e representante da Prefeitura no mesmo, o Subsecretário Brunet foi afastado de seu cargo, ocasionando a falta de uma liderança para as próximas reuniões e certa confusão no calendário, a questão foi resolvida a princípio, com a escolha de dois membros do Conselho para coordenar as reuniões, a resolução durou cerca de dois meses, quando um desses escolhidos, que também fazia parte da parcela de representantes da Prefeitura, também se afastou (ou foi afastado) da mesma. A resolução executada veio com uma nova membra da Prefeitura que passaria a mediar as reuniões, o que não durou muito tempo e uma outra representante a substituiu.

Todo o corpo de conselheiros sempre foi bastante enfático na importância de definir as datas para que o CMDR se reunisse, porém, com todas essas trocas de liderança, essa pressão para o agendamento das tais ficou ainda mais forte, a norma da última terça-feira do mês, já não vigora mais e isso levou a uma situação onde os membros acabam tendo que decidir pela data da reunião por meio de sugestões feitas no grupo de *WhatsApp*<sup>65</sup> que foi criado para informes do CMDR que não possam aguardar até a data da reunião, assim, é comum que quando um novo mês se inicia, os membros comecem a questionar e pedir, via grupo, para que a nova data seja estabelecida. Como vimos em diversos momentos desta pesquisa e em falas durante o trabalho de campo, para entre as pessoas envolvidas com alguma das formas de agricultura feitas na cidade do Rio de Janeiro, um sentimento de exclusão semeado pelas ações

---

<sup>65</sup> Neste grupo não somente os conselheiros estão, mas também outras como: sociedade civil, agricultores, mediadores e militantes. Inclusive pode ser adicionada no grupo, com o fim de me informar sobre as próximas reuniões possibilitando a presença nelas.

institucionais – ou pela falta delas – para com essa população, portanto, questionar as datas e não deixar com que caia no esquecimento, é uma forma de não deixar que essa janela de diálogo se feche, visto que ao longo da história, não foi sempre possível acessar esses espaços. As reuniões são, para além de instrumentais, espaços de construção de um universo social, sociabilidade, formação de redes, estabelecimento de parâmetros e mecanismos (COMERFORD, 1999), assim, mesmo que haja dificuldade em executá-las, as reuniões são a garantia de que o CMDR está em atividade e que o diálogo é possível, perder o CMDR é dar passos atrás na construção de espaços participativos e representativos dessas questões que foram sistematicamente deixadas de lado ao longo do tempo, mesmo diante da existência de algumas brechas.

As reuniões do CMDR são formadas por um corpo de conselheiros eleitos na CMPADR, em 2018, e tem vigência para o biênio 2018-2020, essas pessoas são as que estão sempre nas reuniões, quando uma delas não pode, em geral, manda-se um suplente – também eleito – em seu lugar, outra presença nessas reuniões é do (a) presidente, que é quem coordena as reuniões e é um representante da Prefeitura, mas também outras pessoas podem ir mesmo sem ser conselheiros, verificamos a presença de pessoas como: agricultores, representantes de vereadores, moradores de áreas em que há agricultura, representantes de movimentos sociais, pesquisadores, e afins. Como vemos com as interpretações de Gluckman (1987), sobre as situações sociais, cada membro presente está ali por algum motivo específico e diferente do outro, mesmo que haja um fio condutor de interesse comum. Assim como o magistrado que compareceu a inauguração da ponte por dever profissional (GLUCKMAN, 1987), podemos pensar que o(s) representante(s) da prefeitura estão presentes nas reuniões do CMDR por dever profissional, assim como na reunião entre o CMDR e a CTAPD, os técnicos presentes também estavam cumprindo um dever atribuído às suas funções profissionais, no entanto, e sobretudo no primeiro caso, a obrigação profissional não é determinante da falta de interesse real pelos assuntos tratados no conselho.

Assim como os zulus e europeus que estavam separados em dois grupos, mas unidos por um interesse comum que era a inauguração da ponte, as diferentes instâncias que compõem o CMDR estão ali por um interesse em comum, em suma isso se concretiza quando vemos que há pontos de concordância e discordância orientados ao fim de criar encaminhamentos e soluções de demandas. Em uma das reuniões do CMDR, dentre as várias discussões, mostraremos uma aqui a título de exemplificação: um conselheiro, representante de Sindicato Rural do Rio de Janeiro (SRRJ) falava sobre a implementação da nota fiscal eletrônica para a comercialização dos produtos vendidos pelos agricultores, pedia que a prefeitura desse algum

encaminhamento de resolução, para esse impasse visto que os agricultores não estavam habituados a este sistema, o representante da prefeitura, por sua vez, lembrou que a mesma não poderia resolver a questão por se tratar de um assunto de nível estadual que compete à Secretaria da Fazenda, o conselheiro insistiu que a Prefeitura desse algum tipo de tratamento para a questão. Uma terceira pessoa, não conselheira, comentou sobre a dificuldade dos agricultores em utilizar o novo sistema, que isso gera confusão, e se mostrou pouco entusiasta da implantação da mesma, a última pessoa a fazer fala sobre o assunto foi uma conselheira representante da SMA, ela sugeriu então, que se criem alternativas para ensinar os agricultores a usar a nota fiscal eletrônica e que isso fosse um encaminhamento levado ao Ministério da Agricultura por se tratar de assunto competente ao Estado. Com o consenso de todos os presentes, o encaminhamento foi registrado em ata para que as providências fossem tomadas. Assim, vemos que, mesmo que haja diferentes pontos de vista, que uns concordem mais ou menos, essas inter-relações podem desvendar conflitos e pontos de cooperação através de comportamentos que são socialmente definidos. Essas coalisões são representativas das interações sociais que aparecem em uma situação social e é um elemento que solidifica a estrutura e a instituição,

Portanto, a parte mais significativa as situações do dia – as configurações e as inter-relações de certos grupos sociais, personalidades e elementos culturais – solidificou um pouco mais a estrutura social e as instituições da Zululândia contemporânea (GLUCKMAN, 1987, p. 140).

As reuniões são orientadas por uma pauta lida e aprovada no início da reunião, essa pauta é construída de quatro maneiras: primeiramente, ela pode ser estabelecida em reunião para a reunião seguinte, geralmente isso acontece quando o assunto é algum desdobramento de algo que não se resolve imediatamente e precisa de tempo, por exemplo, alguma solicitação que a resposta não saía imediatamente, fazendo com que a devoluta da mesma seja adicionada como assunto para a reunião seguinte; a segunda forma é a partir de coisas que acontecem entre uma reunião e outra e precisam ser discutidas, assim essas são adicionadas como pauta da reunião mais próxima, por exemplo, a participação do CMDR na reunião da CTAPD, foi pauta de discussão da reunião anterior a ela, como forma de estabelecer e elencar os temas a serem levantados e, na posterior a ela, como uma espécie de balanço, o mesmo aconteceu quando os representantes do CMDR estiveram no evento do Pacto de Milão; terceira forma de adicionar algo à pauta é quando algum conselheiro tem um assunto a ser levado para a reunião, geralmente ele faz essa solicitação por meio do grupo de *WhatsApp* e o tema é colocado em pauta para o

próximo encontro; por último, pode haver, em raros casos, algum item da pauta passada que não tenha tido tempo para ser discutido e por isso foi elencado novamente para discussão no encontro seguinte. A pauta é lida por quem estiver coordenando a reunião e procede a passagem dos informes. Os informes são comunicados rápidos e repasses que são feitos individualmente por quem estiver presente no dia e que tenha algo para dizer, em geral, o conteúdo destes passa pelo anúncio de algum evento, convites, e comunicados em geral que não sejam passíveis de discussão, os informes são feitos para que todos apenas tomem conhecimento de algo.

Assim como as reuniões descritas por Comerford (1999), as acompanhadas para este trabalho, são estruturadas por discussões que objetivam chegar a conclusões, propostas ou decisões. Por exemplo, a participação do CMDR na reunião com a CTAPD foi organizada em reunião prévia do CMDR, nesse momento foram definidas as pessoas que fariam fala, o que cada um falaria e também, se externos ao CMDR, mas ligados aos agricultores, seriam convidados para ter parte nesses momentos de fala e partilharem suas experiências, – membros da Rede Carioca de Agricultura Urbana e mediadores e agricultores da Serra da Misericórdia, foram alguns desses convidados –. Também o canal de comunicação online do CMDR, serve como meio de tomada de decisões em casos de urgência, por exemplo, os dois representantes elencados para participar do evento do Pacto de Milão, foram uma decisão tomada pelo conjunto, no entanto, esta não foi feita em reunião pois foi pedida em caráter emergencial de modo que não daria tempo de aguardar até a próxima data de encontro e, portanto, foi decidida via grupo de *WhatsApp*, se tivesse havido tempo hábil para que isso fosse decidido presencialmente, teria sido feito.

A pauta é discutida e todos são convidados a se posicionarem sobre cada item, quando há necessidade, é estipulado um tempo de fala para que cada presente comente sobre o item em discussão, isso é feito para que haja tempo suficiente para que todos os presentes possam participar de forma oral e para que todos os itens da pauta sejam discutidos e saia algum encaminhamento sobre tais, tudo é documentado em um relatório feito concomitantemente ao desenrolar da reunião. Como Comerford (1999) mostra, baseado nas reuniões que acompanhou:

As reuniões aqui abordadas são muitas vezes pensadas explicitamente, sobretudo por assessores e dirigentes (que as promovem), como um momento fundamental de participação, de democracia e de organização, uma oportunidade para que todos falem abertamente o que pensam, um espaço para tomar decisões coletivamente, pelo consenso ou pelo voto, um espaço para tornar públicos os problemas e dilemas da organização ou de seus membros, e ainda um espaço para aprendizado e para conscientização através da discussão participativa, reflexiva e livre (COMERFORD, 1999, p. 48).

A formação do CMDR foi pensada e executada pela instituição governamental via SMDEI, e pode ser caracterizada como o autor caracterizou as reuniões: espaço de participação e democracia, por isso é tão importante que haja uma organização que possibilite que todos os presentes que desejam falar, tenham tempo e espaço para tal, dando especialmente às reuniões, um aspecto igualitário, participativo e democrático. Em geral, esses encontros acontecem no horário de 10 às 13hrs, com certa flexibilidade para o fim, para mais e para menos. A reunião com a CTAPD foi um pouco diferente das reuniões mensais do CMDR, nela o objetivo era mostrar aos técnicos a riqueza das experiências de produção e vivência agrícola que acontecem dentro do município, portanto, o momento foi estruturado de forma que, primeiro todos os representantes levados pelo CMDR foram convidados a ir à frente da sala apresentar suas falas e/ou slides e vídeos preparados para aquele momento, e segundo, ao fim, foi aberto o espaço para que os técnicos pudessem fazer perguntas que foram respondidas pelas pessoas que fizeram fala. Como resultado desta, foram escolhidos dois representantes do CMDR para continuar acompanhando o ciclo de reuniões que o CTAPD tem feito.

A composição dos presentes<sup>66</sup> nas reuniões CMDR já foi elencada neste trabalho, porém, como indicado acima, contou com convidados para o encontro com a CTAPD, já do lado da CTAPD, os presentes formavam um corpo técnico de profissionais de algumas áreas, como: engenheiros, arquitetos, gestores.

Comerford (1999) nos fala sobre como as reuniões acompanhadas por ele se iniciavam, em geral, eram abertas por alguma canção ou oração, algo semelhante ao que acontecia nas reuniões pré-conferência, citadas em tópico anterior. Essas reuniões eram compostas por um número maior de agricultores, mediadores e movimentos sociais, em relação aos que compõe o CMDR, e, nesse ambiente, eram comuns as místicas e dinâmicas como parte da estrutura da reunião, além disso, a organização espacial da pessoas era algo variável a depender do local onde a reunião era realizada, nesse caso, cada uma delas foi realizada em um local diferente e que interferia em como as pessoas se alocariam (círculo, fileiras, grupos), no entanto, isso não é um fator que nos permite formular mentalmente padrões de organização de tais, isso porque esses encontros contavam com dinâmicas que em geral deslocavam e realocavam as pessoas conforme as etapas da mesma. Abaixo temos uma fotografia de uma reunião pré-conferência, em Vargem Grande, onde podemos ver pessoas espalhadas em grupos menores por conta da proposta da dinâmica:

---

<sup>66</sup> Em todas as reuniões do CMDR é feita uma lista de presença como forma de registrar os presentes e atestar a presença do quórum mínimo para que a reunião aconteça. O quórum definido pela atual formação do conselho é de 1/3 do número total de conselheiros.

**Figura 25.** Reunião pré CMPADR.



**Fonte:** Página Oficial no Facebook, 2018.

Em geral, verificamos que nos eventos, para além das reuniões, em que o movimento agroecológico é acionado, as místicas são uma regra, sempre há alguém que vai recitar uma poesia, cantar uma música, fazer uma encenação, entre outros, como forma de abrir o evento. Por evento entendemos outras ocasiões que não necessariamente são reuniões, como por exemplo, o Festival da Agroecologia<sup>67</sup>, realizado em agosto de 2019, nos Arcos da Lapa. Outra coisa que pode ser observada é a caracterização do ambiente, no centro do espaço onde o evento é realizado ou mesmo na frente, a depender de como as pessoas serão alocadas (em fileiras ou em círculo), sempre há objetos que façam referência às identidades acionadas, assim, encontram-se alimentos, plantas, sementes, fotos, artesanatos, dentre outros itens que são

---

<sup>67</sup> Evento promovido pela Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro (AARJ), teve parte de sua programação na Fundação Progresso e parte nos Arcos da Lapa, e as atividades se desdobraram em: rodas de conversas, feira agroecológica, oficinas e intervenções artísticas e culturais. O evento fez parte das estratégias da AARJ para dar visibilidade à agricultura na cidade.

produzidos pelos próprios agricultores ou que remetem ao ofício e modo de vida dos mesmos. Segue uma imagem de um arranjo montado na reunião pré-conferência de Vargem Grande:

**Figura 26.** Instalação que representa a transição agroecológica.



Fonte: Página Oficial no Facebook, 2018.

Essas situações não se assemelham aos outros dois casos de reuniões priorizadas neste tópico. As reuniões do CMDR são realizadas em um ambiente mais formal, uma sala dentro do prédio da prefeitura, no centro da cidade, onde todos os presentes são convidados a se sentarem em volta de uma mesa. Esta configuração já é resultado de certa subversão dos seus componentes, visto que as primeiras reuniões coordenadas pelo subsecretário da SMDEI, ele ficou sentado em frente à mesa e os demais membros nas cadeiras dispostas na sala. Esta disposição espacial percebida com desconforto por alguns conselheiros, foi rapidamente desconstruída por eles, que ao chegarem na sala já puxavam várias cadeiras para o entorno da mesa. Após a conferência os conselheiros perceberam que haveria dificuldade em uma condução verdadeiramente horizontal das reuniões do conselho. Neste pequeno auditório da Prefeitura tem sido feita as discussões propostas por pauta para aquele dia – algumas reuniões do CMDR já foram realizadas em outros lugares da cidade como forma de facilitar o acesso de todos, por exemplo, tivemos uma reunião na Zona Oeste, mas em geral a grande maioria acontece na Prefeitura. A forma como os participantes se coloca à mesa, todos nas mesmas condições de visibilidade e audibilidade os mantém em disposições igualitárias, assim: “[...], o

próprio arranjo espacial simboliza os ideais igualitários e democráticos da organização que promove a *reunião*” (COMERFORD, 1999, p. 52). Esses momentos de discussão são feitos para que todos possam e devam participar garantindo que, ao fim da reunião, as resoluções sejam representativas dos participantes presentes. Abaixo temos a foto de uma reunião do CMDR:

**Figura 27.** Reunião do CMDR.



Fonte: Página Oficial no Facebook, 2018.

No caso da reunião com a CTAPD a organização espacial foi um pouco diferente, mas aconteceu no mesmo local, as cadeiras foram organizadas em fileiras onde os técnicos foram acomodados, e as pessoas que fizeram fala ficaram na parte da frente da sala. O espaço não deixou de ser democrático e participativo, visto que o próprio convite da CTAPD para que o CMDR participasse dessa reunião, expunha essa premissa de possibilidade de diálogos que só acontece se o ambiente for democrático e der voz a todos os presentes, a diferença na estruturação espacial de tal, tem mais a ver com a particularidade e propósito da reunião, os técnicos precisavam conhecer e os “apresentadores”, por assim dizer, é quem lhes contariam o que eles precisavam saber, não era um ambiente de discussão, mas de aprendizado, de tomar conhecimento e de diálogo, na medida em que os técnicos puderam fazer seus questionamentos após as apresentações e ter suas dúvidas sanadas. Segue imagem da reunião onde podemos ver a frente da sala algumas pessoas que estavam fazendo fala e, nas fileiras, as pessoas que estavam assistindo, compostas, em sua maioria, pelo corpo técnico.

**Figura 28.** Reunião do CMDR com a CTAPD.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Segundo Comerford (1999, p. 67): “Os tipos de reunião aqui analisados geram diferentes expectativas, que apontam para distintos modos de perceber esses eventos [...]”. Cada tipo de reunião gera um tipo particular de expectativa e avaliação (COMERFORD, 1999), como mostra o autor, existem as avaliações que privilegiam os aspectos de fala e discussões e, outras que privilegiam a dimensão solene de tais. No primeiro caso, a discussão é o que dá à reunião o aspecto participativo, na medida em que convida os presentes a contribuírem com suas falas que, mesmo, se forem polêmicas são consideradas fundamentais pois, além de ser um meio de esclarecer e mostrar diferentes pontos de vista, facilitando o entendimento de todos os presentes sobre o assunto em questão, possibilita um caminho democrático para a tomada de decisão, quando todos estão cientes, todos podem participar e contribuir para a decisão final. Isso não exclui a possibilidade de que algumas pessoas se sintam acanhadas em entrar em alguma polêmica e se mantenham reticentes.

No segundo caso, as avaliações que privilegiam os aspectos solenes de uma reunião, se preocupam mais com a forma como tal foi organizada e estruturada (horários, limpeza, aparelhagem, etc.) e, os comentários sobre tais costumam se concentrar mais em momentos como o da abertura e encerramento, deixando de lado o conteúdo das discussões. Esse segundo

tipo não contempla exatamente as reuniões acompanhadas para este trabalho, em geral, as expectativas do primeiro tipo foram as que mais puderam ser observadas, no entanto, como Comerford (1999) mostrou, uma mesma pessoa pode nutrir diferentes formas de expectativas e avaliações sobre o mesmo evento, a isso podemos ilustrar com a fala de uma das apresentadoras da reunião com a CTAPD, que se queixou da falta de infraestrutura da sala a qual a reunião aconteceu, para a execução de vídeos.

Para o autor, a junção de todos esses aspectos que circundam uma reunião, dá a ela um caráter “singular”:

Ninguém espera encontrar discussões, com sua dimensão relativamente igualitária e participativa, em uma missa ou um comício, ou mesmo em reuniões de organizações que não enfatizem na sua auto definição ideais democráticos ou igualitários; e ninguém espera encontrar dramatizações, celebrações, orações, reflexões bíblicas ou discursos formais, em uma reunião de trabalho de um órgão burocrático ou acadêmico. Mas tudo isso pode perfeitamente estar junto em uma reunião, um encontro, um curso, uma assembleia ou em um congresso de trabalhadores rurais (COMERFORD, 1999, p. 69).

Ao mesmo tempo, para Comerford (1999), as reuniões têm um caráter simbólico que confere aos participantes um sentimento de pertencimento àquele grupo, classe ou categoria, no nosso caso, às agriculturas praticadas na cidade do Rio de Janeiro, no que tange sua dimensão social e/ou produtiva. Cada membro do Conselho e outros participantes, podem se sentir pertencentes a ela de alguma forma por estarem presentes em um lugar de discussão e tomada de decisões para as agriculturas cariocas. Isso se dá também, pela simbolização e união que é celebrada nesses espaços, mesmo que perante a divergências que podem acontecer nos momentos de discussão (COMERFORD, 1999). Para ele, as reuniões são momentos de múltiplas dimensões, e pudemos ver isso com os aspectos elencados ao longo deste tópico.

Em suas conclusões sobre as reuniões, ele fala que a possível dificuldade em promover a participação oral nas reuniões costuma ser atribuída a uma espécie de “carência” do público presente, ou pela falha/falta de técnicas e métodos que encorajem os participantes a falar, ele lembra também, que os momentos de discussão podem ser espaços estratégicos de competição por prestígio e de exercício de poder, no caso das reuniões que acompanhamos, pudemos perceber este último caso narrado por Comerford (1999), quando o Conselho ainda era presidido pelo subsecretário, nessa época, era possível ver certo distanciamento entre os Conselheiros e demais presentes e o presidente do CMDR, movimento que talvez possa ser conferido como natural visto que ele era quem detinha um cargo de liderança no grupo, com a

saída do mesmo, a impressão que tivemos é que esse distanciamento de posições se afrouxou e as relações interpessoais pareceram mais retilíneas.

Para além disso, nos diferentes momentos de reunião houve um despendimento de esforço para que metodologias e técnicas adequadas fosse aplicadas e contribuíssem para a participação de todos os presentes, no caso das pré-conferência, citamos em tópico anterior o uso de uma metodologia que contribuía para que todos fossem participativos de tais; no segundo caso, com as reuniões do CMDR, também já citamos a preocupação em controlar o tempo para que todas as pessoas ali presentes pudessem falar, isso porque todos costumam ser bastante participativos, e pudemos observar isso ao longo do acompanhamento das reuniões; e, por último, no caso da reunião do CMDR com a CTAPD, além das pessoas que já estavam programadas para fazer fala, houve uma participação grandiosa dos técnicos presentes, verificou-se que havia certa curiosidade da parte deles que motivou uma onda de perguntas feitas por eles e dirigidas aos apresentadores no momento que foi reservado para isso.

Compreendemos por fim, a partir da empiria e teoria, que as reuniões, mesmo que com diferentes características, podem ser ferramentas e momentos de exercício de democracia, onde os participantes são convidados a um espaço de discussões criado com bases igualitárias, mesmo quando há discordância, ou algum constrangimento pela hierarquia dentro dos grupos, os casos acompanhados revelaram momentos participação bem-sucedidos. Assim, analisar essas reuniões pôde enriquecer esta pesquisa, na medida em que nos colocou em espaços de riqueza de discussões, que serviram de base para todos os assuntos abordados até aqui.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente há que se dizer que é impossível pensar numa trajetória das agriculturas da cidade do Rio de Janeiro, sem pensar em Sertão, pois é para ele que os estudos sobre produção agrícola carioca, apontam. As transformações históricas que foram aqui relatadas nos fazem pensar no quanto esse Sertão e as agriculturas foram se transformando ao longo do tempo e transformando seus espaços e práticas e acessando outros espaços sociais na medida em que se torna um assunto público e adentra à institucionalidade. Se no passado o contexto rural estava estabelecido no Sertão Carioca desde os marcos de urbanização, esse espaço vem sendo transformado por tais e pela agência dos atores. Justificamos, porém, que essa pesquisa, não é apenas um compilado histórico esvaziado de sentido político, ela se insere num quadro mais amplo de pesquisa-ação, que dialoga com a militância e se materializa como um documento que pode ser utilizado como ferramenta, luta àqueles que, nos diálogos e espaços sociais a qual a agricultura circula, precisam sempre provar a existência histórica dessas pessoas e suas atividades agrícolas.

Tal qual o conceito de América Latina, o conceito de sertão não é delimitado geograficamente, é político, acionado na intenção de remeter a uma ancestralidade rural agrícola que alicerça cada nova configuração de agricultura na cidade. Em cada quintal, favela, horta, existe um pouco desse sertão que se reconfigura em seu espaço de origem e se multiplica fora do que outrora fora demarcado como seu, assim se formam os sertões, não porque são imagem e semelhança do sertão de Magalhães Corrêa, mas porque inspira novas possibilidades que enxergam no olhar para o passado, a força necessária para resistir no presente.

É visto, então que a proximidade rural x urbana no Sertão Carioca, fez com que alguns atores se posicionassem em torno da identidade que querem para si, seja uma mais tradicional histórica e rural, seja uma que reinventa o rural e incorpora urbanidades ou mesmo uma completamente urbana. As regiões de fronteira aberta, como o entorno do PEPB, possibilitam que novas formas de convivência rural sejam pensadas na cidade e, mais, que esse rural tenha direito à cidade, já que está contido dela. Em contrapartida, os atores que se organizam politicamente desde os anos 40 tem reinventado suas próprias formas de luta a partir de ideais que os fortalecem e consideram a reinvenção do antigo dentro da nova realidade, é o caso de atores que já tiveram uma trajetória de lutas ligadas ao movimento de terra, saúde ou mesmo ambientais, que desde o fortalecimento da agroecologia na cidade carioca, encontram abrigo nesse modelo pensar uma nova configuração em torno das agriculturas no município. A

agroecologia adentra ainda espaços que antes não eram pensados como agriculturáveis, como quintais e favelas, possibilitando a reflexão sobre a construção de uma cidade, onde o direito à alimentação saudável, por exemplo, não seja negado.

O CMDR enquanto ferramenta de análise foi o que nos possibilitou olhar para todas essas questões, já que ele funciona como uma rede que conecta pessoas de diferentes locais de produção, órgãos e instâncias, em prol de se fazer conhecer, consultar e deliberar medidas a serem tomadas que outrora foram estabelecidas na agenda de luta dos diversos movimentos sociais envolvidos com as agriculturas feitas na cidade do Rio de Janeiro. Como exemplo, temos que, o CMDR conseguiu participação na reformulação do Plano Diretor Decenal da cidade e as novas diretrizes de tal, já caminham para considerar as agriculturas nos diferentes espaços. Em certos momentos, durante a pesquisa, nos ocorreu que a falta de reconhecimento da Zona Rural carioca poderia ser a causa do enfraquecimento das agriculturas cariocas, por não contemplá-las e ainda atrapalhar o acesso a políticas públicas, vimos, no entanto, que há mesmo uma necessidade de adequação do plano que pode passar pelo reconhecimento da Zona Rural na cidade, mas o imprescindível é que se reconheça a existência dessa atividade e das diversas formas que ela se encontra ao longo do território, seja em quintais, favelas, sertões, hortas, familiar, urbana ou rural. A construção dessas definições, por sua vez, fica a cargo de seus atores que são dotados de vínculo territorial e trajetórias que os fazem se encaixar em um ou outro, ou em um e em outro. Só a partir desse reconhecimento é que se pode caminhar institucionalmente para soluções de acesso a políticas públicas, ou mesmo para reajustá-las, sabemos que um órgão municipal não tem como readequar políticas federais, no entanto pode agir na instância municipal e até servir como modelo para as ferramentas nacionais, ainda mais se sabemos que a cidade do Rio de Janeiro é hoje uma das cidades signatárias do Pacto de Milão na América Latina e ainda teve destaque de projeto de agricultura premiado<sup>68</sup> e reconhecido internacionalmente pelo mesmo, ou seja, tem visibilidade. A atualização do Plano Diretor ainda não é um processo findado e, será, para nós, um dos objetos de análise numa pesquisa futura de doutorado.

As agriculturas cariocas deixaram de ser temas locais e, ao longo do tempo, tornaram-se um assunto público que envolve diferentes níveis de organização e diferentes formas de organização. Passou por um apagamento institucional ao longo dos anos, mas manteve sua luta a partir da organização política. Assim, quando pensamos nos caminhos trilhados pelas agriculturas cariocas, vemos que ela tem uma característica política bastante forte que criou

---

<sup>68</sup> O programa Hortas Cariocas foi premiado com Menção *Honrosa na categoria Food Production* (Sistemas Alimentares Urbanos), o prêmio é de reconhecimento mundial.

mecanismos de resistência e reformulação que são alternativas de fomento à atividade e modo de vida desses agricultores, além de, muitas vezes serem a própria alternativa de resistência à problemas sociais, se nos aprofundarmos no histórico da agricultura na Serra da Misericórdia, por exemplo, veremos que a convivência com o tráfico é cotidiana, mas agroecologia e a agricultura criaram novas possibilidades para pessoas que estão envoltas numa realidade social, desfavorável, violenta e de poucas perspectivas. Seria inocente acreditar que isso é o suficiente para mudar todo um contexto, mas é uma ferramenta que permite pensar na construção de uma realidade diferente.

Sabemos que há, na região de Vargem Grande uma movimentação para que seja criada uma nova área de proteção<sup>69</sup> cuja sugestão de nome é: “Sertão Carioca”, ora, vemos o quanto as ressignificações também fazem parte dessa trajetória, visto que o próprio Sertão Carioca já passou por diferentes visões e definições. Não há uma fórmula única de solução de problemas porque cada forma de agricultura está inserida em um contexto diferente, mesmo estando dentro da mesma cidade, assim, pensar na história da agricultura da cidade do Rio de Janeiro é pensar no quanto ela é heterogênea e produz e reproduz diferentes contextos. Concluimos, portanto, que pensar na trajetória das agriculturas do município, é pensar nos processos e reconfigurações sociais que ultrapassam séculos de história e resistência, compreendendo que a sociedade não é estática, nem a cultura, e menos ainda a agricultura, que se reinventa e se remodela, social, política e produtivamente, conforme as necessidades de resposta as imposições e transformações de seu tempo e seu povo.

---

<sup>69</sup> Referente à criação do Refúgio de Vida Silvestre das Vargens de Sernambetiba e da Área de Proteção Ambiental do Sertão Carioca, na AP-4.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218 (32). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>. Acesso em: 11. ago. 2019.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA (AS-PTA). **Territórios da Agricultura Familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 16/09/2015. Disponível em: <<http://aspta.org.br/205/10/territorios-da-agricultura-familiar-na-regiaometropolitana-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 17. jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Juventude semeando agroecologia no Rio de Janeiro**. 21/05/2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2011/05/31/juventude-semeando-agroecologia-no-rio-de-janeiro-2/>>. Acesso em: 18. jan. 2020.

ALMEIDA, Daniele Adil de Oliveira. **Isto e Aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 438 f. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EQVA-BBWRTL/1/tese\\_daniela\\_adil\\_oliveira\\_2016.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EQVA-BBWRTL/1/tese_daniela_adil_oliveira_2016.pdf)>. Acesso em: 22. nov. 2019.

BARBOSA, Carlos. **Onde se trabalha, também se bebe e se conversa: o cotidiano dos pequenos lavradores do Sertão Carioca**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011. Disponível em: <[ww.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919284\\_ARQUIVO\\_comooslavradoresviviagem.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300919284_ARQUIVO_comooslavradoresviviagem.pdf)>. Acesso em: 12. out. 2019.

BARBOSA, Lícia. **Economia Solidária**. [out. 2018]. Entrevistadora: Ketyline Pimenta Genaro. Rio de Janeiro, 2018. Entrevista com a secretária da SMDEI.

BARROS, Júlio César. **Projeto Hortas Cariocas**. [fev. 2020]. Entrevistadora: Annelise Caetano Graça Fernandez, em fevereiro de 2020. Áudio. Entrevista com o formulador e gerente do Projeto Hortas Cariocas.

BARROS, Mariana Portilho Mota de. Agricultura urbana, para além do plantar: cultivando relações no Arranjo Local da Penha, Rio de Janeiro, RJ. 102 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, 2019.

BARROS, Matheus Alves de. **Ambientalização do Complexo do Alemão: atores e representações**. 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia (SP), Setembro/2013. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st39/8675->

ambientalizacao-do-urbano-o-caso-do-conjunto-de-favelas-do-alemao-na-cidade-do-rio-de-janeiro/file>. Acesso em: 25. jan. 2020.

BERNARDES, Nilo. Notas Sobre Ocupação Humana da Montanha no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 21, n. 3, p. 363-388, julho-setembro, 1959. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1959\\_v21\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1959_v21_n3.pdf)>. Acesso em: 15. dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política & Sociedade**, n. 6, p. 15-57, abr./2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>>. Acesso em: 12. nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707/71287](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707/71287)>. Acesso em: 24. out. 2019.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simbolico.pdf>>. Acesso em: 23. out. 2019.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: Metodologia de pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895097/mod\\_resource/content/1/03\\_OB-BOURDIEU.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895097/mod_resource/content/1/03_OB-BOURDIEU.pdf)>. Acesso em: 11. dez. 2019.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 11-28, jul./dez., Editora UFPR, 2002. Disponível em: <[https://orprints.org/24393/1/Brandenburg,A.\\_Movimento%20agroecologico%20trajetoria,%20contradicoes%20e%20perspectivas.pdf](https://orprints.org/24393/1/Brandenburg,A._Movimento%20agroecologico%20trajetoria,%20contradicoes%20e%20perspectivas.pdf)>. Acesso em: 11. dez. 2019.

BRISO, C. B.; MARENCO, D. **O sertão carioca**. O Globo, Rio de Janeiro, 4 out. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>> Acesso em: 20 jan. 2021.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. **Desbravando o sertão carioca: etnografia da reinvenção de uma paisagem**. Coleção Pequena biblioteca de ensaios. Rio de Janeiro: Editora Zazie, 2019. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/565de1f1e4b00ddf86b0c66c/t/5cd04439a42cc30001606b68/1557152869235/ZAZIE+EDICOES\\_SERTAO+CARIOCA\\_PEQUENA+BIBLIOTEC A+DE+ENSAIOS\\_STELLA+CACERES\\_+2019.pdf](https://static1.squarespace.com/static/565de1f1e4b00ddf86b0c66c/t/5cd04439a42cc30001606b68/1557152869235/ZAZIE+EDICOES_SERTAO+CARIOCA_PEQUENA+BIBLIOTEC A+DE+ENSAIOS_STELLA+CACERES_+2019.pdf)>. Acesso em: 13. jan. 2020.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das Ciências Sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 14, n. 31, p. 94-119, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>>. Acesso em: 24. nov. 2019.

CARDOSO, Elisabeth Dezouart. A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 37-58, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13581/8781>>. Acesso em: 14. dez. 2019.

CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Quando o campo é o arquivo. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-5, julho-dezembro 2005. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2239/1378](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2239/1378)>. Acesso em: 11. jan. 2020.

COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA (CNAU). **Carta do III Encontro Nacional de Agricultura Urbana**. 19/05/2014. Disponível em: <[http://media.wix.com/ugd/a8213a\\_90a0969692ac44d2a521b0f8a0c0e314.pdf](http://media.wix.com/ugd/a8213a_90a0969692ac44d2a521b0f8a0c0e314.pdf)>. Acesso em: 13. jan. 2020.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CORRÊA, Armando Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da Educação de Adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS)**. s/d. Disponível em: <[www.ifil.org/rcs/biblioteca/correa.htm](http://www.ifil.org/rcs/biblioteca/correa.htm)>. Acesso em: 12. jan. 2020.

CORREA, Ramão; LEITE, Elaine da Silveira. A construção social do mercado de sementes agroecológicas na região sul do Rio Grande do Sul. **RIMAR**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 44-57, Jan./Jun. 2016. Disponível em: <[periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/31564/17319](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/31564/17319)>. Acesso em: 14. ago. 2019.

COSTA, Heloisa Soares de Moura, & ALMEIDA, Daniela Adil de Oliveira. AGRICULTURA URBANA: possibilidades de uma praxis espacial? **Eixos Periféricos**, v. 4, n. 8, p. 1-21, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/download/3528/2808>>. Acesso em: 22. out. 2019.

DIAS, Márcia Cristina de Oliveira. **Parque Estadual da Pedra Branca: o visível e o invisível na paisagem de um território em disputa**. 130 p. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ. 2017. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2416/2/2017%20-%20Márcia%20Cristina%20de%20Oliveira%20Dias.pdf>>. Acesso em: 19. out. 2019.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **A Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; FERREIRA, Fernanda da Silva. **O mercado de produtos orgânicos e agroecológicos: disputas e apropriações ideológicas**. 2015. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt35/9770-o-mercado-de-produtos-organicos-e-agroecologicos-disputas-e-apropriacoes-ideologicas/file>>. Acesso em: 16. nov. 2019.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; BAPTISTA FILHO, Almir Cezar. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 39, p. 141-154, dez./2019. Disponível em: <[www.scielo.mec.pt/pdf/cct/n39/n39a12.pdf](http://www.scielo.mec.pt/pdf/cct/n39/n39a12.pdf)>. Acesso em: 14. set. 2019.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão carioca ao parque estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. 373 f. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp094884.pdf>>. Acesso em: 16. out. 2019.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e mercados territorializados: agendas de pesquisa-ação. Capítulo 23. p. 398-415. In: CARMO, Davi Lopes do. et al. **Pesquisa em Agroecologia: conquistas e perspectivas**. Simpósio de Pós-Graduação em Agroecologia – UFV (2012-2018). Viçosa, MG: Furnabe, 2019. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/content/download/164636/1226231/version/1/file/Pesquisa+em+Agroecologia+conquistas+e+perspectivas.pdf>>. Acesso em: 01. fev. 2020.

FONSECA, Priscilla Rodríguez. **Evolução Urbana, Uso e Ocupação do Solo em Campo Grande, Rio de Janeiro**. International Conference Virtual City and Territory. "8º Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual, Río de Janeiro, 10, 11 y 12 Octubre 2012". Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/handle/2099/13328>>. Acesso em: 20. out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod\\_resource/content/1/FOUCAULT%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf)>. Acesso em: 08. jan. 2020.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro (Resenha). **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 641-642, set.-dez./2019. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6130/pdf>>. Acesso em: 20. dez. 2019.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

\_\_\_\_\_. **Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003)>. Acesso em: 09. dez. 2019.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande. In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano X, nºs. 3 e 4, p. 36-60, 1957.

GENARO, Ketyline Pimenta. **Cesta Verde e Feira Agroecológica da Freguesia: Um estudo de caso sobre mercado articulados**. 37 f. 2017. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, 2017.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

GRISA, Cátia; CALDAS, Eduardo Lima; AVILA, Mário Lúcio. As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: de onde veio essa ideia? In: GRISA, Cátia; SABOURIN, Eric (Orgs.). **A difusão de políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. 2018. Disponível em: <[agritrop.cirad.fr/588676/1/Difusão%20de%20políticas%20para%20a%20agricultura%20familiar%20na%20AL%202018%20Sabourin%20&%20Grisa.pdf](http://agritrop.cirad.fr/588676/1/Difus%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20a%20agricultura%20familiar%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20Caribe%20-%20Grisa.pdf)>. Acesso em: 11. ago. 2019.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Cadernos do Povo Brasileiro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1917.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 20/03/2002. Disponível em: <[https://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf)>. Acesso em: 12. set. 2019.

LIMA, Caren Freitas de. **Agriculturas da e na cidade do Rio de Janeiro: entre a superação da dicotomia e as especificidades da Agricultura Urbana**. 2019. Disponível em: <[www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6438610/4260207/93CMDRAgriculturasdaenacidadedoRioDeJaneiro.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6438610/4260207/93CMDRAgriculturasdaenacidadedoRioDeJaneiro.pdf)>. Acesso em: 18. out. 2019.

LOPES, Edna Batistella; PONTES, Rose Mary. **Técnicas e Jogos para Trabalhar com Grupos**. Série Estudos, 6. Curitiba/PR: EMATER, 2000.

LUCENA, Felipe. **A breve história do estado da Guanabara**. 28/04/2016. Disponível em: <<https://diariodorio.com/breve-historia-do-estado-da-guanabara/>>. Acesso em: 10. nov. 2019.

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir do EBAAS e da experiência PTA/FASE**. 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG. 27 a 31 de outubro

de 2008. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt41-2/2730-nilzaluzzi-o-debate/file>>. Acesso em: 17. set. 2019.

MAIA, Z. G. M.; SOUSA, C. R. **Circuito curto e construção social dos mercados: a trajetória dos alimentos dos agricultores e agricultoras familiares da Feira Agroecológica de Mossoró-RN.** 2016. Disponível em: <[http://www.redesrurais.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/8\\_6.pdf](http://www.redesrurais.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/8_6.pdf)>. Acesso em: 04. jul. 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Disponível em: <[www.ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/seleção%202016/Docfoc.com-MALINOWSKI\\_Argonautas-Do-Pacifico-Occidental-Os-Pensadores.pdf](http://www.ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/seleção%202016/Docfoc.com-MALINOWSKI_Argonautas-Do-Pacifico-Occidental-Os-Pensadores.pdf)>. Acesso em: 09. set. 2019.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 45-67, outubro/1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751.pdf>>. Acesso em: 14. jan. 2020.

MORELATO, Rodrigo Rossi. **A Árvore de Espinafre: apontamentos sobre a memória, a dádiva e o rizoma ambientalista.** 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém/PA, 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1117-1.pdf>>. Acesso em: 12. jan. 2020.

MOTA, Maria Sarita. **Saberes rurais: o caso da fazenda modelo e das escolas rurais do sertão carioca.** In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Rio de Janeiro. Rede de Estudos Rurais, 2006.

MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987. O SERTÃO CARIOCA. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>>. Acesso em: 09. ago. 2019.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica/organização: Rogério Ribeiro de Oliveira.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010. Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=113&sid=3#:~:text=As%20marcas%20do%20home%20na,e%20no%20bairro%20do%20Camorim>. Acesso em: 24. jan. 2021.

PEDROZA, Manoela. **Táticas camponesas da luta pela terra nos sertões cariocas (1950-1968): um exemplo de práticas da cultura popular rebelde.** MÉTIS: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 249-274, jan./jun. 2003. Disponível em: <[www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1054/719](http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1054/719)>. Acesso em: 14. out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sanear, despejar, resistir: revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e baixada fluminense nas décadas de 1940 e 1960.** Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, v. 4, n. 2, p. 105-135, setembro 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/778/601>>. Acesso em: 17. set. 2019.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano.** Tradução Claudia Freire. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PRADO, Bruno Azevedo. **A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: os agricultores do maciço da Pedra Branca.** 77 f. 2012. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.dissertação.Bruno-Azevedo-Prado.pdf>>. Acesso em: 12. jan. 2020.

PROFITO. **Profito Pedra Branca: Plantas medicinais da Mata Atlântica em sistema agroecológico.** Instituto de Tecnologia em Fármacos / Fiocruz, 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Do rural e do urbano no Brasil.** In:\_. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. São Paulo: ITC, 1978.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Projeto Hortas Cariocas.** 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6438610/4172609/58HortasUrbanasSMAC092016.pdf>>. Acesso em: 14. dez. 2019.

ROCHA, André Santos da. **“As representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990.** 242 f. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[objdig.ufrj.br/16/teses/814461.pdf](http://objdig.ufrj.br/16/teses/814461.pdf)>. Acesso em: 14. ago. 2019.

RUA, João. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica.** Revista da ANPEGE, v. 2, n. 2, p. 45-65, 2005. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611/3610>>. Acesso em: 12. set. 2019.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **A Produção Agrícola numa Metrópole: Economia e Cotidiano dos Pequenos Lavradores do Sertão Carioca.** III Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência internacional de História de Empresas, Curitiba, 2011. Disponível em: <[www.abphe.org.br/arquivos/leonardo-soares-dos-santos.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/leonardo-soares-dos-santos.pdf)>. Acesso em: 08. out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Um sertão entre muitas incertezas: a luta pela terra na zona rural do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. PPGH/UFF: Niterói, 2005)

SANTOS, Leonardo Soares dos; RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. **O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca (1927-1964).** Revista IDEAS, v. 1, n. 1, p. 78-94, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/41/41>>. Acesso em: 07. nov. 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural.** Estud. Soc. Agric., Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 5-22. 2007. Disponível em: <<https://nperms.cfh.ufsc.br/files/2017/04/280-745-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12. jan. 2020.

SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/siqueiramata/agroecologia-praticasmercadospoliticas>>. Acesso em: 07. jan. 2020.

SILVA, Hilda da. Uma Zona Agrícola do Distrito Federal – O Mendanha. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XX, n. 4, outubro-dezembro, 1958. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1958\\_v20\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n4.pdf)>. Acesso em: 11. jan. 2020.

SILVA, Rafaela Paula da. **A culinária como patrimônio cultural e elemento constitutivo da identidade quilombola no cafundá de Astrogilda.** 206 f. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://www.ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=download\\_dissert&arq=161](http://www.ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=download_dissert&arq=161)>. Acesso em: 07. dez. 2019.

SILVA, Uschi Cristina. **Rede carioca de agricultura urbana: desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade.** 183 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30937/1/DISSERTAÇÃO%20Uschi%20Cristina%20Silva.pdf>>. Acesso em: 12. dez. 2019.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a04v51n1.pdf>>. Acesso em: 08. jan. 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Agricultura periurbana e desruralização na Vargem Grande. **Espaço & Sociedade**, Anos 1 e XXXIV, n. 1, p. 71-74, 1983/1984.

VEIGA, J. E. A relação rural/urbano no Desenvolvimento Regional. **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz-RS, 2004.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. (Org.). **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1055165/mod\\_folder/content/0/CARDOSO%2C%20Ruth.%20A%20Aventura%20Antropol%C3%B3gica%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1055165/mod_folder/content/0/CARDOSO%2C%20Ruth.%20A%20Aventura%20Antropol%C3%B3gica%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1)>. Acesso em: 07. nov. 2019.

## REFRÊNCIAS DE DOCUMENTOS

BRASIL. **Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996**. Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/dec%201.946-1996?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%201.946-1996?OpenDocument)>. Acesso em: 15. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.915 de 17 de maio de 2001**. Substitui o decreto nºm19.341, de 27 de setembro de 2000, que “institui o regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR-RIO”. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2001/1991/19915/decreto-n-19915-2001-substitui-o-decreto-n-19341-de-27-de-setembro-de-2000-que-institui-o-regimento-interno-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural-cmdr-rio>>. Acesso em: 12. jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5648 de 30 de dezembro de 1985**. Considera de interesse agrícola, para fins de proteção, as áreas que descreve e delimita. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1985/564/5648/decreto-n-5648-1985-considera-de-interesse-agricola-para-fins-de-protecao-as-areas-que-descreve-e-delimita>>. Acesso em 27. mar. 2021.

COMITÊ DE BACIA DA BAHIA DE GUANABARA. /2019, Rio de Janeiro, **Ata da Reunião Ordinária do Subcomitê do Sistema Lagunar da Barra e Jacarepaguá**. Disponível em: <[www.comitebaiadeguanabara.org.br/publication/view/ata-da-reuniao-ordinaria-do-subcomite-12-04-2019/](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/publication/view/ata-da-reuniao-ordinaria-do-subcomite-12-04-2019/)>. Acesso em: 18. set. 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). 20/06/2006. Fazenda Modelo. Ata da 46ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR/RJ.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). 18/07/2006. Fazenda Modelo. Ata da 47ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR/RJ.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). 15/08/2006. Rio de Janeiro. Ata da 48ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR/RJ. Sindicato Rural.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). Rio de Janeiro. **Ata da 49ª Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR/RJ**. Associação de Produtores de Cogumelos e Produtos Desidratados da Costa Oeste do Rio de Janeiro – APROCOCO.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). 25/06/2019. Rio de Janeiro. **Ata da Quarta Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município do Rio de Janeiro - Biênio 2018-2020**. Centro Administrativo São Sebastião (CASS), sede da Prefeitura do Rio de Janeiro.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). 26/02/2019. Campo Grande. **Ata da Segunda Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município do Rio de Janeiro - Biênio 2018-2020**. Sede do Sindicato Rural.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (CMDR-Rio). 26/03/2019. **Ata da Terceira Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município do Rio de Janeiro - Biênio 2018-2020**. Sede do Centro de Artes Calouste Gulbenkian.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 19.144 de 14 de novembro de 2000**. Cria a área de proteção ambiental e recuperação urbana da serra da misericórdia - ap-3. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2000/1914/19144/decreto-n-19144-2000-cria-a-area-de-protecao-ambiental-e-recuperacao-urbana-da-serra-da-misericordia-ap-3>>. Acesso em: 12. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a política urbana ambiental do município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Poder Executivo Municipal, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 13. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.097 de 13 de setembro de 2000**. Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade do Rio de Janeiro-CMDR-RIO, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2000/310/3097/lei-ordinaria-n-3097-2000-institui-o-conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural-da-cidade-do-rio-de-janeiro-cmdr-rio-e-da-outras-providencias-2001-05-17-versao-compilada>>. Acesso em: 20. jun. 2019.

VALENTE, Marisa. **Áreas Agrícolas Normas e Usos: O Processo de Transformação**. Março/2019.

## REFERÊNCIAS DE ENTREVISTAS

BARROS, Júlio Cesar. Sobre o Projeto Hortas Cariocas. Entrevista concedida a Annelise Caetano Fraga Fernandez. Em 19. fev. 2021.

FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Secretária. Sobre a Economia Solidária na cidade do Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Ketyline Pimenta Genaro. Em jun. 2019.

## REFERÊNCIAS DE REDES SOCIAIS

CENTRO DE INTEGRAÇÃO NA SERRA DA MISERICÓRDIA (CEM). Facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/CEMIntegracaoNaSerra/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/CEMIntegracaoNaSerra/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 03. fev. 2020.

FEIRA NA ROÇA. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7wPic3p75r/>. Acesso em: 31. jan. 2021.

## REFERÊNCIAS DE SITES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2006. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2188>>. Acesso em: 15. jan. 2020.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS). 2019. Disponível em: <<http://pacs.org.br/2019/08/09/festival-sobre-agroecologia-promove-espaco-de-debates-e-intervencoes-artisticas-na-regiao-da-lapa-no-rio/>>. Acesso em: 16. ago. 2019.

JORNAL O GLOBO. **O Sertão Carioca**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>>. 2015. Acesso em: 03. fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Bananas de Vargem Grande se tornam maravilhas gastronômicas do Rio**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/bananas-de-vargem-grande-se-tornam-maravilha-gastronomica-do-rio-18436324>. 2016. Acesso em: 14. Set. 2021.

PROJETO HORTAS CARIOCAS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2016. Disponível em: <[www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6438610/4172609/58HortasUrbanasSMAC092016.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6438610/4172609/58HortasUrbanasSMAC092016.pdf)>. Acesso em: 13. ago. 2019.

SERTÃO CARIOCA. **Histórico**. s/d. Disponível em: <<http://sertaocarioca.org.br/quem-somos/historico/#>>. Acesso em: 11. jan. 2020.

VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. **Serra da Misericórdia**. 2013. Disponível em: <<https://www.verdejar.org/quem-somos>>. Acesso em: 14. jan. 2020.

## REFERÊNCIAS DE VÍDEOS

WAGNER, Alfredo. Conferência. YouTube. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ThG3Fm6D49I&t=1451s>. Acesso em: 30. jan. 2021.